



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TARSO GENRO

*MENSAGEM  
À  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA*

***PORTO ALEGRE***

***FEVEREIRO DE 2011***



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

GOVERNADOR DO ESTADO  
*Tarso Fernando Herz Genro*

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO  
*Jorge Alberto Duarte Grill*

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL  
*Carlos Pestana Neto*

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR  
*Leandro Ribeiro Fonseca*

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
*Carlos Henrique Kaipper*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ  
*João Constantino Pavani Motta*

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO  
*Estilac Martins Rodrigues Xavier*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO  
*Mauro Knijinik*

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL  
*Marcelo Tuerlinckx Danéris*

SECRETÁRIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL  
*Vera Maria Spolidoro de Cuadrado*

SECRETÁRIO DO GABINETE DOS PREFEITOS E RELAÇÕES FEDERATIVAS  
*Afonso Antunes Motta*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
*José Clóvis de Azevedo*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
*Ciro Carlos Enerim Simoni*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA  
*Luiz Antonio de Assis Brasil e Silva*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA  
*Airton Aloisio Michels*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA  
*Odir Alberto Pinheiro Tonollier*

SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS  
*Stela Beatriz Farias Lopes*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO  
À MICRO E PEQUENA EMPRESA  
*Maurício Alexandre Dziedricki*

SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO  
*Marcel Martins Frison*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS  
*Fabiano Pereira*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
*Luís Augusto Barcellos Lara*

SECRETÁRIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES  
*Márcia Elisângela Américo Santana*

SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO  
*Dilce Abgail Rodrigues Pereira*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E DO LAZER  
*Kalil Sehbe Neto*

SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS E IRRIGAÇÃO  
*Luiz Carlos Ghiorzzi Busato*

SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
*Jussara Rosa Cony*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO  
*Luiz Fernando Mainardi*

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO  
*Ivar Pavan*

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
*Luiz Roberto de Albuquerque*

SECRETARIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO  
*Cleber Cristiano Prodanov*

## **APRESENTAÇÃO**

Esta Mensagem à Assembleia Legislativa obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX da Constituição Estadual, que atribui ao Governador de Estado a oportunidade de "expor em mensagem que remeterá à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão anual, a situação do Estado e os planos de Governo."

Afirmamos, inicialmente, nossa disposição de manter uma relação cooperativa e aberta entre as forças políticas, tanto as que constituem a coalizão de governo com as de oposição, como forma de realizar mudanças significativas no Rio Grande do Sul. A formação de uma coalizão de governo que reúne diversos partidos é prova viva desse espírito. Um espírito de formação de transversalidade e de redes que promovam o diálogo, consensos necessários à paz e ao desenvolvimento de nosso Estado. Ressaltamos que o mesmo espírito de cooperação norteará as relações com os municípios e a União e entre os poderes.

Nosso Governo será marcado por uma relação permanente e respeitosa com o Parlamento, como também será de intensa relação com a sociedade civil e participação cidadã, de respeito às comunidades organizadas, aos movimentos sociais, às entidades de classe, aos diversos conselhos setoriais e regionais e a todos que se disponham a construir e aperfeiçoar os mecanismos de controle público sobre o Estado.

Enquanto o Brasil consolida um novo padrão de desenvolvimento econômico e social, liderado pela postura indutora do Governo Federal, construída durante o Governo do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva e agora da Presidenta Dilma Rousseff, é fundamental que o Rio Grande do Sul implemente práticas de intervenção pública com vistas à recuperação das funções públicas do Estado, prevenção e resolução de crises, promoção do desenvolvimento econômico e formas públicas democráticas de ação voltadas ao conjunto da cidadania.

Nas últimas décadas, a trajetória do Estado do Rio Grande do Sul revelou não somente o esgotamento do Estado Desenvolvimentista característico do século XX como também, a partir dos anos 90, a crescente inserção na chamada modernidade internacional globalizada, que afetou funções tradicionais na prestação de serviços públicos, principalmente quando combinada a reformas de estado minimalistas e que reduziram a capacidade de promoção do desenvolvimento e da prestação de serviços públicos.

O corte de investimentos em diversas áreas, em especial saúde e educação, a ausência de políticas de indução ao desenvolvimento, a falta de diálogo social amplo e de transparência e a perda de protagonismo político nacional deixaram o Estado de certa forma isolado em relação ao Brasil. O povo gaúcho elegeu uma proposta baseada em um governo sintonizado com o novo momento nacional e também com os fluxos de investimento e mercados mundiais e que combine avanço democrático com busca pela redução das desigualdades regionais e sociais. Na base desse projeto está a busca de tornar nosso Estado um território de paz; o equilíbrio fiscal; a

sustentabilidade ambiental; a transparência, o combate ao patrimonialismo e à corrupção; o fomento à inovação, à criatividade e ao desenvolvimento científico e tecnológico; a qualidade dos serviços de educação e saúde públicos; a valorização da diversidade cultural; o estímulo à capacidade de trabalho; e o combate à pobreza e a busca da inclusão social e produtiva. Uma visão que identifica e implementa soluções que colocarão o nosso Estado no ritmo do Brasil. Um Rio Grande do Sul do Brasil e do Mundo.

Propomos o aproveitamento, melhor do que no passado, das oportunidades de um novo ciclo de desenvolvimento nacional em curso, de maneira cooperativa entre os níveis municipal, estadual e federal. A experiência recente do Brasil comprova que o investimento nas pessoas e o crescimento são caminhos para solução dos problemas estruturais. Queremos o Rio Grande de frente para o Brasil, retomando o protagonismo político nacional, articulando também os programas federais no Estado, tais como os investimentos do PAC I e o PAC II, especialmente para fortalecer a infraestrutura econômica e social do RS.

Essa série de esforços políticos e técnicos, que realizaremos para ampliar o investimento, deve ser traduzida em políticas de retomada do desenvolvimento do Estado, com sustentabilidade e distribuição de renda. É nesse espírito que reafirmamos todos os compromissos já assumidos ao longo do processo eleitoral sobre os principais problemas do Estado.

Cumprindo o dispositivo constitucional, essa Mensagem ao Parlamento gaúcho está estruturada da seguinte maneira: no Capítulo 1, a seguir, é exposto um panorama da situação econômica do Estado, considerando as peculiaridades de suas regiões, bem como o desempenho das exportações gaúchas. No Capítulo seguinte, é retratada uma das mais caras preocupações do Governo que ora inicia, a questão social no Rio Grande do Sul, aqui sob o enfoque do atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A situação das finanças públicas do Estado é mostrada no Capítulo 3. Por último, são apresentadas as principais propostas do Governo para o período 2011-2014.

## SUMÁRIO

1	O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA .....	9
1.1	<b>Panorama da Economia Gaúcha</b> .....	11
1.2	<b>A Evolução da Análise Regional no Rio Grande do Sul</b> .....	22
1.3	<b>Exportações Gaúchas em 2010</b> .....	32
2	O PANORAMA SOCIAL GAÚCHO FRENTE AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO .....	41
2.1	<b>O Rio Grande do Sul e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.</b>	43
2.2	<b>A Situação dos Indicadores</b> .....	48
2.3	<b>As Propostas do Governo 2011-2014 para a Área Social no Rio Grande do Sul</b> .....	65
3	AS FINANÇAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL .....	69
3.1	<b>O Quadro Geral das Finanças Públicas do Estado do RS</b> .....	71
3.2	<b>Os Principais Agregados da Receita Pública do Estado do RS</b> .....	74
3.3	<b>Os Grandes Agregados da Despesa Pública</b> .....	79
4	AS PROPOSTAS DO GOVERNO PARA O QUADRIÊNIO .....	89
	REFERÊNCIAS .....	107
	ANEXO .....	111



# ***1 O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA***



# 1 O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

## 1.1 Panorama da Economia Gaúcha

Segundo os dados preliminares divulgados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), a economia gaúcha apresentou em 2010 uma taxa de crescimento de 7,8% em seu Produto Interno Bruto (PIB). Tal variação é consistente com as projeções do Banco Central, que apontam para um crescimento do PIB do Brasil da ordem de 7,3% em 2010, expressão da reação à crise econômica e financeira mundial de 2008-2009. O PIB do RS em 2010, pelos dados disponíveis, é de R\$ 228.289 milhões, e o PIB *per capita* atinge a cifra de R\$ 20.810,00, a preços mercado.

Convém destacar que a forte variação positiva é relativa ao mau desempenho do ano anterior (0,8%), não sugerindo assim uma tendência da magnitude do crescimento econômico do Estado para os próximos períodos.

Do ponto de vista setorial, o Valor Adicionado (VAB) a preços constantes, da agropecuária, que respondia no ano anterior por 10,2% do total do Estado, cresceu 8,9% em 2010. Nesse agregado, a agricultura registrou uma expressiva expansão de 10,9%, enquanto a pecuária apresentou uma taxa de 4,9%. Dentre os produtos da agricultura, vale destacar o aumento de 29,1%, ocorrido na quantidade produzida de soja, e de 31,7%, na do milho. Em contrapartida, têm-se as quedas da quantidade do arroz (-12,5%) e do fumo (-22,7%). Na pecuária, o maior destaque ficou por conta da produção de leite, com um crescimento estimado de 7,4%.

É fora de dúvida, entretanto, que o fato mais significativo do panorama econômico do Rio Grande do Sul foi a grande recuperação da atividade industrial em 2010, com um crescimento de 10,3%, contra uma queda de 5,6% em 2009. Pela sua importância, o maior crédito desse desempenho cabe à indústria de transformação que, desde meados de 2008, vinha sofrendo intensamente os efeitos da crise mundial e registrou um crescimento estimado de 11,1%. Dentre os segmentos que apresentaram desempenho positivo destacam-se os da metalúrgica básica (31,8%); máquinas e equipamentos (27,5%); veículos automotores (25,3%); e, dos produtos de metal (20,8%). Negativamente, tem-se a má *performance* apresentada pelo refino de petróleo e álcool (-14,8%), fumo (-8,9%) e alimentos (-1,7%). Vale mencionar, também, o crescimento de 9,5% da atividade da construção civil.

O setor serviço, que representava 65,22% do total do VAB do Rio Grande do Sul, em 2009, acompanhou de perto a dinâmica da atividade produtiva, tendo um crescimento de 6,8% em 2010. Em relação às atividades que compõem esse setor, ressalta o crescimento do comércio e serviços de manutenção e reparação (11,3%) e transportes (9,8%).

Taxa de crescimento do VAB, por setor de atividade, e do PIB do RS  
2009 - 2010

DISCRIMINAÇÃO	2009		2010	
			2010	
<b>Agropecuária</b>	<b>1,5</b>	<b>8,9</b>		
<b>Indústria</b>	<b>-5,6</b>	<b>10,3</b>		
Indústria extrativa mineral	0,7	9,7		
Indústria de transformação	-9,3	11,1		
Construção civil	6,7	9,5		
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,0	5,6		
<b>Serviços</b>	<b>0,8</b>	<b>6,8</b>		
Comércio	-2,3	11,3		
Transportes e armazenagem	-0,3	9,8		
Administração pública	2,3	2,8		
Demais serviços	2,2	5,4		
<b>VAB</b>	<b>-0,8</b>	<b>7,8</b>		
<b>PIB <sup>(1)</sup></b>	<b>-0,8</b>	<b>7,8</b>		

Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade  
(1) Estimativa Preliminar

### Um esboço da trajetória recente da economia gaúcha

Há um debate sobre a trajetória da economia gaúcha, muito marcado pela questão da participação relativa da economia estadual no contexto nacional, especialmente quando se constata perdas relativas nessa participação. Esse fato merece destaque, uma vez que muito se tem discutido sobre uma possível perda de dinamismo da economia gaúcha *vis-à-vis* o processo de crescimento da economia brasileira. Alimenta esse debate o fato inequívoco de que o PIB estadual, no período 2002-2010, acumulou uma taxa de crescimento de 25,1% contra 36,4% do País, tendo sua participação se reduzido de 7,14%, no início, para 6,52% no final do período. Na sequência apresentam-se algumas considerações sobre essa questão, utilizando-se uma série histórica maior.

Uma característica marcante do processo de desenvolvimento brasileiro foi a elevada concentração econômica ocorrida na Região Sudeste e, de maneira mais específica, em São Paulo. Esse fenômeno tornou-se ainda mais acentuado à medida que se afirmava a acumulação do capital no setor industrial no País. Convém ressaltar que a participação relativa do Rio Grande do Sul no contexto produtivo da modernização capitalista era importante, fruto do que autores caracterizam como uma verdadeira "Revolução Burguesa", na primeira metade do século XX, induzida pela constituição de um Estado Moderno (até os anos 30 em uma situação de autonomia federativa). Essa experiência foi referência para a constituição de um Estado Moderno no Brasil de cunho desenvolvimentista. Para caracterização desse período, pode-se citar, entre outras, obras de: Fonseca, 1987; Targa, 2010 e Winckler e Faria, 2010. Esta última lança

luzes também sobre os desafios colocados ao Governo do Estado em nossos dias.

A partir da metade da década de 70, entretanto, passou-se a assistir a um lento, porém contínuo, movimento de desconcentração espacial na economia brasileira. Esse movimento, mesmo sem apresentar a intensidade suficiente para alterar substancialmente os diversos níveis de concentração regional da renda então existentes, parecia consistente no sentido de indicar uma reversão na tendência secular desse processo. As razões que motivaram essa mudança na trajetória espacial da economia brasileira, principalmente no período 1975-1985, foram objeto de inúmeras análises na literatura sobre desenvolvimento regional, podendo-se citar, entre outras, as de: Diniz e Lemos, 1991; Azzoni, 1986; Araújo, 1994; e, Diniz e Santos, 1993.

De forma geral, esse processo, tanto no seu aspecto inter-regional quanto intrarregional, orientou-se para uma convergência em torno da média do produto interno nacional. Desse modo, a Região Sudeste perdeu posição relativa em relação às de menor produto *per capita*, o mesmo ocorrendo no interior da Região, tendo São Paulo e Rio de Janeiro diminuído suas participações no PIB, enquanto Minas Gerais e Espírito Santo tiveram aumento. No que se refere à Região Sul, observa-se um pequeno aumento de participação até a metade da década de 70, seguido de uma queda em 1980 e de um leve aumento em 1985 que, todavia, não foi suficiente para retomar o patamar de 1975. O Rio Grande do Sul, que em 1970 possuía um produto *per capita* mais elevado do que o do País, seguiu o padrão nacional já referido: apresentou aumento de participação até 1975 e declínio na sua fatia do PIB brasileiro a partir desse ano (NETO, 1995). A perda mais acentuada ocorreu na agropecuária que, em 1970, respondia por aproximadamente 16% do produto interno do setor no Brasil e reduziu sua participação para 9,3%, em 1985. O setor industrial sofreu igualmente uma perda no período, mas com intensidade bem menor, passando de 7,5% na geração do produto industrial brasileiro, em 1975, para 6,9% em 1985 (BANDEIRA, 1995).

Pode-se concluir, portanto, que a trajetória da economia estadual nesse período não apresenta nenhuma especificidade, uma vez que reproduz com bastante aderência o padrão de desconcentração regional que caracterizou a economia brasileira. Ou seja, ao menos no nível em que são feitas estas observações, dificilmente poder-se-ia atribuir a perda de participação no PIB nacional a um processo de crise particular vivenciada pela economia gaúcha.

Mesmo assim, sempre que o Rio Grande do Sul registra taxas de crescimento inferiores às verificadas no País, e em algumas ocasiões às de outros estados da Federação, tem sido recorrente o debate sobre a possibilidade de o Estado estar submetido a uma crise particular de dimensões estruturais.

## **O período 1985-2009**

A partir do final dos anos 80 até, praticamente, o final da década de 90, a avaliação sobre a continuidade desse processo e as consequências daí advindas para o Rio Grande do Sul ficou bastante prejudicada pela carência de estatísticas confiáveis posteriores a 1985, data do último Censo Econômico. Essa situação agravou-se pelo verdadeiro desmonte do Sistema Nacional de Estatística efetuado pelo Governo Collor que, praticamente, inviabilizou a produção e a divulgação de informações pelo IBGE. Em razão disso, com base na extrapolação da tendência até então verificada, várias análises apontaram que o Rio Grande do Sul havia entrado em uma trajetória de perda de participação no contexto nacional e que esse fenômeno havia se acentuado no transcorrer dos anos 90. Essa circunstância acabou por radicalizar a ideia de que a perda de dinamismo da economia gaúcha, *vis-à-vis* o País e outros estados brasileiros, era o resultado lógico da crise fiscal que comprimia a capacidade de investimentos do Governo estadual<sup>1</sup>.

A retomada do Sistema Nacional de Estatísticas, em 1999, significou a possibilidade de se dispor não só de séries mais fidedignas de PIBs dos estados, como também de segurança para se proceder a uma avaliação mais confiável do desempenho das economias estaduais, tendo em vista a homogeneidade da metodologia utilizada. Uma consequência da divulgação dessas informações foi a constatação de que não havia qualquer evidência mais consistente que validasse a tese de que o Rio Grande do Sul estivesse vivenciando, ao menos com a intensidade pretendida por alguns analistas, o esgotamento de seu processo de crescimento.

De certo modo, a dificuldade para a demonstração dessa tese implicou que fosse abandonada a relação de causalidade entre crise fiscal-crise econômica e ganhasse força um novo enfoque, segundo o qual a economia gaúcha, apesar da crise fiscal, ainda lograria acompanhar o ritmo de crescimento da economia nacional. Isso não significaria desconhecer que, no longo prazo, a retração dos investimentos públicos implicaria a perda de competitividade sistêmica da economia estadual e, como consequência, um encolhimento na sua taxa de crescimento.

A revisão da série do PIB para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, referente ao período 2003-2009, realizada pelo IBGE e pela FEE, retoma, de algum modo, essa discussão, ao mostrar uma diminuição na participação do Estado no produto do País nesse período. É precisamente a disponibilidade dessas novas informações que enseja as observações feitas na sequência. Longe de se ter a pretensão de chegar a qualquer posição mais definitiva sobre uma questão tão controversa, o que se busca é somente adequar o debate a dados mais consistentes com a realidade<sup>2</sup>.

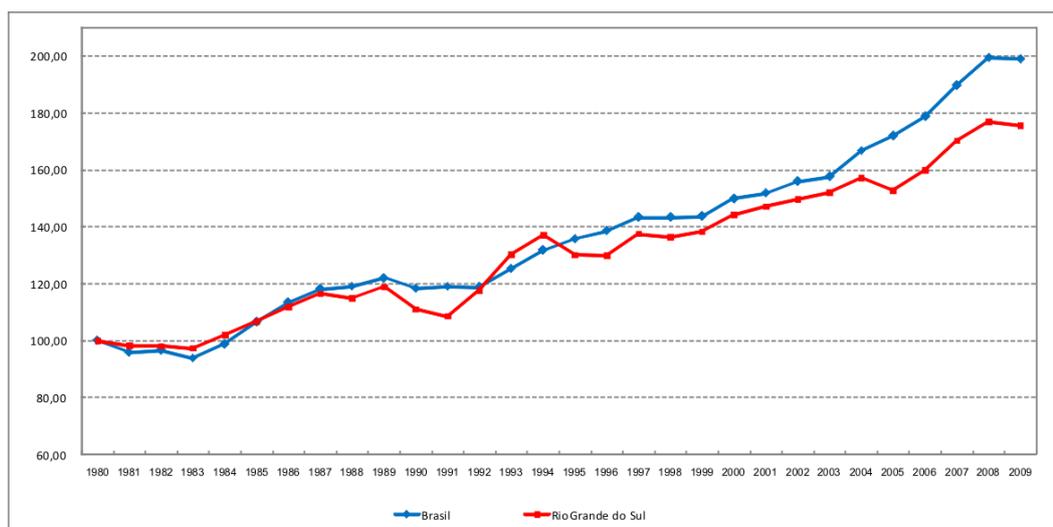
---

<sup>1</sup> A esse respeito, ver Lima, 1997.

<sup>2</sup> As séries estatísticas e, em larga medida, as considerações aqui apresentadas são resultado da participação, em discussões do tema, de técnicos do Núcleo de Contabilidade Social da FEE, os quais, todavia, não são responsáveis pelos eventuais equívocos de interpretação dos dados.

O Gráfico a seguir permite visualizar as trajetórias dos Índices de Volume do PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul ao longo de um período de 29 anos. De modo geral, pode-se dizer que o País e o Estado apresentam comportamento semelhante nas suas curvas de crescimento, se bem que com intensidade às vezes diferenciada. Tomando 1985 como referência, percebe-se que somente em 1993 e 1994 o índice estadual situou-se acima do brasileiro, ao mesmo tempo que, ao longo da série, em poucas ocasiões – caso de 2005 – passa a ocorrer um distanciamento mais significativo entre as duas curvas.

Índice de volume do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil - 1980 a 2009



Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas; IBGE/Coordenação de Contas Nacionais

Uma forma interessante de enfocar essa questão é através de períodos selecionados (Tabela a seguir). Desse modo, observa-se que o Rio Grande do Sul apresenta uma ligeira vantagem no período 1986-1994, 2,8% a.a. contra 2,4 a.a. do Brasil. Em 1995, ocorre uma forte retração da economia gaúcha, provocada pelo impacto do Plano Real, que se traduz em uma assimetria bastante pronunciada entre o desempenho da economia nacional, que cresce 3%, e o da gaúcha, que apresenta uma taxa negativa de 5%<sup>3</sup>. Nos anos compreendidos entre 1996 e 2003, o Brasil e o Estado crescem a taxas médias praticamente iguais, respectivamente 1,9% e 2,0% a.a. Os outros dois anos subsequentes representam uma nova ruptura na simetria das trajetórias de crescimento, pois o Rio Grande do Sul registra uma taxa de 0,2%, e o País, de 4,4%. Essa diferença é explicada, em larga medida, pelos efeitos da grande seca que marcou o Estado nesses anos<sup>4</sup>. Para o resto da série analisada, 2006-2009, volta a ocorrer uma estreita aproximação do desempenho da economia gaúcha e da brasileira, respectivamente, 3,6% a.a. e 3,7% a.a.

<sup>3</sup> Para uma análise das consequências do Plano Real para a economia gaúcha, ver FLINGESPAN, coord., 2002.

<sup>4</sup> O efeito da estiagem se reflete na queda de 14,1% da produção agropecuária do Estado, que vai repercutir, também, no mau desempenho da indústria de transformação gaúcha (0,7%) *vis-à-vis* a brasileira (4,8%).

Taxas de crescimento do PIB do RS e do Brasil por período selecionado

Período	PIB		Agropecuária		Indústria de Transformação		Construção Civil		Serviços		PIB per capita	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
1986-1994	2,8	2,4	0,8	2,8	3,6	1,7	1,5	2,3	2,4	2,6	1,3	0,4
1995	-5,0	3,0	1,7	1,8	-15,2	1,4	0,5	3,3	0,9	3,9	-6,3	1,6
1996-2003	2,0	1,9	3,8	4,3	1,6	0,8	2,3	0,5	1,8	2,1	1,0	0,4
2004-2005	0,2	4,4	-14,1	1,3	0,7	4,8	3,6	4,2	2,2	4,3	-0,5	3,1
2006-2009	3,6	3,7	12,6	2,4	-0,7	0,6	3,5	2,7	4,7	4,4	2,9	2,6

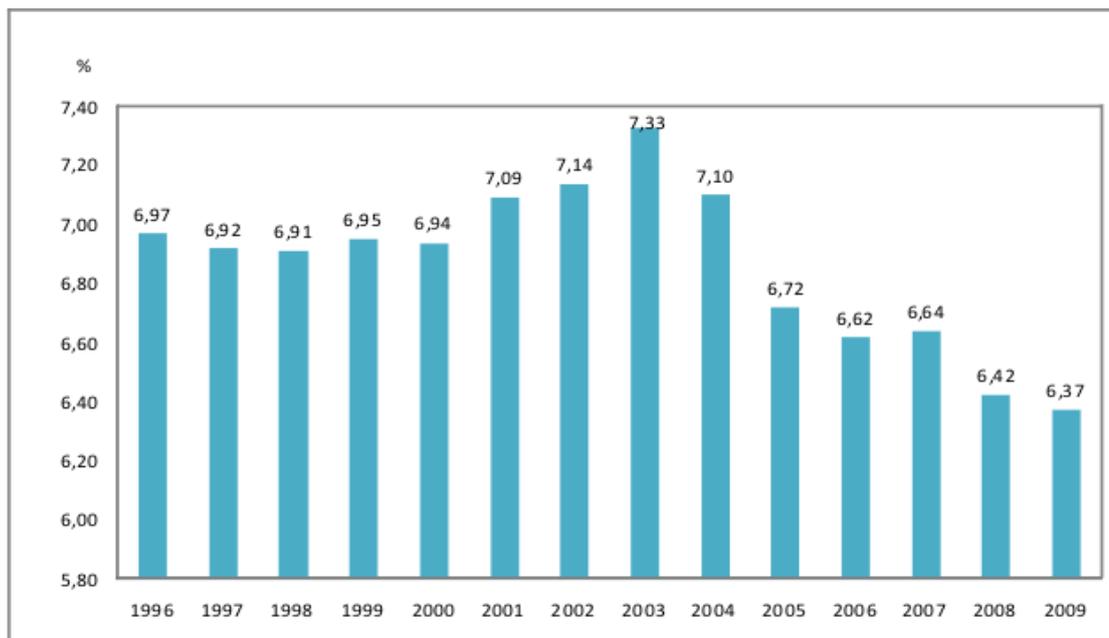
Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas; IBGE/Coordenação de Contas Nacionais

Pode-se, assim, concluir que, *grosso modo*, o Estado acompanha a evolução da economia brasileira, mas não consegue recuperar, ao menos integralmente, as quedas que ocorrem em anos, ou biênios, nos quais a economia estadual mostra um comportamento atípico frente ao verificado no País. Essas quedas no PIB do Rio Grande do Sul podem ser provocadas tanto pela especificidade de sua estrutura econômica face a determinada política econômica (como no caso do Plano Real), quanto pela suscetibilidade da sua cadeia agroindustrial em relação à irregularidade da distribuição do regime de chuvas no Estado. Essa situação aparece de maneira bastante clara nos anos 2004-2005, perceptível pela existência de um maior espaçamento entre as curvas do PIB estadual e do Brasil e da sua permanência nos anos subsequentes. Ou seja, são acontecimentos que incidem de forma particular no Rio Grande do Sul e que têm forte repercussão no desempenho do crescimento, caso de um ano de estiagem.

Observando-se agora a participação das regiões e unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes, no período 1995-2007 (Tabela 1 do Anexo Estatístico), a primeira constatação a ser feita é a de que o Rio Grande do Sul mantém a posição que ocupou historicamente no *ranking* dos 27 entes federativos, qual seja, o quarto lugar, abaixo de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. De resto, dentre os cinco Estados mais bem posicionados no *ranking*, Minas Gerais e o Paraná são os únicos que apresentam um pequeno ganho de participação no período, enquanto o Rio de Janeiro mantém inalterada a sua posição, e São Paulo registra uma trajetória claramente descendente.

Na realidade, o que realça quando são examinadas séries mais longas dos PIBs estaduais de maior ponderação no produto do Brasil é que, na maioria dos casos, existem oscilações, para mais ou para menos, de curta duração, que dificultam a identificação positiva ou negativa sobre o seu desempenho no longo prazo. Mesmo assim, no que concerne ao Rio Grande do Sul, a observação do Gráfico a seguir permite identificar dois movimentos bem delineados. O primeiro é um movimento ascendente, que ilustra a tendência de aumento de participação do PIB estadual no nacional entre os anos 1996/2003. A partir desse último ano, até 2009, tem início uma curva descendente que resulta, de maneira quase linear, na retração de um ponto percentual da economia gaúcha na geração do produto brasileiro.

Participação do PIB, a preço corrente, do RS, no PIB do Brasil

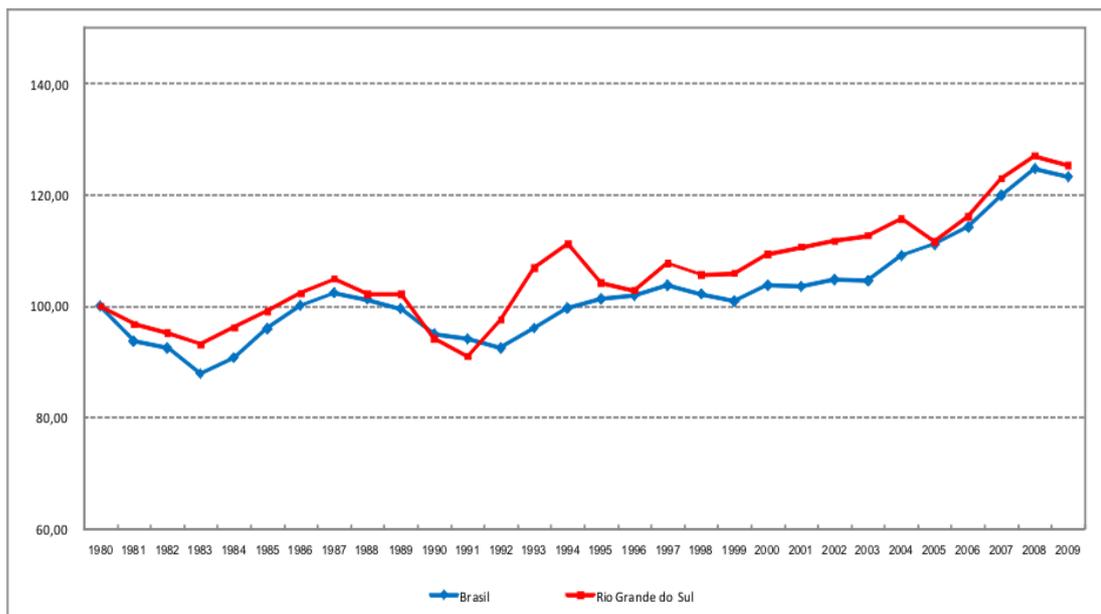


Fonte: IBGE/CCN; FEE/CIE – Estimativas para os anos de 2008 e 2009

Esta queda e a não recuperação dos gap's apontados anteriormente devem ser melhor investigados, aliando-se às razões aludidas hipóteses como: a) quedas no investimento público e ausência de políticas indutoras de desenvolvimento; b) perda de dinamismo em setores específicos.

O fato de que, em sua grande maioria, os estados brasileiros que apresentam um produto *per capita* acima da média brasileira tenham perdido posição no cenário nacional também é outro argumento que se contrapõe à afirmação de que a economia gaúcha está em crise. Afinal, como pode ser visualizado no Gráfico a seguir, à exceção de 1991, o PIB *per capita* do Rio Grande do Sul tem se mantido acima da média brasileira, ainda que a diferença entre o Estado e o País tenha se reduzido após 2005. Portanto, é razoável supor que a trajetória da economia gaúcha se insira no âmbito de um padrão de crescimento regional do Brasil que, sem a nitidez do que ocorreu a partir da metade da década de 70, continue apresentando uma lenta convergência em torno da média nacional.

Índice de volume do PIB *per capita* do RS e do Brasil 1980 a 2009



Fonte: FEE/CIE; IBGE/Coordenação de Contas Nacionais

### Onde perde o Rio Grande do Sul

Uma das alterações mais significativas, resultante da aplicação da nova metodologia elaborada pelo IBGE/FEE, foi o aumento de participação dos Serviços na composição do PIB<sup>5</sup>. Conforme pode ser observado na Tabela 2 do Anexo Estatístico, entre 2002 e 2008, esse setor de atividade passa a responder por uma fatia de, aproximadamente, 60% do Valor Adicionado Bruto do Estado. Vale lembrar que o aumento do peso dos Serviços na estrutura produtiva não ocorreu somente na economia gaúcha, mas de maneira generalizada para o País.

Dada essa nova configuração estrutural, a pergunta que surge de forma quase imediata é se aí residem as razões da perda de participação da economia rio-grandense no cenário nacional. O exame da Tabela a seguir permite afirmar que, de modo geral, a atividade de Serviços segue, de maneira muito aproximada, o comportamento referido para o PIB como um todo. Ou seja, afóra anos ou biênios específicos de dificuldade para a economia gaúcha, o seu crescimento é muito próximo do observado para o Brasil. De resto, esse comportamento se repete para os demais setores. Assim, pode-se dizer que os serviços no Rio Grande do Sul têm apresentado um comportamento bastante tradicional para essa atividade, qual seja, acompanhar com algum grau de elasticidade, para mais ou para menos, o desempenho da atividade produtiva. Em suma, nada sugere alguma assimetria entre o desempenho do setor de Serviços no Estado e no resto do Brasil.

<sup>5</sup> Como pode ser visto na Tabela 3 do Anexo Estatístico, o Setor de Serviços engloba uma heterogeneidade muito grande de atividades.

Taxas de Crescimento do PIB – Setores (média dos períodos em %)

	1986-1994		1995		1996-2003		2004-2005		2006-2009	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
<b>PIB</b>	<b>2,8</b>	<b>2,4</b>	<b>-5,0</b>	<b>3,0</b>	<b>2,0</b>	<b>1,9</b>	<b>0,2</b>	<b>4,4</b>	<b>3,6</b>	<b>3,7</b>
<b>PIB per capita</b>	<b>1,3</b>	<b>0,4</b>	<b>-6,3</b>	<b>1,6</b>	<b>1,0</b>	<b>0,4</b>	<b>-0,5</b>	<b>3,1</b>	<b>2,9</b>	<b>2,6</b>
Agropecuária	0,8	2,8	1,7	1,8	3,8	4,3	-14,1	1,3	12,6	2,4
Indústria de Transformaçãc	3,6	1,7	-15,2	1,4	1,6	0,8	0,7	4,8	-0,7	0,6
Construção Civil	1,5	2,3	0,5	3,3	2,3	0,5	3,6	4,2	3,5	2,7
Serviços	2,4	2,6	0,9	3,9	1,8	2,1	2,2	4,3	4,7	4,4

Fonte: IBGE/FEE

No que se refere às participações setoriais (Tabela 2, Anexo Estatístico), como seria esperado, ressalta a forte oscilação da agricultura em determinados anos, fruto da sensibilidade dessa atividade aos fenômenos climáticos e à própria política econômica, caso do câmbio e preços agrícolas. Entretanto, a sua trajetória ao longo de todo o período indica uma rápida recuperação do setor no cenário nacional e a manutenção de uma fatia, em torno de 11%, do Valor Adicionado (VA) da agricultura brasileira.

Participação do VA do RS por setores no VA do Brasil

Período	RS/BR		
	Agricultura	Indústria	Ind. Transformação
1995	11,99	7,80	9,35
1996	11,69	7,50	9,35
1997	11,05	7,94	10,08
1998	11,59	7,33	9,15
1999	11,39	7,34	9,24
2000	10,45	7,56	9,39
2001	12,45	7,52	9,22
2002	10,97	7,48	9,27
2003	12,83	7,47	9,12
2004	11,00	7,51	9,17
2005	8,33	6,95	8,52
2006	11,27	6,52	7,96
2007	11,88	6,43	7,75

Fonte IBGE/FEE

No que tange ao setor industrial, porém, a situação é menos confortável, pois se percebe uma nítida tendência de perda de participação da indústria gaúcha no VA da indústria brasileira a partir de 2005. Entretanto, como já foi referido, esses anos estão marcados pela seca ocorrida em 2004/2005, que repercutiu com grande intensidade no tecido industrial do Rio Grande do Sul. Assim, é importante verificar se os dados de 2008, 2009 e 2010 sinalizam para a manutenção de um patamar mais

baixo de participação do Estado na indústria nacional ou apontam para uma tendência de recuperação da atividade manufatureira estadual. Não se pode perder de vista, porém, que os anos de 2008 e 2009 são marcados pela grande crise econômica/financeira pela qual passou a economia mundial. Mesmo considerando que os efeitos da retração econômica internacional tenham sido sentidos em menor proporção no Brasil, é certo que tal fato ocasionou uma série de consequências para o crescimento do PIB. E, invariavelmente, os Estados que apresentam um nível maior de industrialização e inserção internacional, como é o caso do Rio Grande do Sul, são aqueles que tendem a ser mais impactados com a retração da economia mundial.

A literatura econômica é bastante rica sobre a história e as teorias da crise no capitalismo. A rigor não parece muito apropriado falar-se em crise quando se analisa o comportamento de uma economia de uma unidade da Federação. Afinal, no federalismo brasileiro não existe autonomia do regime monetário e financeiro, e a maioria das políticas macroeconômicas e setoriais econômicas está muito mais restrita à União. Portanto, ao se falar de crise da economia gaúcha, ou de qualquer outro estado brasileiro, deve-se entender essa afirmação como uma situação na qual determinado espaço do território enfrenta dificuldades para acompanhar o ritmo de desenvolvimento do País.

Nesse sentido, foge aos seus propósitos apresentar uma posição mais definitiva sobre se o Rio Grande do Sul está vivenciando, no período recente, um processo de retração em sua dinâmica econômica. O que é possível visualizar das informações analisadas é que a economia gaúcha não tem logrado recuperar os *gaps* que têm ocorrido na sua trajetória de crescimento em anos nos quais o Estado se defronta com situações de dificuldades particulares, como anos de quebra da safra agrícola pela ocorrência de grandes estiagens. Na realidade, o descompasso da *performance* do Estado em relação ao Brasil aparece de forma mais nítida quando se faz essa comparação em termos de preços correntes, o que sugere que o Rio Grande do Sul possa estar enfrentando alguma desvantagem na evolução dos preços dos seus produtos. Aliás, não pode ser descartado, nesse aspecto, algum problema de ordem metodológica envolvendo o Índice de Preços.

Do ponto de vista setorial, mesmo sem o aprofundamento que uma análise deste tipo requer, o problema da perda de participação do Estado no produto nacional é identificado com mais evidência no setor fabril. Uma justificativa que ocorre de imediato é o fato de o Rio Grande do Sul ter perdido, de forma quase que sistemática, parcelas do segmento calçadista que, em passado recente, se constituía em uma atividade de grande peso na estrutura da indústria estadual. Outro fator que pode ser bastante elucidativo para a perda de participação da indústria gaúcha relaciona-se às restrições com que o Estado tem se defrontado no comércio externo. Afinal, a economia gaúcha tem, historicamente, um coeficiente de abertura superior ao do Brasil e, ao contrário de estados como Minas Gerais, que tem se beneficiado do aumento do preço do minério de ferro no mercado internacional, tem enfrentado enormes dificuldades com a perda de competitividade de produtos como calçados e móveis.

Outro elemento a ser considerado é o fato de o Rio Grande do Sul manter um PIB *per capita* acima do brasileiro, fruto de apresentar uma menor taxa de crescimento demográfico. Mesmo sem entrar na questão de discutir os prós e os contras dessa situação, é interessante ter-se presente a possibilidade de a trajetória de crescimento do Estado inserir-se em um movimento mais amplo de descompressão das desigualdades regionais brasileiras. Assim, aos moldes do que já ocorreu a partir da metade dos anos 70, ter-se-ia um movimento, bastante tênue, é certo, de convergência das unidades da Federação em direção à média nacional, no que tange ao PIB *per capita*. Aliás, é precisamente nessa direção que vão as observações feitas pela professora Tânia Bacelar no 2º Seminário Nacional do CNB.

### **Perspectivas para 2011**

As perspectivas para 2011, de modo geral, sinalizam que a economia gaúcha deve continuar crescendo, porém, em um ritmo menor do que o verificado em 2010. Desde logo, pelo fato de que a elevada taxa de crescimento em 2010 está referida a uma base muito baixa, dado o mau desempenho apresentado pelo Estado em 2008.

Como tem sido divulgado, existe uma manifesta preocupação das autoridades monetárias do País com o aumento da inflação e, como consequência, é de se esperar medidas que restrinjam também o ritmo de crescimento da economia brasileira, que já opera próximo do pleno emprego. No *front* externo, embora tanto os EUA como vários países da Comunidade Europeia emitam sinais de recuperação, esta é ainda bastante lenta. Segundo estimativas do FMI, o crescimento da economia mundial em 2011, assim como foi em 2010, será alavancado pelos países em desenvolvimento. Segundo essas previsões, as economias emergentes e em desenvolvimento deverão crescer a uma taxa de cerca de 6,4%, e as chamadas economias avançadas, a uma taxa de 2,2%, o que projeta uma taxa de crescimento global de 4,2%.

Segundo essa instituição, o comércio internacional deverá ter um crescimento de 7% em seu volume, portanto menor do que os 11,4% estimados para 2010. Nesse quadro, tanto as exportações como as importações devem diminuir o ritmo dos volumes transacionados. Para as economias avançadas, o FMI projeta uma retração no crescimento das importações de 10,1%, em 2010, para 5,2% em 2011, e de 11% para 6% nas exportações. No caso das economias emergentes e em desenvolvimento, a redução prevista é de 14,3% para 9,1% no que tange às importações e 11,9% para 9,1% no que se refere às exportações

Essas circunstâncias, juntamente com o problema da apreciação do câmbio, sugerem que o mercado interno será um vetor prioritário para o bom desempenho da economia do Rio Grande do Sul. Resta saber quais serão as consequências das restrições decorrentes do regime de chuvas que mais uma vez incidem sobre o Estado.

## **1.2 A Evolução da Análise Regional no Rio Grande do Sul**

A percepção da dinâmica territorial baseada unicamente nos movimentos macrorregionais, especialmente em função da questão da chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul, perdurou até o início da década de 90, quando a questão regional passou a ser tratada considerando um número maior de variáveis. Um aspecto que merece destaque refere-se à mudança da estratégia da ação do poder público em relação ao seu papel na política regional. Em busca de melhores resultados, a questão passou a ser estudada, e as políticas passaram a ser elaboradas em diferentes escalas, abandonando o procedimento tradicionalmente adotado, de utilização de recortes regionais únicos. No plano nacional, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional se constitui em um exemplo formalizado dessa estratégia, agregando múltiplas escalas de ação de acordo com os problemas a serem enfrentados em cada território problema. No Rio Grande do Sul, essa forma de organizar as políticas regionais também foi adotada a partir da criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), em 1994. A essa ação seguiu-se a Política de Desenvolvimento Regional de 1998 – que também instituiu a Consulta Popular; a instituição do Grupo de Trabalho para as Regiões Menos Desenvolvidas, em 2000; e, mais recentemente, a criação das Regiões Funcionais de Planejamento e dos COREDEs, como escala complementar para o planejamento territorial<sup>6</sup>.

Em termos de análise, essa estratégia contribuiu de forma significativa para compreender a dinâmica territorial no Rio Grande do Sul. Na escala sub-regional, esse enfoque pode ser percebido nos documentos produzidos pelos COREDEs, tais como os planos estratégicos elaborados a partir do final da década de 90 e o documento denominado Pró-RS, com diretrizes para o desenvolvimento do Estado, sob a ótica das regiões. Da mesma forma, o poder público também passou a disponibilizar ferramentas que contribuíam para o melhor entendimento das diferenças regionais, ressaltando os pontos fortes e fragilidades de cada uma das regiões. São exemplos desses esforços o estudo denominado RS 2010, finalizado no ano de 1998; o Atlas Socioeconômico do RS, cuja primeira edição foi publicada no mesmo ano; os Perfis Regionais de 2002, elaborados para subsidiar a participação no Orçamento Estadual; e, mais recentemente, o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o RS (Rumos 2015).

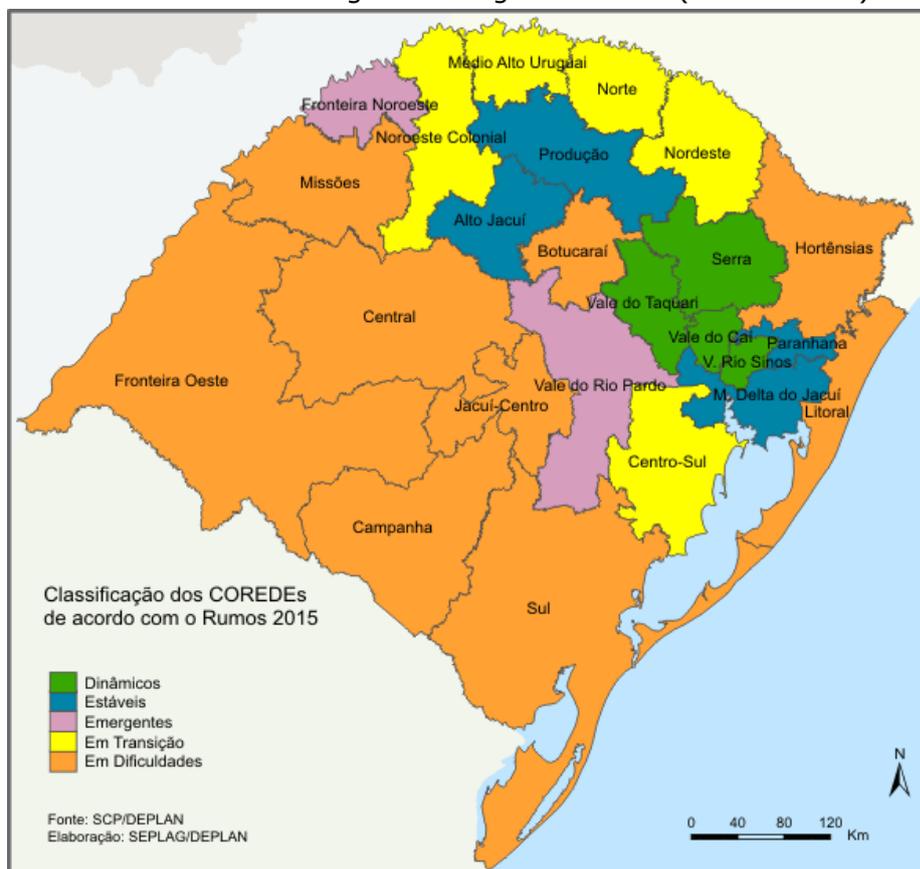
O Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015), um dos mais amplos estudos realizados sobre a dinâmica regional do Rio Grande do Sul, proporcionou uma nova avaliação sobre a realidade regional do Estado, fundamentada na evolução recente e no atual estágio das desigualdades regionais, além de disponibilizar uma ampla carteira de projetos. O resultado, a partir de múltiplas variáveis, foi a classificação dos COREDEs, de acordo com seu grau de desenvolvimento social, econômico e de potencialidades, em Dinâmicos, Estáveis, Emergentes, Em Transição e

---

<sup>6</sup> As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Rumos 2015, a partir do agrupamento de COREDEs como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a divisão por COREDEs, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual.

Em Dificuldades. Esse novo olhar sobre as desigualdades chamou a atenção para regiões localizadas fora do eixo da Metade Sul do Rio Grande do Sul que até então, pouco estavam sendo consideradas nas iniciativas governamentais para o combate às desigualdades regionais no Estado.

Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul de acordo com o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015)

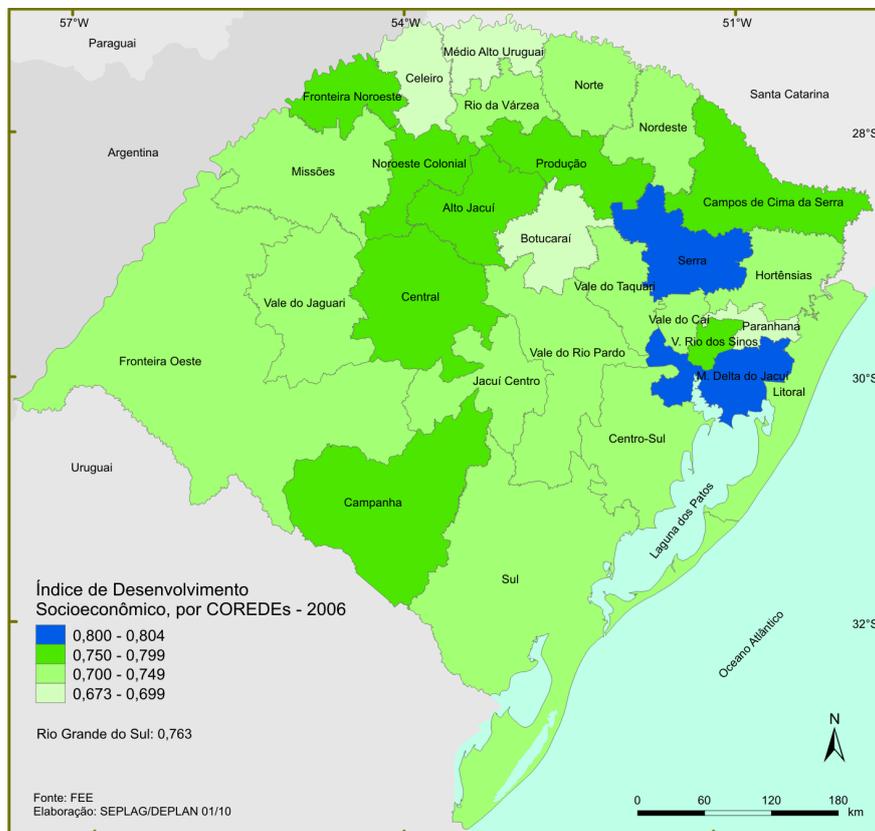


Essa nova tendência de se avaliar a questão das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul pode ser facilmente percebida através da análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE). O IDESE, divulgado anualmente pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um indicador sintético, elaborado aos moldes do conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Sua elaboração resulta de um amplo conjunto de indicadores, agrupados em quatro grandes blocos: Educação, Renda, Saneamento e Domicílios e Saúde<sup>7</sup>. Pela

<sup>7</sup> O Bloco Domicílio e Saneamento analisa a proporção de domicílios abastecidos com água tratada, proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial e média de moradores por município. O Bloco Educação é composto pela taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade, taxa de evasão no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino fundamental e taxa de atendimento no ensino médio. No Bloco Saúde, são utilizados o percentual de crianças nascidas com pouco peso, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos e a expectativa de vida ao nascer. O Bloco Renda é calculado pelo PIB *per capita* e pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB) *per capita* do comércio, alojamento e alimentação.

abrangência das variáveis socioeconômicas que compõem o IDESE, sua utilização permite a classificação de três estágios de desenvolvimento: baixo desenvolvimento (de zero até 0,499); médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799); e, alto desenvolvimento (acima de 0,800 até 1,000).

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (IDESE), por COREDE 2006



Uma breve avaliação sobre o IDESE no Estado através das regiões dos COREDEs, conforme a Figura anterior, reforça a ideia de que a questão das desigualdades regionais é bem mais complexa do que a forma tradicional de se compreender o tema, tendo como base a oposição entre o norte desenvolvido e o sul atrasado. Contrariando essa percepção, os três COREDEs que possuem os piores indicadores do IDESE localizam-se na porção norte do território gaúcho. Já os melhores indicadores estão nos Conselhos Metropolitanos Delta do Jacuí e Serra, notadamente as regiões mais dinâmicas do Estado.

**Tendências espaciais e oportunidades para desenvolvimento regional gaúcho**

A questão regional é um tema recorrente entre as preocupações com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A existência de porções do território que não conseguiram acompanhar o ritmo imprimido pelo desenvolvimento do Estado certamente foram fatores determinantes para uma maior atenção ao assunto e para uma postura mais propositiva do poder público em relação às desigualdades regionais. Acima de tudo, tem se buscado diminuir a distância que separa as regiões mais ricas das mais

pobres, contribuindo, através da formulação de políticas públicas, para um desenvolvimento territorial mais equilibrado.

Atingir esse objetivo não tem se mostrado uma tarefa fácil, uma vez que as desigualdades regionais são uma dimensão do desenvolvimento que, se regulada pelo mercado, promove a livre concorrência entre os territórios, privilegiando sempre aqueles que oferecem condições mais favoráveis para a expansão das grandes empresas. Essa tarefa pode ser facilitada com uma formulação que esteja articulada com uma estratégia nacional de desenvolvimento, visando potencializar os programas e ações desenvolvidos no Estado. Além disso, o território pode ser a base da construção de políticas públicas com um sentido de transversalidade, superando a tradicional visão setorial.

Nessa perspectiva, o primeiro passo consiste em resgatar as atuais tendências do processo de desenvolvimento no Estado. Em uma escala macrorregional, o Rio Grande do Sul tem apresentado, nas últimas décadas, tendências espaciais que apontam para tênues mudanças no tradicional padrão de oposição entre norte, sul e nordeste<sup>8</sup>. Uma primeira tendência que pode ser observada é o relativo processo de desconcentração concentrada das atividades econômicas, reflexo do complexo jogo das economias e deseconomias de aglomeração, que vem favorecendo as franjas dos principais eixos de desenvolvimento<sup>9</sup>. Esse processo tem suscitado um contínuo deslocamento das atividades e do emprego industrial de Porto Alegre na direção de Caixas do Sul e Lajeado, fortalecendo, no longo prazo, os centros urbanos periféricos da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e cidades vizinhas como Erechim, Passo Fundo, Lajeado, Santa Cruz do Sul e a própria Caxias do Sul. Assim, mesmo que ainda persista a tendência de concentração da população e da produção econômica no Nordeste do Estado, houve um lento movimento de desconcentração, especialmente da indústria e do emprego industrial.

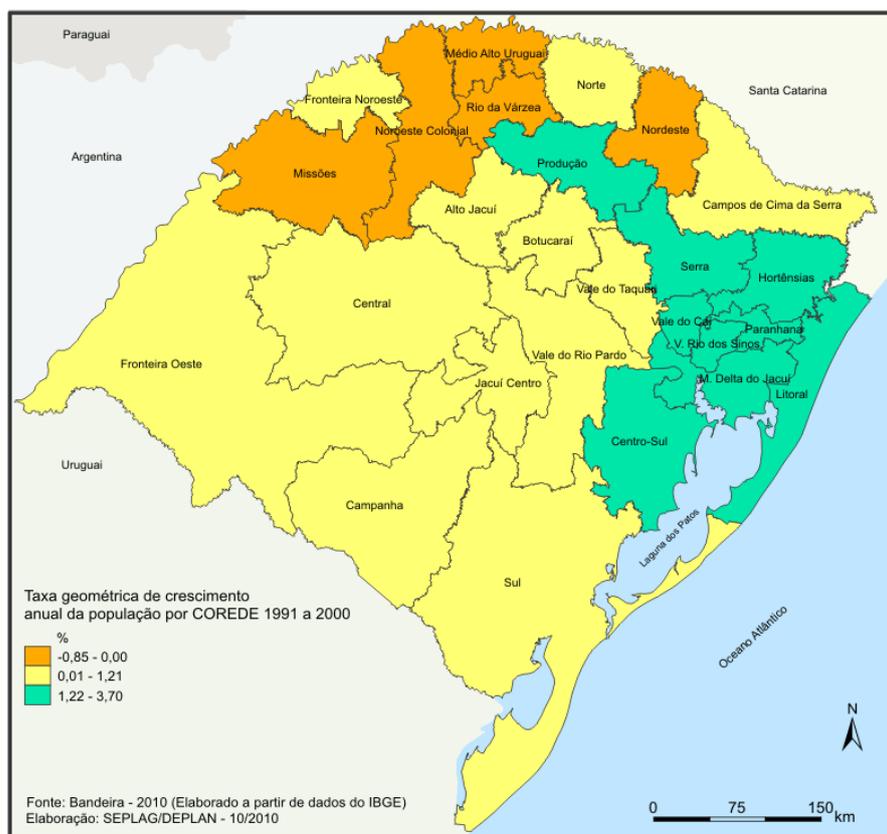
A descentralização das atividades econômicas é alimentada por um severo adensamento das economias de aglomeração na RMPA e adjacências, que tem gerado sérios problemas para a Região. O gargalo na infraestrutura de acesso à Região Metropolitana é um claro exemplo dessa problemática, cuja situação-símbolo é o esgotamento da BR-116. Isso é agravado pelo fato de que enfrentar essas deseconomias de aglomeração, através de investimentos públicos que promovam substanciais melhoramentos, envolve longo prazo e custos onerosos.

---

<sup>8</sup> Essas afirmações se baseiam na apresentação realizada pelo economista Pedro Silveira Bandeira em *workshop* realizado em setembro de 2010.

<sup>9</sup> O conceito de desconcentração concentrada foi introduzido em estudos realizados no plano nacional por Azzoni (1986) e avançou através das análises como as de Campolina e Lemos (1989). No Rio Grande do Sul, em estudos realizados no início da década de 90, Alonso e Bandeira (1990) aplicaram o conceito ao analisarem a expansão industrial da Região Metropolitana de Porto Alegre.

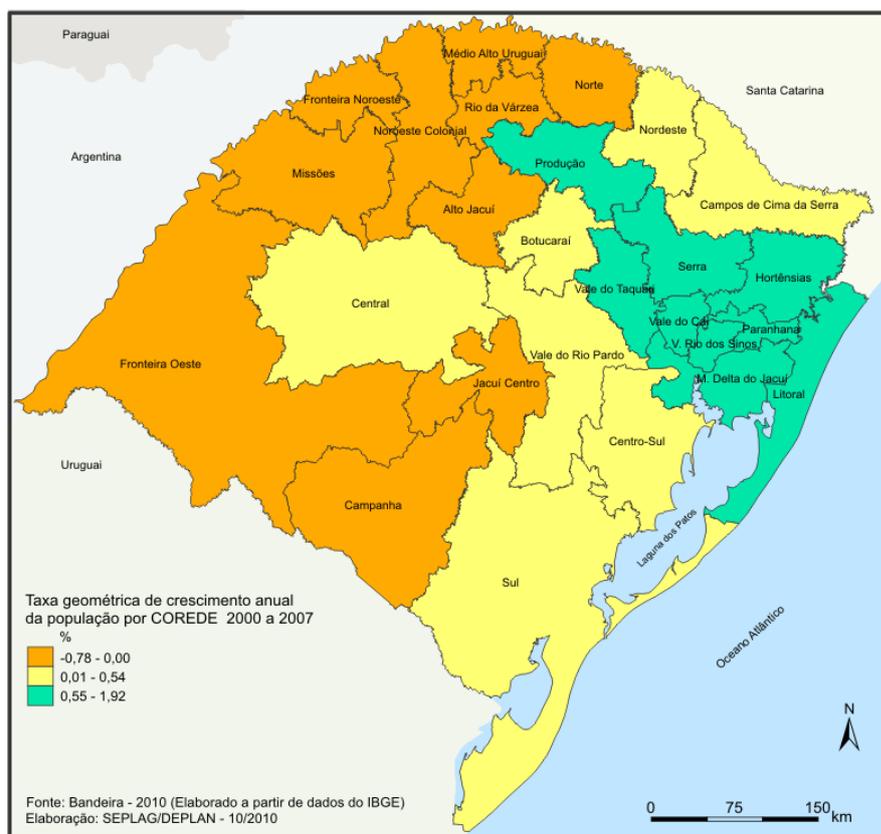
Taxa geométrica de crescimento anual da população por COREDE – 1991 a 2000



Outra tendência é uma visível mudança da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul, com relativo esvaziamento das regiões localizadas mais a oeste e noroeste do território rio-grandense, em favor dos territórios situados mais a leste do Estado.

A gradativa queda dos índices de natalidade associada aos movimentos migratórios tem acentuado a perda de população de regiões próximas às fronteiras, em favor dos polos urbanos mais dinâmicos. A Região Metropolitana de Porto Alegre, por sua vez, continua absorvendo grande parte do contingente populacional oriundo dessas regiões. O que se diferencia do processo ocorrido durante a década de 70, quando do auge da transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, é que o fluxo migratório não mais se dirige, predominantemente, ao núcleo metropolitano, fixando-se nos municípios da franja metropolitana, que se beneficiam da desconcentração industrial.

Taxa geométrica de crescimento anual da população  
por COREDE – 2000 a 2007



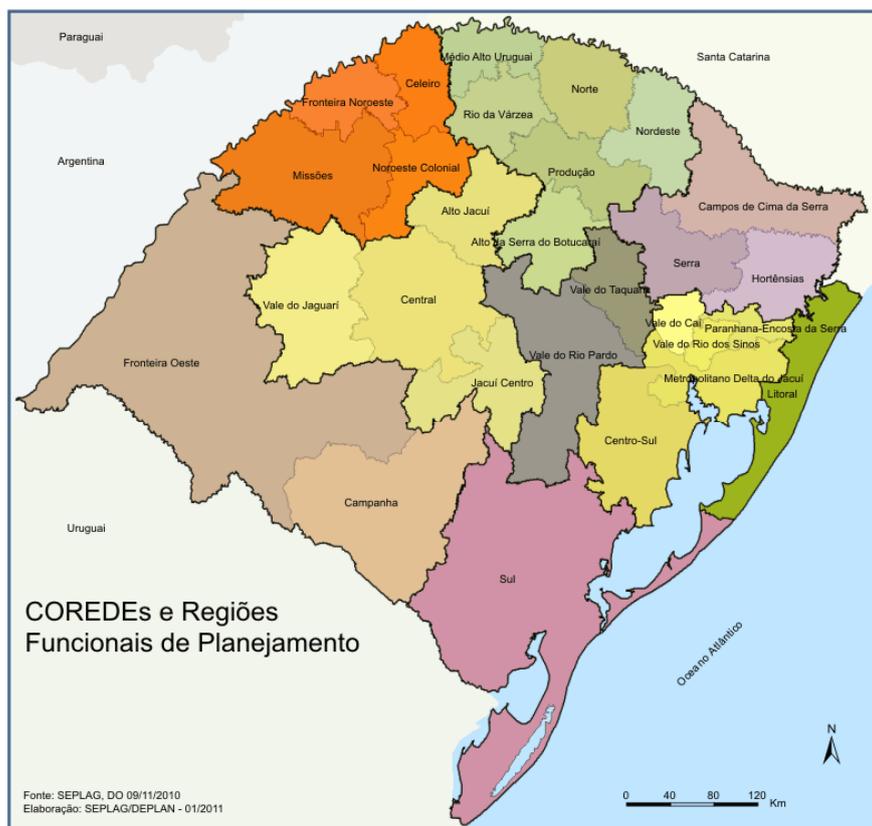
As taxas geométricas do crescimento populacional, expressas nas figuras acima, dão a dimensão dessa situação nos últimos anos<sup>10</sup>. Se considerarmos o período que vai de 1990 a 2000, cinco dos 26 COREDEs existentes à época apresentaram taxas negativas de crescimento, ou seja, além de não acompanharem o crescimento vegetativo perderam população para as demais regiões do Estado. Já no período que vai de 2000 a 2007, o número de regiões que teve reduzida sua população duplicou, expandindo-se para todo o arco de fronteira. Por outro lado, as regiões que cresceram acima da média do Estado continuaram as mesmas (9 regiões), apenas substituindo o COREDE Centro Sul pelo do Vale do Taquari.

Consideradas essas tendências macrorregionais, em uma análise mais desagregada, é plausível obter um maior detalhamento sobre algumas possibilidades que se colocam para as diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Utilizando o recorte das Regiões Funcionais de Planejamento, podem ser resgatadas potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças, que se colocam para o desenvolvimento de cada uma das regiões do Estado<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Uma ressalva a ser feita é que são utilizados dados do Censo Demográfico, para o ano de 1991 e 2000, e da Contagem Populacional, para 2007, que apresentam diferenças metodológicas na coleta dos dados.

<sup>11</sup> Essa análise foi apoiada nos estudos já existentes, como o Rumos 2015 e o Atlas Socioeconômico do RS, e nos avanços proporcionados pelos *workshops* realizados

Regionalização das Regiões Funcionais de Planejamento e dos COREDES



Nessa perspectiva, a Região Funcional 1, formada pelos COREDES Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí, Centro Sul e Paranhana Encosta da Serra, caracteriza-se por concentrar municípios com características metropolitanas, com funções que extrapolam as fronteiras do Estado. A região concentra as principais funções de serviços especializados e da indústria; tem os mais fortes carregamentos em viagens; conta com as mais densas redes de transportes; mantém fortes correlações em empregos, rede urbana, infraestruturas de comunicações, universidades, centros de pesquisas e serviços de saúde; e, seus municípios apresentam tendências à ampliação de conurbações. No Vale do Rio dos Sinos, predominam os segmentos industriais petroquímico, calçados e de máquinas e tratores; no Vale do Caí, os de produtos de origem animal e calçados; no Metropolitano Delta do Jacuí, o de petroquímica; no Paranhana Encosta da Serra, o de calçados; e, no Centro Sul, o de siderúrgicos e sucatas.

A Região Funcional 1 apresenta relevante capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico, com grande presença de universidades e centros de pesquisa e de inovação tecnológica. Exerce forte polarização sobre as demais regiões em aspectos econômicos, demográficos e culturais e apresenta relevantes desigualdades internas, com concentração de

pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), no período de julho a setembro de 2010.

habitações subnormais e grande recebimento de migrantes com baixa escolaridade. Além disso, a RMPA tem crescido de modo acentuado e desordenado, requerendo cuidados especiais aos efeitos que atingem as áreas ambientalmente sensíveis e aos resíduos resultantes da ocupação. Outro aspecto que merece destaque são os gargalos de infraestrutura, nos quais sobressaem os problemas de articulação da região com as regiões da Serra e Sul do Estado, cujos casos mais emblemáticos são a saturação da BR-116 e os problemas da Ponte do Guaíba, que liga a capital ao Sul do Estado.

A Região Funcional 2, formada pelos COREDEs Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo, representa um espaço de transição entre a área do entorno de Porto Alegre e o interior. Apresenta, assim, uma relativa ambiguidade, pois ora se liga fortemente com a Metrópole – como no transbordamento industrial e em viagens de transportes –, ora polariza porções do entorno – nos empregos, universidades, centros de pesquisa e na rede urbana. Apesar das diferenças, os dois COREDEs que a compõem apresentam características comuns, especialmente no que tange a sua estrutura econômica. Na indústria destacam-se atividades de primazia do setor de base agrícola fundada em quatro produtos dominantes – fumo, milho, arroz e soja. O fumo é um cultivo difundido por toda a região e a grande dependência econômica desse produto causa preocupação quanto ao futuro da atividade perante as restrições mundiais ao tabaco.

Entre os fatores potenciais da Região Funcional 2 está a possibilidade de absorver os benefícios advindos da desconcentração concentrada das áreas metropolitanas, devido à proximidade e à acessibilidade, com menores custos da terra e da mão de obra, recursos humanos capacitados e boas infraestruturas. Os principais segmentos potenciais são os de materiais de transporte, derivados de petróleo (borrachas e plásticos), eletroeletrônicos, produtos alimentícios, fertilizantes, papel/gráfica, a cadeia florestal e a de laticínios. A perda de competitividade dos setores dominantes, com especial atenção ao fumo, aves e suínos, é um fator restritivo para o desenvolvimento da Região, que precisa diversificar sua produção, quase toda sustentada pelas pequenas unidades de produção.

A Região Funcional 3 é formada pelos COREDEs Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra. Esses se constituem em áreas de transição metropolitana e têm no turismo um forte elo de interação, com fortes inter-relações nos empregos, acesso a universidades e centros de pesquisas, migrações e acesso à saúde. A região tem potencial médio e baixo para uso agrícola com fortes restrições ambientais. Possui polos de produção industrial consolidados, de prestação de serviços, de atividade primária, áreas de elevada e de baixa renda *per capita*.

A Região Funcional 3 apresenta uma base econômica diversificada, integrada e produtiva, com diversidade de mercados atendidos em função das atividades econômicas, tornando-a menos vulnerável a crises de setores. Na Região, existe uma forte integração entre os segmentos, como nos casos de produção e processamento de grãos, produção de leite e de carnes, aves, suínos, dentre outros. Essas condições proporcionaram a formação de *clusters* regionais altamente competitivos como o do segmento de móveis e do metal-mecânico. Apresenta, ainda, um dos setores turísticos

mais estruturados do País, com grande quantidade de atrativos, e a complementaridade desse setor pode ser utilizada para integrar as regiões mais afastadas do eixo turístico de Canela e Gramado.

A Região Funcional 4 coincide territorialmente com o COREDE Litoral. Apresenta características peculiares quanto a tendências à conurbação litorânea, especialização na área turística e fragilidades ambientais. A rede urbana é hierarquizada, seus principais polos estão localizados junto ao litoral, com grande ocupação sazonal devido ao turismo de verão. A população visitante nos meses de verão é de mais de um milhão de pessoas, ou seja, o triplo da população permanente.

Apesar da sazonalidade, o turismo é o setor econômico que apresenta maior potencialidade na Região Funcional 4, podendo ser ampliado com maior integração do litoral às lagoas e à encosta da Mata Atlântica. Entretanto, deve-se ressaltar que a Região apresenta fragilidades ambientais, potencializadas pela ocupação desordenada, especialmente nas áreas urbanas litorâneas. Além do arroz, que já é competitivo, na porção mais ao sul, o setor primário tem condições de dinamização devido à proximidade da RMPA, vinculado à produção oriunda das pequenas unidades produtivas.

A Região Funcional 5, formada unicamente pelo COREDE Sul, se destaca pela estrutura urbana, com cerca de 60% dos seus moradores vivendo no chamado Aglomerado Urbano do Sul, que inclui os municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São José do Norte e Arroio do Padre. Possui uma estrutura portuária que atende todo o Estado, um setor de serviços relevante e uma agropecuária tradicional na qual tem especial destaque a produção de arroz e a pecuária. A Região perdeu participação econômica e demográfica em relação ao restante do Estado ao longo do século XX devido, principalmente, à baixa dinâmica da sua agricultura e às dificuldades da indústria. O setor de Serviços tem absorvido os contingentes vindos desses setores, mas não se tem mostrado capaz, por si só, de revitalizar a economia local da forma necessária.

O Porto do Rio Grande possui potencial de atração devido às vantagens naturais e operacionais que lhe conferem posição competitiva e destacada. O recente desenvolvimento do polo naval tem agregado segmentos complementares com repercussão para a economia local. O setor de Serviços tem boa capacidade de expansão em atividades de apoio a exportações e serviços em geral.

A Região Funcional 6 é formada pelos COREDEs Campanha e Fronteira Oeste. Essa região possui menos de 7% da população gaúcha, sendo 85% na área urbana, caracterizando-se por apresentar grandes vazios demográficos, pontuados por uma estrutura urbana esparsa, sem cidades de maior porte e grande distância dos principais centros consumidores. Em virtude da predominância de grandes propriedades rurais, possui a mais baixa densidade demográfica do Estado – apenas 12 habitantes por km<sup>2</sup> – e a maior concentração fundiária, acompanhada de uma produção basicamente primária, centrada na pecuária extensiva e no arroz. A indústria é pouco relevante no âmbito estadual, e os únicos setores que se destacam são os relacionados ao processamento de produtos de origem vegetal e animal. A longa fronteira internacional da Região não chega a ser um ativo, uma vez que o norte do Uruguai é também uma

região pobre, e seus setores tendem mais a competir com a estrutura produtiva local do que a complementá-la.

A atividade pecuária é relevante do ponto de vista das potencialidades da Região Funcional 6, porém apresenta baixa integração da cadeia, rebanho heterogêneo e baixa rastreabilidade. Entre as demais atividades, destaca-se a recente expansão da fruticultura, especialmente a vitivinicultura, que encontra condições naturais propícias e força de trabalho disponível. A silvicultura também se constitui em potencial para o desenvolvimento, embora ainda apresente pouca repercussão na economia local. A falta de densidade da cadeia produtiva e a fragilidade social, com indicadores sociais abaixo da média estadual, impõem que se estimule a diversificação de atividades para geração de emprego e renda.

A Região Funcional 7 reúne os COREDEs Missões, Celeiro, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial, os quais possuem homogeneidade na produção agrícola, voltada principalmente para a produção de grãos. A Região apresenta vários elementos comuns, tais como: a forte presença da cadeia de máquinas e equipamentos agrícolas gaúcha, que forma um eixo industrial interligando seus principais polos (Santo Ângelo, Santa Rosa, Horizontina, Ijuí e Panambi); boas potencialidades para uso agrícola; fortes interações de serviços e transportes; e, presença de bom número de cidades médias.

A Região apresenta boa potencialidade para uso agrícola e produção pecuária em produtos tradicionais como soja, milho e trigo, leite, aves e suínos, com possibilidades perante a expansão de novos setores como a cana-de-açúcar. O segmento de máquinas e equipamentos agrícolas é relevante e competitivo, com destaque para o eixo Horizontina, Santa Rosa, Santo Augusto, Ijuí e Panambi. A Região fica distante dos grandes mercados (RMPA, Porto do Rio Grande e restante do País), e a falta de integração da fronteira é um fator limitante para a economia local.

A Região Funcional 8, composta pelos COREDEs Central, Jacuí Centro e Alto Jacuí, apresenta homogeneidade em relação à produção agrícola e agroindustrial, apesar de diferenças internas em termos fundiários e culturais. As aptidões regionais estão relacionadas, direta ou indiretamente, com o setor agropecuário, com diversificação de produtos e boa competitividade, embora com pouca integração entre produção e processamento nas principais cadeias agropecuárias. Em termos sociais, os indicadores são um pouco inferiores às médias estaduais. Apresenta forte polarização de empregos, da rede urbana, de universidades e centros de pesquisas, de carregamentos e viagens de transportes, de migrações, de serviços de saúde, com grande centralidade em Santa Maria.

Possui base produtiva diversificada, porém, com baixa produtividade relativa e pouca densidade, especificamente no caso do arroz e da soja. Apresenta boa infraestrutura de transportes para escoamento de produção, com integração de vários modais. Pela centralidade e funções que desempenha, a cidade de Santa Maria pode se constituir em um polo irradiador de desenvolvimento para toda a Região, na medida em que dispõe de uma forte estrutura de universidades, centros de pesquisa, capacitação e vocação para atividades relacionadas ao setor terciário.

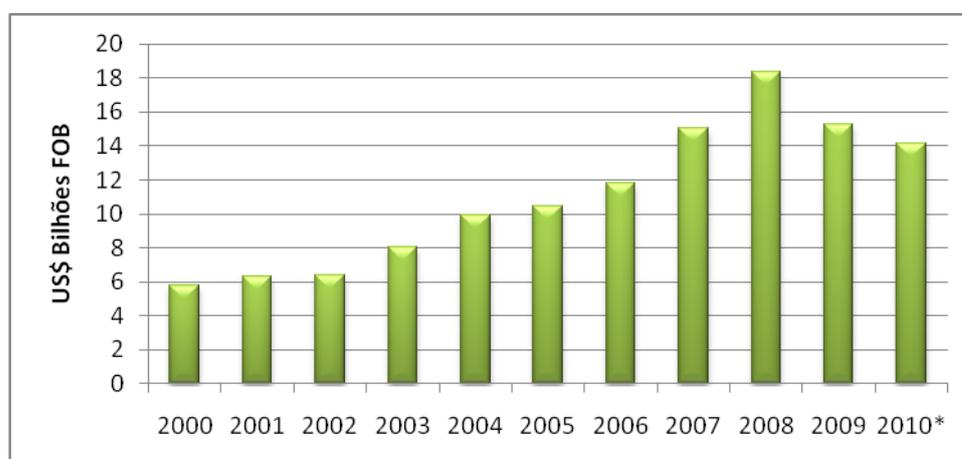
A Região Funcional 9, situada na fronteira com o Estado de Santa Catarina, é formada por seis COREDEs – Médio Alto Uruguai, Norte, Produção, Alto da Serra do Botucaraí, Nordeste e Rio da Várzea. A base produtiva da Região é bastante diversificada, mas fundamentada nas atividades produtivas agroindustriais. Na agricultura, predomina a lavoura empresarial de soja, milho e trigo, mas, de forma geral, a produção de todas as regiões é bastante diversificada, principalmente em função da presença de grande número de pequenas propriedades rurais. A indústria tem fortes ligações com a atividade rural, destacando-se o segmento de máquinas e equipamentos agrícolas e as cadeias produtivas de aves, suínos e leite.

A análise dos pontos fortes e fracos da Região Funcional 9 enfatizou a competitividade das cadeias de aves, suínos, leite, do segmento de máquinas e equipamentos agrícolas. A configuração da sua estrutura rodoviária, com uma estrutura radial a partir de Passo Fundo, e a fraca integração intrarregional no sentido leste-oeste podem ser consideradas como desvantagens competitivas para a Região, com desvio potencial de atividades econômicas para os polos catarinenses. Também merecem especial atenção as atividades desenvolvidas nas pequenas unidades rurais, que ainda concentram número significativo de população.

### **1.3 Exportações Gaúchas em 2010**

A crise internacional que eclodiu em setembro de 2008 pôs fim a um período de bonança para o comércio mundial de bens e serviços. Impulsionadas pelo *boom* econômico da China, que entra para a Organização Mundial do Comércio no fim de 2001, as exportações mundiais crescem por volta de 160% até seu auge em 2008. É nesse contexto externo favorável que o Rio Grande do Sul inicia a década com uma pauta de exportações de US\$ 6,3 bilhões de dólares e vê esse montante atingir algo em torno de US\$ 16 bilhões em 2010.

Evolução das Exportações do Rio Grande do Sul: 2000-2010\*.

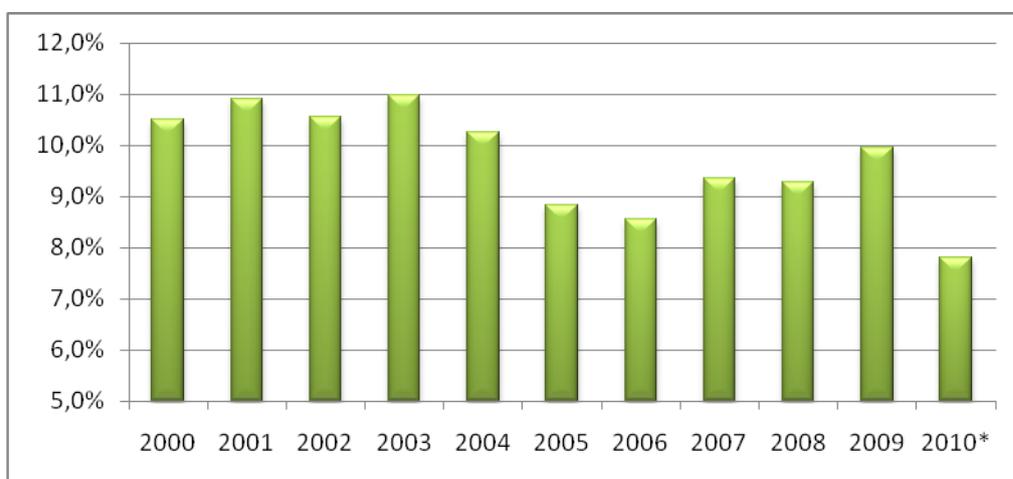


\* Dados até novembro.

Fonte: SECEX/MDIC.

Apesar do desempenho positivo das exportações do Rio Grande do Sul na última década, constata-se uma perda de participação das exportações gaúchas na pauta nacional. Como mostra o Gráfico a seguir, o patamar de 10% foi rompido em 2005, ano em que a estiagem afetou a produção agrícola do Estado. Esse patamar só foi recuperado em 2009, quando a crise internacional afetou mundialmente os fluxos de comércio, e a pauta gaúcha mostrou-se mais resistente a essa retração do que o restante do País. Em 2010, entretanto, o Rio Grande do Sul não acompanhou a forte recuperação das exportações nacionais no Pós-Crise: em um comparativo de janeiro a novembro, as exportações do Estado cresceram apenas 5% de 2009 para 2010, enquanto as do restante do País cresceram 33%.

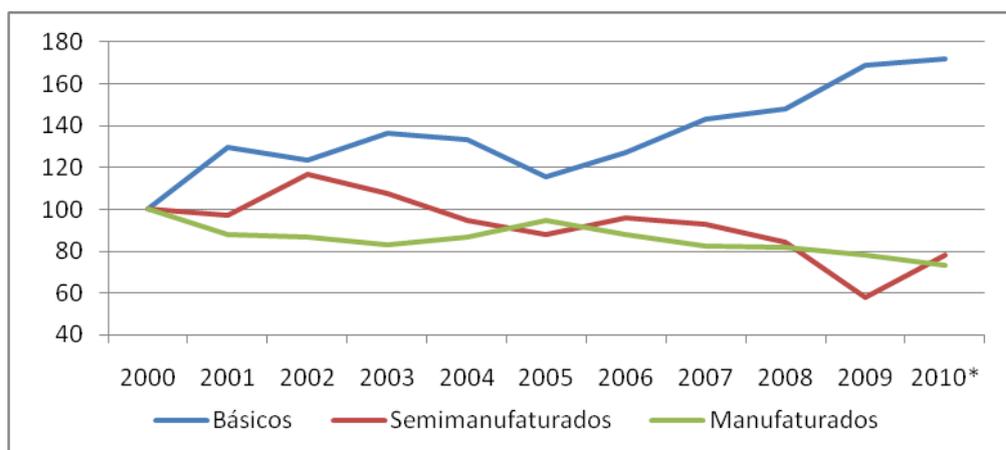
Participação do Rio Grande do Sul nas Exportações Nacionais: 2000-2010\*.



\* Dados até novembro.  
Fonte: SECEX/MDIC.

A composição da pauta de exportações do Rio Grande do Sul foi fortemente afetada pela ascensão chinesa no mercado internacional. O apetite do gigante asiático por *commodities* agrícolas contribuiu para a "primarização" das exportações gaúchas, que perderam em valor agregado e intensidade tecnológica. O gráfico a seguir ilustra esse movimento.

Composição das Exportações do RS por Fator Agregado: 2000-2010\*.  
Índice: 2000 = 100.



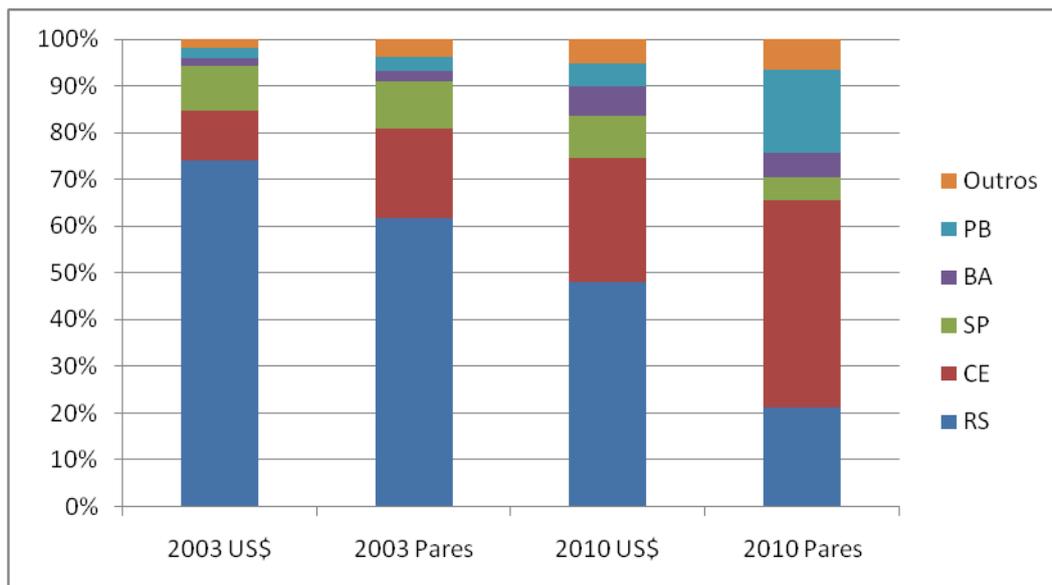
\*Dados até novembro.  
Fonte: SECEX/MDIC.

Os setores exportadores de produtos intensivos em trabalho vêm sofrendo com a falta de competitividade no mercado internacional frente aos produtos asiáticos, principalmente os chineses. Nesse sentido, as exportações gaúchas do segmento apresentam forte queda nos últimos anos, tendo a indústria calçadista o maior peso nessa retração.

A falta de competitividade do calçado gaúcho no mercado internacional resultou no direcionamento das vendas para o mercado brasileiro. Desse modo, a participação da indústria calçadista na pauta de exportações do Estado, que atingia 14% em 2003, caiu para 5% em 2010.

Mais preocupante que a perda de participação do calçado brasileiro no mercado internacional é a redução da representatividade do calçado gaúcho nas exportações do País. Em 2003, o Rio Grande do Sul respondia por 74% do valor e por 62% do *quantum* exportado pelo Brasil. Já em 2010, essas participações caíram para 48% e 21%, respectivamente. Apesar de o Estado continuar líder absoluto no Brasil em termos de valor exportado, perdeu a liderança no quesito quantidade para o Ceará, que exportou 44% dos pares de calçados brasileiros em 2010.

Participação nas Exportações Brasileiras de Calçados: 2003 e 2010\*



Fonte: ABICALÇADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados.

Os dados apresentados permitem uma importante observação acerca da diferença entre o preço médio do calçado exportado pelo Rio Grande do Sul e o do calçado exportado pelos concorrentes nacionais. Em 2003, o preço médio do par exportado pelo Estado foi de US\$ 9,83, enquanto a média nacional foi de US\$ 8,21. Em 2010, o preço do par gaúcho atingiu US\$ 23,60, ante uma média nacional de US\$ 10,44.

Esse aumento de preços reflete uma tendência para a indústria gaúcha. Sem condições de concorrer em mercados sensíveis a preço, os calçadistas do Estado têm focado na agregação de valor e na diferenciação de produto para conquistar nichos de mercado mais exigentes, como o europeu. Para isso, o Rio Grande do Sul conta com mão de obra altamente qualificada e tradição de muitas décadas no mercado, permitindo a exportação de calçados cada vez mais sofisticados e de alto valor unitário, principalmente botas femininas, maior especialidade gaúcha.

Outro setor intensivo em trabalho historicamente presente na pauta de exportações do Rio Grande do Sul é o moveleiro. Conforme dados da Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul (MOVERGS), existem 2.700 indústrias do setor no Estado, das quais 86% produzem móveis de madeira. O setor é composto principalmente por empresas pequenas e médias, e emprega aproximadamente 39 mil pessoas.

Diferentemente do cenário desafiador encontrado no exterior pelos produtos intensivos em trabalho, as perspectivas para os setores ligados ao agronegócio são mais otimistas. As altas taxas de crescimento apresentadas pelas economias de países emergentes representam o acréscimo de milhões de pessoas no mercado de trabalho, aumentando a demanda mundial por alimentos.

Nesse contexto, o Brasil consolidou-se como *player* mundial na produção e exportação de alimentos, sendo os produtos do complexo soja

os mais relevantes nessa pauta. No Rio Grande do Sul, terceiro maior exportador do País, a participação da soja na pauta de exportações teve leve alta entre 2003 e 2010, de 14% para 15%. Importante ressaltar que ocorreu forte oscilação no período, acompanhando a irregularidade das safras no Estado. Exemplo disso é a estiagem de 2005, quando a participação da soja na pauta de exportações foi de 3%.

O leve aumento da participação da soja nas exportações do Estado foi acompanhado por uma leve perda de participação do produto gaúcho nas exportações nacionais do segmento. Em 2003, o Rio Grande do Sul respondeu por 20% da soja exportada pelo País; em 2010, essa participação caiu para 17%.

As exportações gaúchas do complexo soja caracterizam-se pela "primarização", com alta participação da soja *in natura* (85% em 2010), em detrimento do óleo, mais elaborado. Além disso, destaca-se a ascensão da China como principal destino da soja gaúcha no exterior. A participação chinesa nas exportações gaúchas do segmento subiu de 52%, em 2003, para 82% em 2010. Mantido o ritmo de expansão da demanda chinesa por soja, o elevado patamar de preços da *commodity* vigente no mercado internacional tende a ser sustentado no curto prazo, trazendo boas perspectivas aos produtores do grão.

Um segmento agropecuário que se apresenta com forte potencial exportador para os próximos anos no Rio Grande do Sul é o frangeiro, particularmente no que diz respeito à carne de frango *in natura*. Entre 2003 e 2010, as exportações gaúchas de carne de frango apresentaram crescimento médio de 14% ao ano (levando-se em conta o período de janeiro a novembro), resultando na elevação da participação do segmento na pauta do Estado, de 5,9%, em 2003, para 7,7% em 2010. Entretanto, esse ritmo é menor do que o observado no restante do País, resultando na perda de participação das exportações gaúchas de carne de frango no total nacional, de 28%, em 2003, para 21% em 2010.

O principal mercado do frango gaúcho no exterior é o Oriente Médio. Entre 2003 e 2010, a participação do bloco nas exportações de frango do Rio Grande do Sul subiu de 39% para 49%. A tendência para os próximos anos é de que o bloco aumente sua importância, juntamente com o norte da África. Esses dois mercados possuem, em conjunto, cerca de 500 milhões de consumidores, e as empresas brasileiras estão bem posicionadas na região devido ao longo relacionamento com a cultura local, baseada em fortes preceitos religiosos.

Outro mercado potencial é o chinês. A China apresenta baixo índice de consumo de carne de frango *per capita*, mas foi o mercado que mais cresceu nos últimos anos. Com a abertura do mercado chinês para o frango brasileiro no fim de 2009, as exportações gaúchas do setor para o país asiático sextuplicaram em 2010, embora a participação ainda seja pequena, em torno de 4,5%.

Ainda no segmento de carnes, as exportações gaúchas de suínos merecem destaque no período. Entre 2003 e 2010, não só o setor ganhou considerável participação na pauta do Estado, como consolidou o Rio Grande do Sul como o maior exportador brasileiro. A participação da carne suína, fresca, refrigerada ou congelada, nas exportações gaúchas cresceu

de 1,5%, em 2003, para 3,5%, em 2010. Paralelamente, a participação do suíno gaúcho nas exportações brasileiras do setor subiu de 24% para 43% no período.

As exportações gaúchas de suínos tiveram a Europa Oriental como principal bloco de destino em 2010, correspondendo a 80% do total, seguido de Ásia (excluindo Japão e Oriente Médio) e MERCOSUL, com 8,7% e 8,5%, respectivamente. A penetração dos suínos gaúchos nesses blocos, compostos por países emergentes e em desenvolvimento, ainda com baixos índices de consumo *per capita* e projeções de crescimento econômico superior, traz boas perspectivas para a demanda nos próximos anos.

Outro produto agropecuário com forte presença na pauta de exportações do Rio Grande do Sul é o tabaco/fumo. Dados da *International Tobacco Growers' Association* (ITGA) apontam o Brasil como o segundo maior produtor e o maior exportador mundial de fumo, tendo exportado 696 mil toneladas em 2009, com a Índia, segunda no mercado, exportando um terço desse montante.

Em 2010, o Rio Grande do Sul respondeu por aproximadamente metade da produção nacional e dois terços das exportações do produto. De fato, o fumo não-manufaturado é um dos principais produtos da pauta de exportações do Rio Grande do Sul, com participação de 12% sobre o total exportado pelo Estado em 2010. No período 2003-2010, essa participação permaneceu praticamente inalterada.

As cifras gaúchas no setor impressionam, mas, levando-se em conta que as exportações de fumo do Rio Grande do Sul representaram 90% do total exportado pelo Brasil em 2003, constata-se uma preocupante perda de participação do Estado na pauta nacional. Essa perda é contraposta pelo avanço de estados como Santa Catarina, cuja participação subiu de 8,5%, em 2003, para mais de 32%, em 2010.

Conforme relatório do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), o crescimento recentemente observado na produção e nas exportações brasileiras de tabaco deveu-se, principalmente, à queda na produção de importantes concorrentes, como Estados Unidos, União Europeia, Turquia e Zimbábue. Entretanto, o cenário a ser projetado para o setor não é promissor, visto que o consumo mundial de tabaco vem diminuindo, principalmente nos países desenvolvidos. A demanda mundial só não apresentou forte queda devido ao aumento do consumo na China, que deu um salto a partir de 2000. Serve de alento para os produtores do Estado a possibilidade de a alta qualidade do fumo aqui produzido sustentar a presença do produto gaúcho junto a mercados mais resistentes.

Entrando nos produtos manufaturados intensivos em economias de escala, o próximo segmento da pauta de exportações do Rio Grande do Sul a ser analisado é o petroquímico, com destaque para plásticos. Com a implantação do polo de Triunfo, em 1982, o Estado tornou-se um dos principais produtores de resinas termoplásticas (polietileno, polipropileno e PVC) do País, sendo atualmente o principal exportador.

As exportações de resinas do Rio Grande do Sul responderam por 48% das exportações brasileiras do segmento em 2003 e por 46% desse montante em 2010, caracterizando-se uma leve perda de participação.

Dentro da pauta total gaúcha, as resinas termoplásticas ganharam espaço, tendo a participação subido de 9%, em 2003, para 13%, em 2010.

O consumo de resinas termoplásticas no Brasil cresceu em torno de 5,4% ao ano entre 1993 e 2009, mas ainda se encontra bem abaixo do observado nos países desenvolvidos. Uma vez que os efeitos da crise internacional de 2008/2009 devem frear o crescimento dos blocos desenvolvidos nos próximos anos, espera-se um maior direcionamento da produção petroquímica para o mercado interno, em que os preços obtidos pelos produtores dessas *commodities* são mais elevados.

O destaque positivo da pauta de exportações do Rio Grande do Sul no período analisado fica por conta do petróleo e seus derivados combustíveis. A participação do segmento não chegava a 0,2% do valor exportado em dólares no ano de 2003. Já em 2010, 2,4% do total exportado pelo Estado foi representado por esses produtos.

A participação de óleos e combustíveis minerais na pauta do Rio Grande do Sul caminhou paralelamente à participação do Estado nas exportações nacionais desses produtos. Em 2003, o Rio Grande do Sul representou em torno de 0,3% da pauta brasileira do segmento, enquanto que, em 2010, respondeu por 2,0%.

O crescimento observado pode ser atribuído ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional e às ampliações feitas na Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), integrante do Sistema Petrobras. Entre 2001 e 2006, a capacidade de processamento de petróleo da refinaria foi ampliada de 20 mil para 30 mil m<sup>3</sup>/dia, consolidando-se como a quinta maior refinaria do Sistema Petrobras.

Os principais mercados da REFAP no exterior são os países do Cone Sul, como Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia, importadores de diesel, e também o Caribe, que recebe gasolina. Segundo informações da própria empresa, a refinaria está trabalhando para atender ao crescimento da demanda no exterior após a finalização da ampliação, com produtos customizados para diferentes os mercados.

Um dos segmentos com maior representação na pauta de exportações do Rio Grande do Sul é o metal-mecânico<sup>12</sup>. Entre 2003 e 2010, a participação do setor na pauta gaúcha apresentou leve queda, de 14% para 12%. Na mesma direção vai a participação da indústria metal-mecânica do Estado nas exportações nacionais do setor: no período em questão, cai de 9,7% para 7,9%.

Dentro da infinidade de produtos que compõem esses três capítulos, merecem destaque: tratores; carrocerias de ônibus; colheitadeiras; partes e acessórios para tratores e automóveis; reboques e semirreboques para transporte de mercadorias; autopeças.

---

<sup>12</sup> Foram considerados os seguintes capítulos da NCM: 84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes; 86 – Veículos e material para vias férreas ou semelhantes, e suas partes; aparelhos mecânicos (incluídos os eletromecânicos) de sinalização para vias de comunicação; 87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

O principal mercado para a indústria metal-mecânica gaúcha no exterior, em 2010, foi América Latina e Caribe, com 68% do valor exportado. A África deteve 9% das exportações gaúchas, enquanto que, ao bloco formado pelos países desenvolvidos, destinou-se 16% do total exportado. Com relação a 2003, percebe-se um aumento na participação de América Latina e Caribe, que era então de 54%, bem como da África, que era de 7%. Por sua vez, a participação dos países desenvolvidos, de 32% em 2003, reduziu-se fortemente, inclusive com queda no valor exportado em dólares.

Fato negativo para as exportações do Estado é o de que grandes empresas do setor estão internacionalizando a produção, buscando abastecer mercados através de unidades no exterior. É o caso da Marcopolo, líder no mercado brasileiro de ônibus. Fundada em Caxias do Sul, em 1949, a empresa já possui unidades produtivas na África do Sul, Argentina, China, Colômbia, Egito, Índia e México e concentra no exterior 3.000 dos seus 13.600 colaboradores.

Traçadas as trajetórias recentes dos setores mais representativos da pauta de exportações do Rio Grande do Sul, bem como suas perspectivas e potenciais para os próximos anos, pôde-se observar uma série de alterações no que diz respeito ao dinamismo e à competitividade dos mesmos. Essas alterações incluem a perda de participação de setores historicamente importantes para o Estado, como o calçadista, bem como a ascensão de segmentos não representativos em períodos anteriores, como o de combustíveis.



## **2 O PANORAMA SOCIAL GAÚCHO FRENTE AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO**



## **2 O PANORAMA SOCIAL GAÚCHO FRENTE AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO**

### ***2.1 O Rio Grande do Sul e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio***

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pelos líderes mundiais em 2000, nasceram das grandes conferências internacionais da década de 1990, sobre população, meio ambiente, gênero, direitos humanos e desenvolvimento social. Seu grande mérito é integrar os compromissos assumidos nessas conferências em uma grande agenda mundial de desenvolvimento, definindo metas claras, prazos nos quais devem ser cumpridas e indicadores do progresso alcançado por cada região, país, comunidade do planeta.

Existem oito Objetivos, dezoito Metas e mais de quarenta Indicadores que descrevem o que é necessário ser feito para reduzir a pobreza e atingir o desenvolvimento sustentável em 25 anos, de 1990 a 2015. Os mais influentes tomadores de decisões estiveram envolvidos em sua definição e concordaram em trabalhar no sentido de sua implementação. Tais objetivos são resultado de muita reflexão, mas pequenos ajustes ainda podem ser considerados. Dessa maneira, os envolvidos com o tema terão um alvo concreto para mirar e dados numéricos precisos para mensurar as ações.

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são:

Objetivo 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome.

Objetivo 2 - Atingir o ensino básico universal.

Objetivo 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

Objetivo 4 - Reduzir a mortalidade infantil.

Objetivo 5 - Melhorar a saúde materna.

Objetivo 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.

Objetivo 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental.

Objetivo 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Com o intuito de avaliar em que medida as metas dos ODM vêm sendo cumpridas nos municípios do Rio Grande do Sul, a equipe do Núcleo de Indicadores Sociais do Centro de Informações Estatísticas da FEE, por solicitação do Fórum Permanente de Responsabilidade Social do Rio Grande do Sul (Fórum RS), realizou um diagnóstico, compatibilizando objetivos, metas e indicadores com as bases estatísticas municipais disponíveis. Nesse sentido, foram escolhidos sete objetivos, nove metas e 18 indicadores, adaptados à fonte de dados disponível e à escala dos 496 municípios gaúchos.

O Quadro a seguir apresenta os objetivos, metas e indicadores estabelecidos para o Rio Grande do Sul.

Objetivos, Metas e Indicadores de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos para o RS entre 1990 e 2015

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES
1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.	1. Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a US\$1,00 PPC/dia.	1. Proporção dos indivíduos com rendas domiciliares <i>per capita</i> inferiores a meio salário mínimo.
	2. Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.	2. Taxa de crianças com baixo peso ao nascer (por 100 nascidos vivos).
2. Atingir o ensino fundamental universal.	3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino fundamental.	3. Percentual de não-escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de sete a 14 anos.
		4. Percentual de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.	4. Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível até 2005, e, em todos os níveis de ensino, no mais tardar até 2015.	5. Razão entre mulheres e homens no ensino fundamental.
		6. Razão entre mulheres e homens no ensino médio.
		7. Razão entre mulheres e homens no ensino superior.
		8. Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.
		9. Proporção de mulheres no total de assalariados.
		10. Proporção de mulheres exercendo mandatos nas câmaras de vereadores.

4. Reduzir a mortalidade infantil.	5. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos.	11. Taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos (por 1.000 nascidos vivos).
		12. Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos).
5. Melhorar a saúde materna.	6. Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.	13. Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos).
6. Combater o HIV/AIDS, a tuberculose e outras doenças.	7. Até 2015, deter e começar a reverter a propagação da AIDS.	14. Taxa de incidência de HIV/AIDS entre as mulheres na faixa etária de 15 a 24 anos (por 100.000 pessoas).
		15. Taxa de incidência da AIDS por município (por 100.000 pessoas).
	8. Reduzir pela metade o número de casos e mortes por tuberculose entre 1990 e 2015.	16. Taxa de mortalidade ligada à tuberculose (por 100.000 pessoas).
7. Garantir a sustentabilidade ambiental.	9. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e segura.	17. Proporção de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral.
		18. Proporção de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial.

Fonte: FEE.

A metodologia utilizada pela FEE para avaliar o cumprimento das metas dos ODM nos municípios gaúchos baseou-se na criação de categorias para cada um dos 18 indicadores selecionados para o Estado, analisando-se a evolução do indicador no período que vai de 1991 até o último ano estatístico disponível para a base municipal. Os critérios de avaliação estabelecidos são os seguintes:

- *Alcançado* – considera-se que, nesse indicador, já se alcançou a meta. O fato de se afirmar que a meta estipulada já foi atingida não significa que ela venha a se manter assim até 2015;
- *A caminho* – considera-se que, nesse indicador, se alcançará a meta até 2015, se o ritmo de melhora em curso for mantido;

- *A caminho/Avanço lento* – em alguns municípios, não foi possível identificar a categorização. Nesse indicador, há melhoras, mas não é identificado o ritmo de mudança;
- *Avanço lento* – há melhora no indicador, mas, mantido o ritmo, a meta não será atingida até 2015;
- *Nenhuma mudança ou mudança negativa* – nessa categoria, o indicador ou não apresenta nenhuma mudança, ou apresenta mudança negativa até o último ano estatístico disponível.

Calculados os indicadores para os municípios com base de dados disponíveis, a distribuição dos mesmos entre as categorias criadas pela FEE apresentou-se conforme mostra a Tabela a seguir.

Distribuição percentual dos municípios gaúchos nas categorias de acompanhamento dos ODM e desempenho total do RS

<b>INDICADOR</b>	Alcançado	A caminho	Avanço Lento	Nenhuma mudança ou mudança negativa	<b>TOTAL DO RS<sup>13</sup></b>
1. Proporção dos indivíduos com rendas domiciliares <i>per capita</i> inferiores a meio salário mínimo (1991-2000).	27,2	57,2	14,8	0,9	A caminho
2. Taxa de crianças com baixo peso ao nascer (por 100 nascidos vivos) (1991-2005).	16,5	7,7	20,6	55,2	Nenhuma mudança ou mudança negativa
3. Percentual de não-escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de sete a 14 anos (1991-2000).	0,0	97,4	2,4	0,2	A caminho
4. Percentual de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos (1991-2000).	0,2	79,4	13,7	6,6	A caminho
5. Razão entre mulheres e homens no ensino fundamental (1991-2000).	55,2	5,4	1,3	38,1	Alcançado

<sup>13</sup> Ponderado pela participação dos municípios da categoria na população total do Estado.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

6. Razão entre mulheres e homens no ensino médio (1991-2000) <sup>14</sup> .	21,4	33,4	6,9	37,9	A caminho
7. Razão entre mulheres e homens no ensino superior (1991-2000) <sup>15</sup> .	6,4	21,6	7,9	52,0	Nenhuma mudança ou mudança negativa
8. Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos (1991-2000).	76,0	0,9	0,9	22,3	Alcançado
9. Proporção de mulheres no total de assalariados (1991-2004).	5,4	32,3	31,3	31,0	Avanço lento
10. Proporção de mulheres exercendo mandatos nas câmaras de vereadores (1991-2004).	1,8	40,7	14,1	43,3	Avanço lento
11. Taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos (por 1.000 nascidos vivos) (1991-2005).	38,9	8,9	19,0	33,3	Avanço lento
12. Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) (1991-2005).	42,7	7,9	17,5	31,9	Avanço lento
13. Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos) (1991-2005).	86,7	0,2	1,2	11,9	Nenhuma mudança ou mudança negativa

<sup>14</sup> No indicador, 0,4% dos municípios foram classificados na categoria "A caminho/Avanço lento".

<sup>15</sup> No indicador, 8,6% dos municípios foram classificados na categoria "A caminho/Avanço lento", e outros 3,4% ficaram sem categorização.

14. Taxa de incidência de HIV/AIDS entre as mulheres na faixa etária de 15 a 24 anos (por 100.000 pessoas) (1991-2004).	89,9	0	0	10,1	Nenhuma mudança ou mudança negativa
15. Taxa de incidência da AIDS por município (por 100.000 pessoas) (1991-2004).	65,7	0	0	34,3	Nenhuma mudança ou mudança negativa
16. Taxa de mortalidade ligada à tuberculose (por 100.000 pessoas) (1991-2004).	84,5	1,2	2,8	11,5	Avanço lento
17. Proporção de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral (1991-2000).	18,2	33,4	23,9	24,4	A caminho
18. Proporção de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial (1991-2000).	1,9	8,6	67,0	22,5	Avanço lento

Fonte: FEE/CIE/NIS.

Na seção seguinte são apresentados os resultados, obtidos no trabalho executado pela FEE, do desempenho dos indicadores selecionados para mensurar as metas e, por conseguinte, os ODM.

## **2.2 A Situação dos Indicadores**

A seguir, são apresentados o resultado do diagnóstico para cada um dos indicadores selecionados. Também é apresentada a disposição espacial dos resultados, mostrando mapas com o desempenho de todos os municípios por indicador.

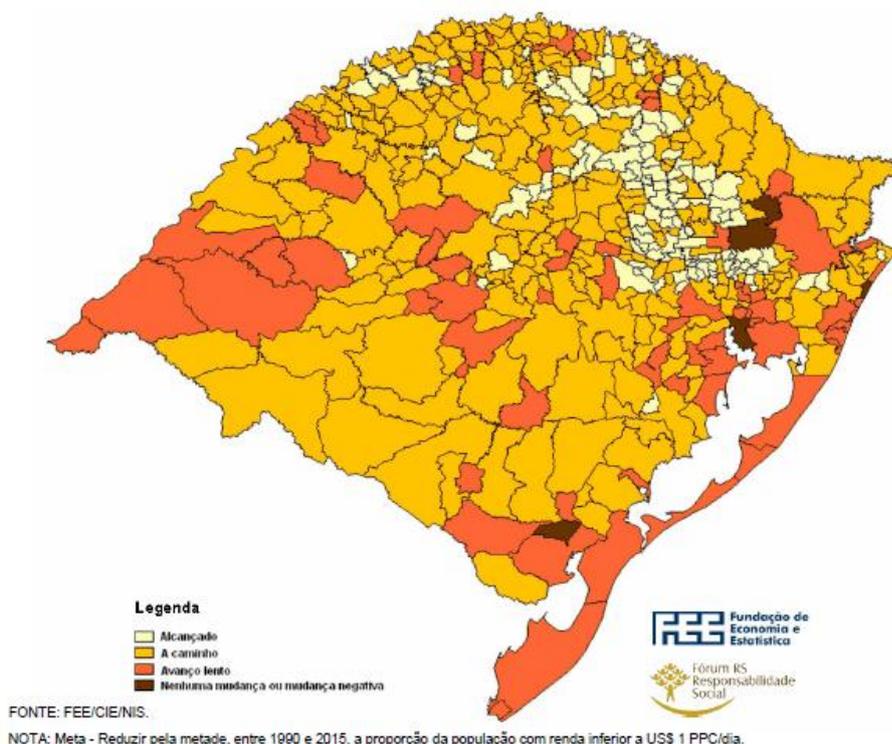
### *Proporção dos Indivíduos com Rendas Domiciliares Per Capita Inferiores a Meio Salário Mínimo*

O Rio Grande do Sul foi classificado na categoria *A caminho*, podendo alcançar a meta estabelecida até 2015 se o indicador mantiver o ritmo de melhora em curso. Em 2000, 394 municípios, representando 84,4% do total do Estado, obtiveram as categorizações *Alcançado* ou *A*

*caminho*; 73 municípios, 15,6% do total, foram categorizados como de *Avanço lento* ou *Nenhuma mudança ou mudança negativa*; e, 14,8% dos municípios categorizados como de *Avanço lento*. Em 0,9% dos municípios restantes, o indicador apresentou categorização de *Nenhuma mudança ou mudança negativa* até o último ano estatístico disponível.

Esse indicador está inserido no objetivo “Erradicar a extrema pobreza e a fome”, cuja meta é “Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a US\$1,00 PPC/dia”.

Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo no Rio Grande do Sul – 1991-00

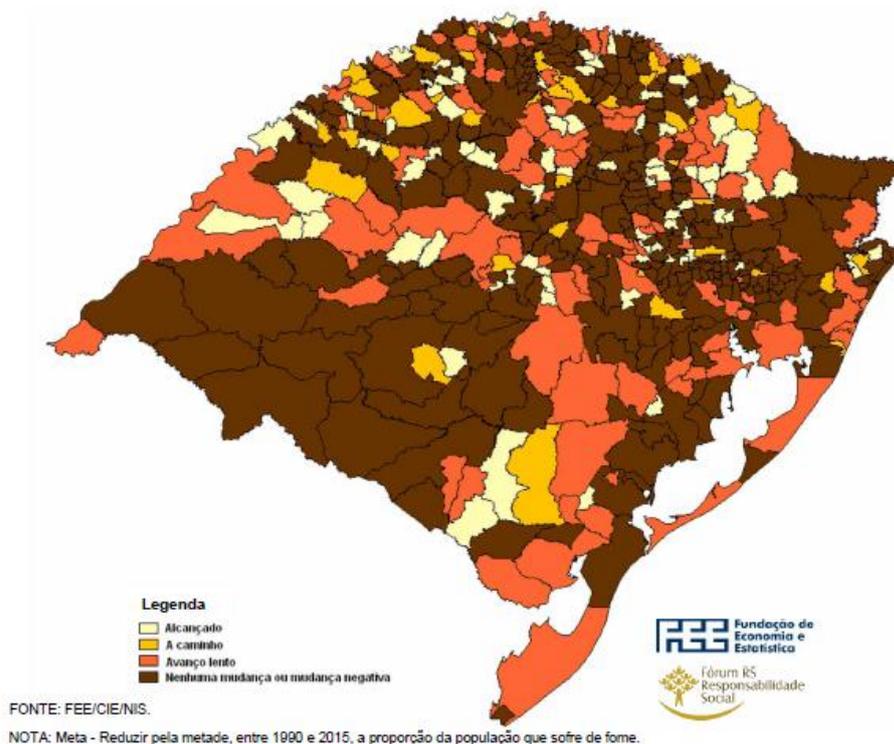


No mapa, observa-se a predominância da categoria *A caminho* no Estado, seguida da categoria *Avanço lento*, na Fronteira Oeste, Sul e Litoral Norte. A categoria *Alcançado* pode ser observada na Serra, Alto da Serra do Botucaraí e Produção.

#### *Taxa de Crianças com Baixo Peso ao Nascer*

As taxas médias anuais de redução, apresentadas pelo Estado, o classificam na categoria *Nenhuma mudança ou mudança negativa*, significando que não alcançará a meta de redução pela metade em 2015. Os 376 municípios com categorizações *Avanço lento* ou *Nenhuma mudança ou mudança negativa* apresentam 98,4% dos casos de crianças com baixo peso ao nascer. Os 120 municípios restantes foram classificados como *Alcançado* ou *A caminho* e equivalem a 1,6% do número de casos e 24,2% dos municípios.

Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de crianças com baixo peso ao nascer no Rio Grande do Sul – 1991-00



A categoria *Nenhuma mudança ou mudança negativa* pode ser observada em maior concentração na Campanha e Fronteira Oeste e, de forma mais dispersa, nas demais regiões do Estado.

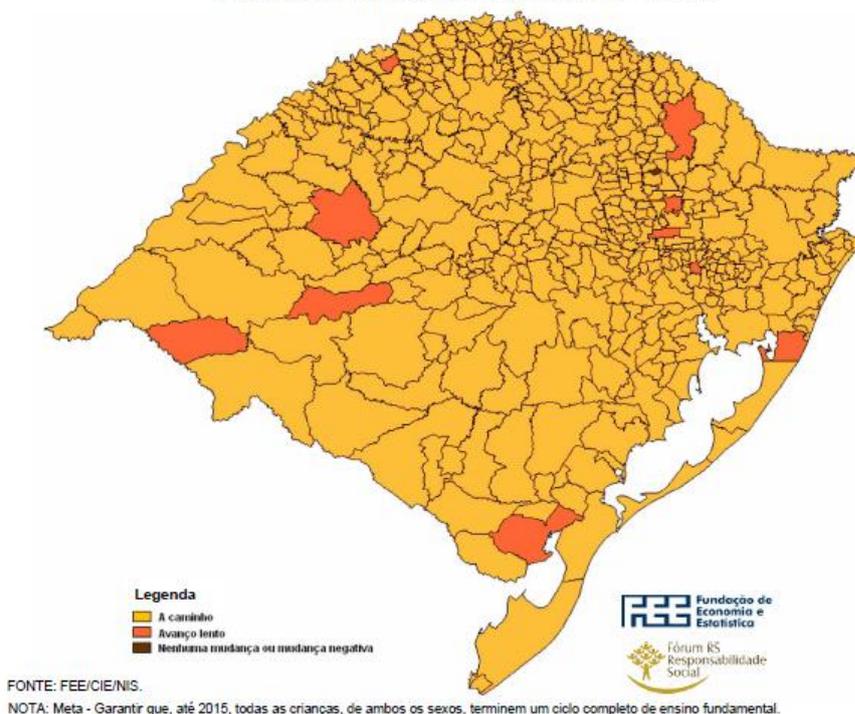
*Percentual de Não-Escolarizados no Ensino Fundamental na Faixa Etária de Sete a 14 Anos de Idade*

O Estado está classificado na categoria *A caminho*, cuja meta de zerar o percentual de crianças e jovens não-escolarizados no ensino fundamental está próxima de ser alcançada. O Estado apresenta 455 municípios, representando 97,4% do total, classificados nessa categoria, o que aponta para a quase universalização desse nível de ensino.

Entre 1991 e 2000, o número absoluto de não-escolarizados no ensino fundamental na faixa etária de sete a 14 anos apresentou expressiva redução e passou, respectivamente, de um total de 194.849 para 77.102 crianças e jovens não-escolarizados.

Esse indicador está inserido no objetivo "*Atingir o ensino fundamental universal*", o qual tem como meta "*Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino fundamental*".

Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de não-escolarizados no ensino fundamental na faixa etária de sete a 14 anos no Rio Grande do Sul – 1991-00



No mapa, pode-se observar quase a totalidade do Estado inserida na categoria *A caminho*, seguida, de forma muito dispersa, da categoria *Avanço lento*.

#### *Percentual de Não-Alfabetizados na Faixa Etária de 15 a 24 Anos de Idade*

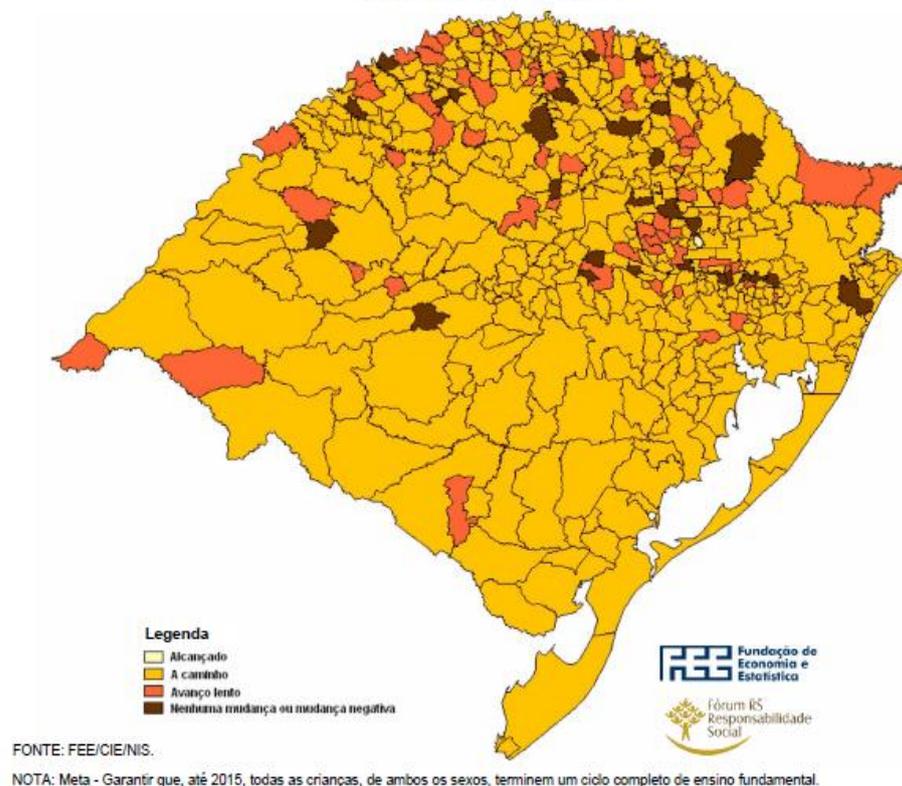
O Rio Grande do Sul insere-se na categoria *A caminho*, com taxa anual média de crescimento superior à taxa necessária para atingir a meta de reduzir em 100% o número de pessoas não-alfabetizadas. Caso se mantenha esse nível de desempenho, a meta proposta será alcançada até 2015.

Entre 1991 e 2000, o número absoluto de não-alfabetizados, na faixa etária de 15 a 24 anos, alcançou uma expressiva redução, passando de um total de 57.163 para 32.213 pessoas não-alfabetizadas.

No Estado, 371 municípios, equivalendo a 79,4% do total, estão próximos de alcançarem a meta em 2015, caso permaneçam e/ou melhorem suas taxas anuais médias de redução.

Esse indicador está inserido no objetivo "*Atingir o ensino fundamental universal*", o qual tem como meta "*Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino fundamental*".

Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos no Rio Grande do Sul – 1991-00



No mapa, observa-se a predominância da categoria *A caminho* no Estado, seguida, de maneira dispersa, pela categoria *Avanço lento* e, em incidência menor, a categoria *Nenhuma mudança ou mudança negativa*.

*Razão entre o Número de Homens e Mulheres no Ensino Fundamental*

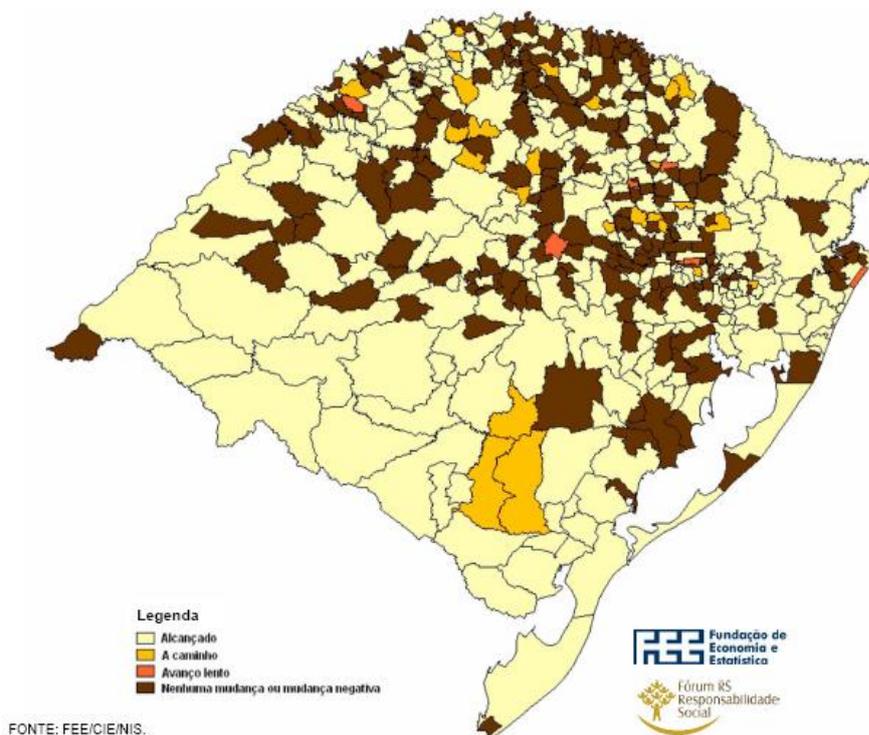
O Rio Grande do Sul está categorizado como *Alcançado*, considerando que a razão entre mulheres e homens no ensino fundamental permaneceu em um patamar próximo do intervalo recomendado, que vai de 0,900 a 1,100. Nesse nível de ensino, a razão apresentava-se um pouco mais favorável aos homens.

Nesse indicador, a categoria *Alcançado* representou 55,2% do total do Estado, com 258 municípios. As categorias *Alcançado* e *A caminho*, juntas, representaram 60,6% do total dos municípios.

O mapa mostra que os municípios classificados na categoria *Alcançado* e *A Caminho* estão concentrados nas regiões Sul, Fronteira Oeste, Campanha e Campos de Cima da Serra.

O município que mais se destacou no cumprimento dessa meta foi Monte Alegre dos Campos, situado na região Campos de Cima da Serra.

Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de razão entre mulheres e homens no ensino fundamental no Rio Grande do Sul – 1991-00



NOTA: Meta - Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível, até 2005, e em todos os níveis de ensino, no mais tardar até 2015.

### *Razão entre o Número de Homens e Mulheres no Ensino Médio*

O Estado está categorizado como *A caminho*, sendo que a razão apresentava-se mais favorável às mulheres no Ensino Médio do que aos homens. As categorias *Alcançado* e *A caminho*, somadas, atingiam 54,8%, com 256 municípios, enquanto as categorias *Avanço lento* e *Nenhuma mudança ou mudança negativa* representaram 44,8% do total, com 209 municípios.

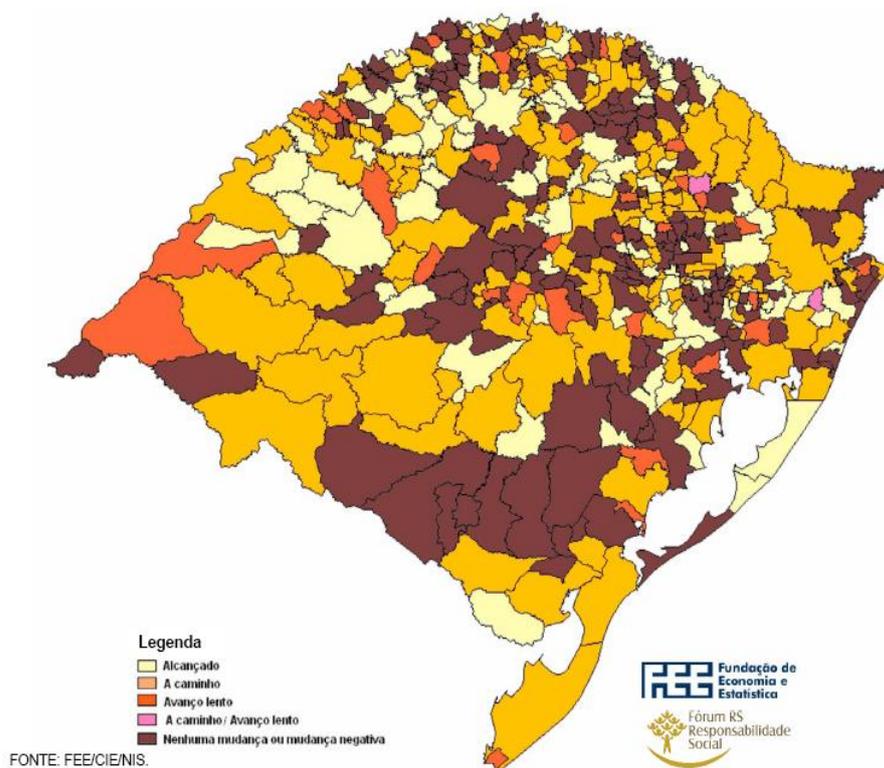
Na categoria *Alcançado* estavam inseridos 100 municípios, representando 21,4% dos municípios.

O acesso ao Ensino Médio, nos últimos anos, tem se expandido. Entretanto, ainda está longe do que já ocorre com o Ensino Fundamental.

No mapa, pode-se observar a *categoria Nenhuma mudança ou mudança negativa* nas regiões da Campanha, Jacuí Centro, Vale do Rio Pardo e Central.

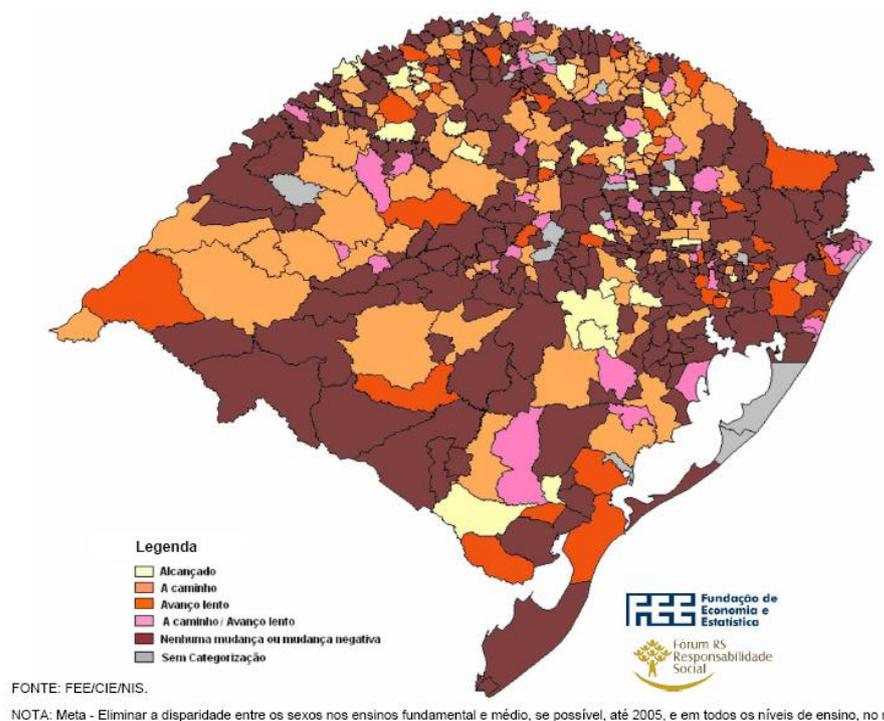
A categoria *A caminho* pode de ser vista nas regiões da Campanha, Sul, Campos de Cima da Serra e parte da Fronteira Oeste.

Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de razão entre mulheres e homens no ensino médio no Rio Grande do Sul – 1991-00



*Razão entre o Número de Homens e Mulheres no Ensino Superior*

Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de razão entre mulheres e homens no ensino superior no Rio Grande do Sul – 1991-00



O Rio Grande do Sul aparece na categoria *Nenhuma mudança ou mudança negativa*, pois a maior parte dos municípios apresentou maior número de mulheres que de homens cursando o ensino superior. Para o ano dos dados, existiam 243 municípios na categoria *Nenhuma mudança ou mudança negativa*. Estes representavam 52,0% do total dos municípios do Estado.

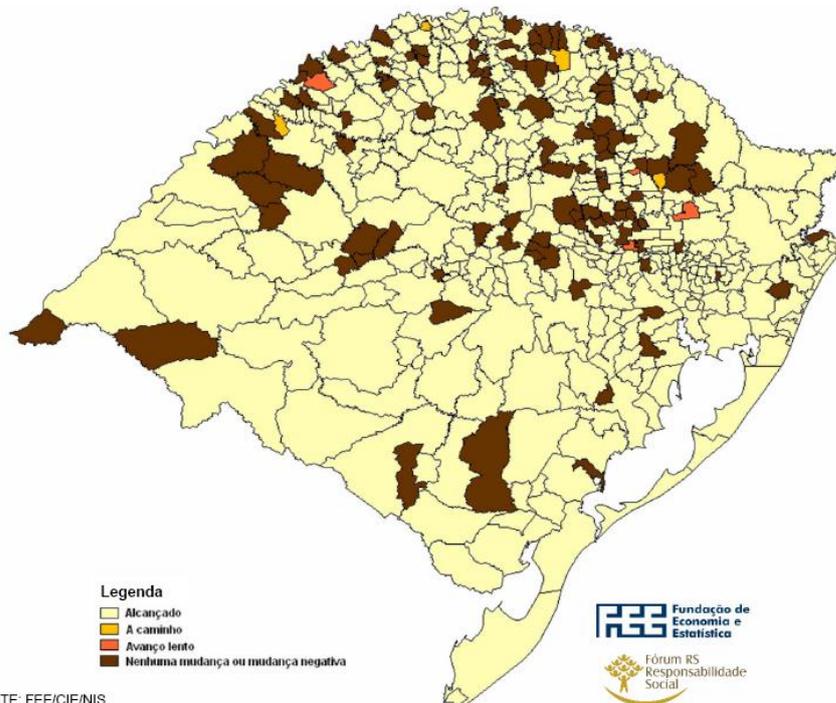
Observa-se, no mapa abaixo, que há predominância da categoria *Nenhuma mudança ou mudança negativa* em quase todas as regiões do Estado.

O município que está mais mal ranqueado é o município de Barra do Rio Azul, e o com maior cumprimento dessa meta foi Ajuricaba, situado na região Noroeste.

#### *Razão entre o Número de Homens e Mulheres Alfabetizados na Faixa Etária de 15 a 24 Anos*

O Estado está inserido na categoria *Alcançado*, tendo em vista que a razão se manteve em um patamar próximo da igualdade entre mulheres e homens. O número de municípios nessa categoria totalizou 355, representando 76,0% do total.

**Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos no Rio Grande do Sul – 1991-00**



Apesar da pequena diferença favorável aos homens na alfabetização, na faixa etária entre 15 e 24 anos, pode-se observar a igualdade entre os sexos nesse indicador.

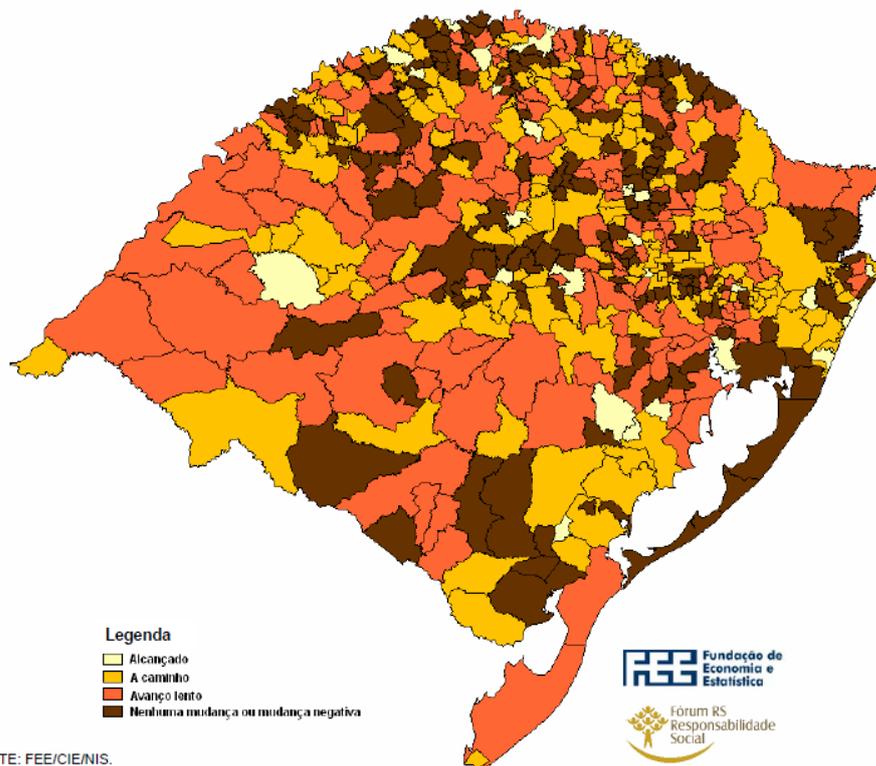
O mapa abaixo mostra a predominância da categoria *Alcançado* em quase todas as regiões do Estado. Pode-se observar, também, a dispersão nas demais regiões do Estado da categoria *Nenhuma mudança ou mudança negativa*.

O município que mais se destacou no cumprimento dessa meta foi Três de Maio, situado na região Noroeste.

#### *Proporção de Mulheres no Total de Assalariados*

Em relação à proporção de mulheres no total de assalariados, o Rio Grande do Sul foi classificado na categoria *Avanço lento*, considerando dados até o ano de 2004. Entre o total de 496 municípios, apenas 5,4% (27 municípios) já alcançaram a meta estipulada pelos ODM. Um total de 160 municípios, o que representa 32,3%, está *A caminho* de atingir a meta e 155 (31,3%) apresentam um *Avanço lento*. Um percentual grande de municípios, 31% (154), não vem apresentando *Nenhuma mudança ou mudança negativa* nesse indicador.

Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de mulheres no total de assalariados no Rio Grande do Sul – 1995-05



FONTE: FEE/CIE/NIS.

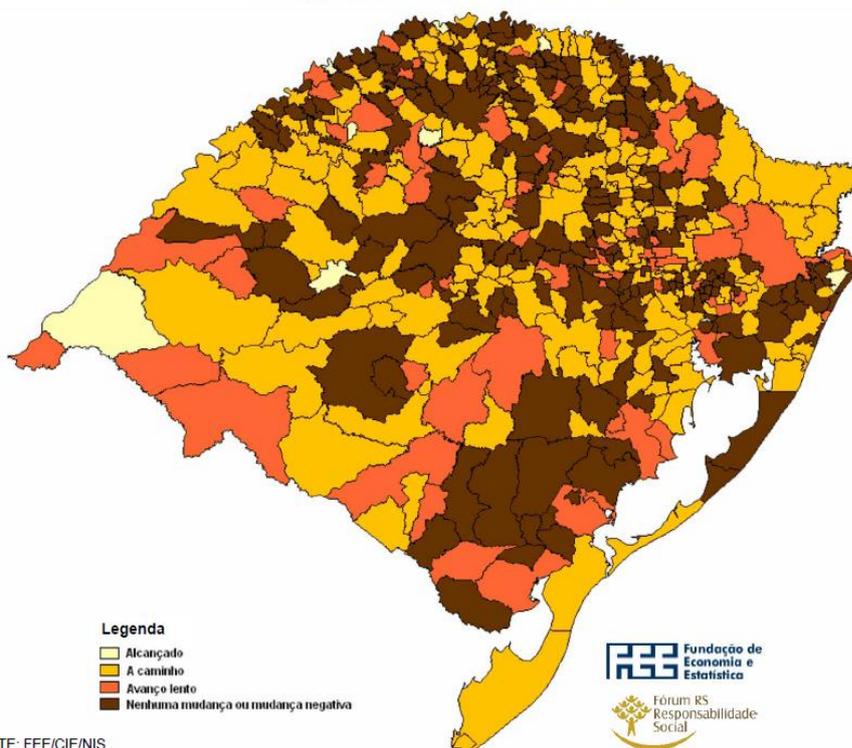
NOTA: Meta - Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível, até 2005, e em todos os níveis de ensino, no mais tardar até 2015.

O mapa acima apresenta a categorização dos municípios em relação a esse indicador no período de 1995 a 2005. Pode-se observar que na região sudoeste do Estado existe uma concentração de municípios classificados como *Avanço lento*. Nas demais regiões as categorias estão distribuídas sem nenhum padrão aparente.

*Proporção de Mulheres Exercendo o Mandato nas Câmaras de Vereadores*

Em relação à proporção de mulheres exercendo o mandato nas câmaras de vereadores, o Estado foi classificado como *Avanço lento*. Apenas nove municípios, representando 1,8% do total, foram enquadrados na categoria *Alcançado*, enquanto 40,7% estão *A caminho*. Foram categorizados como *Avanço lento* 70 municípios, e como tendo apresentado *Nenhuma mudança ou mudança negativa*, 285 municípios. Essas duas categorias representam, juntas, 57,4% dos municípios do Estado.

Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de mulheres exercendo mandatos nas câmaras de vereadores no Rio Grande do Sul – 1992-04



FORNE: FEE/CIE/NIS.

NOTA: Meta - Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível, até 2005, e em todos os níveis de ensino, no mais tardar até 2015.

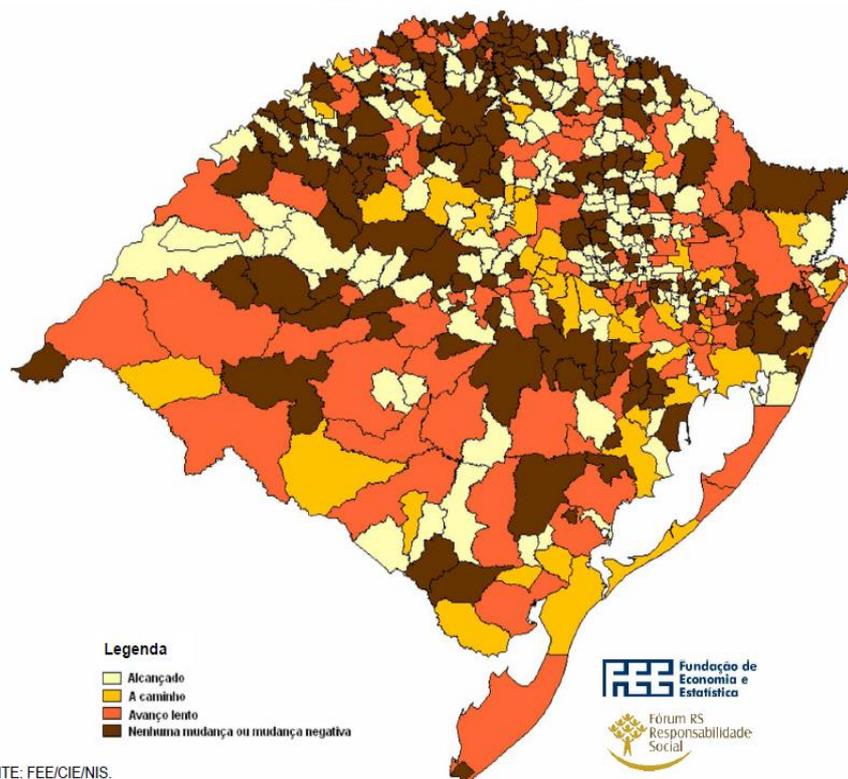
O mapa acima apresenta a distribuição geográfica das categorias dos municípios, em relação à meta estabelecida pelos ODM para esse indicador. Podemos notar que, na região Sudeste do Estado, existe uma maior concentração de municípios classificados como *Nenhuma mudança ou mudança negativa*.

*Taxa de Mortalidade de Crianças menores de Cinco Anos*

Quanto à taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos, a maioria dos municípios gaúchos, representando 38,9% do total, isto é, 193, está classificada como tendo *Alcançado* as metas estabelecidas pelos ODM. Por outro lado, uma quantidade também grande de municípios não apresentou *Nenhuma mudança ou mudança negativa*, totalizando 165 (33,3%). Dos demais municípios, 44 (8,9%) estão *A caminho* de alcançar

as metas, e 94 (19%) apresentaram um *Avanço lento*. O Estado como um todo foi categorizado como *Avanço lento*.

**Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de mortalidade de crianças menores de cinco anos no Rio Grande do Sul – 1992-05**



FONTE: FEE/CIE/NIS.

NOTA: Meta - Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

O mapa acima apresenta a categorização dos municípios quanto à meta dos ODM em relação a esse indicador. Podemos observar que no Estado não existe nenhum padrão de distribuição das categorias. Entretanto, percebe-se que a situação do indicador é pior na Metade Sul, onde se concentram mais municípios com *Avanço lento* ou com *Nenhuma mudança ou mudança negativa*.

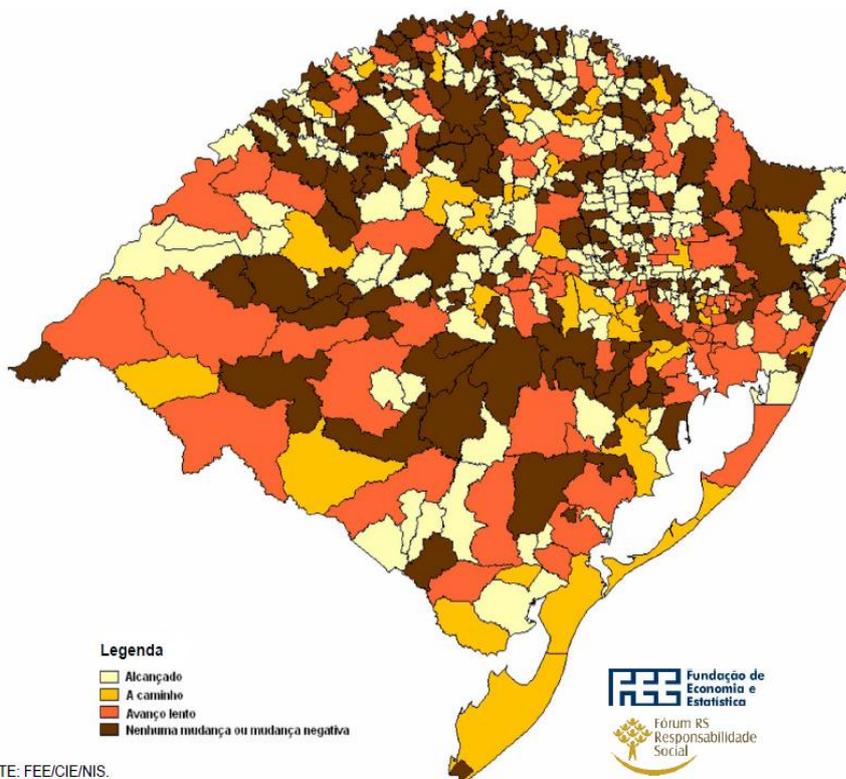
#### *Taxa de Mortalidade Infantil*

Apesar de apresentar umas das menores taxas de mortalidade infantil do País, o Rio Grande do Sul classificou-se na categoria *Avanço lento* quanto ao alcance das metas dos ODM em 2015. Em 212 municípios, a meta já foi Alcançada, o que representa 42,7% do total, e 7,9%, que representam 39 municípios, estão *A caminho*. A outra metade dos municípios gaúchos apresentou *Avanço lento* (17,5%) ou *Nenhuma mudança ou mudança negativa* (31,9%) em relação à mortalidade infantil. Apesar de representar 17,5% do total, os municípios classificados como *Avanço lento* incluem 61,6% da população total do Estado, o que justifica a classificação do Estado nessa mesma categoria.

O mapa a seguir mostra a distribuição das categorias desse indicador. Novamente observa-se que a Metade Sul do Estado apresenta

resultados piores, pois nela concentra-se um maior número de municípios nas categorias *Avanço lento* e *Nenhuma mudança ou mudança negativa*.

Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de mortalidade infantil no Rio Grande do Sul – 1992-05



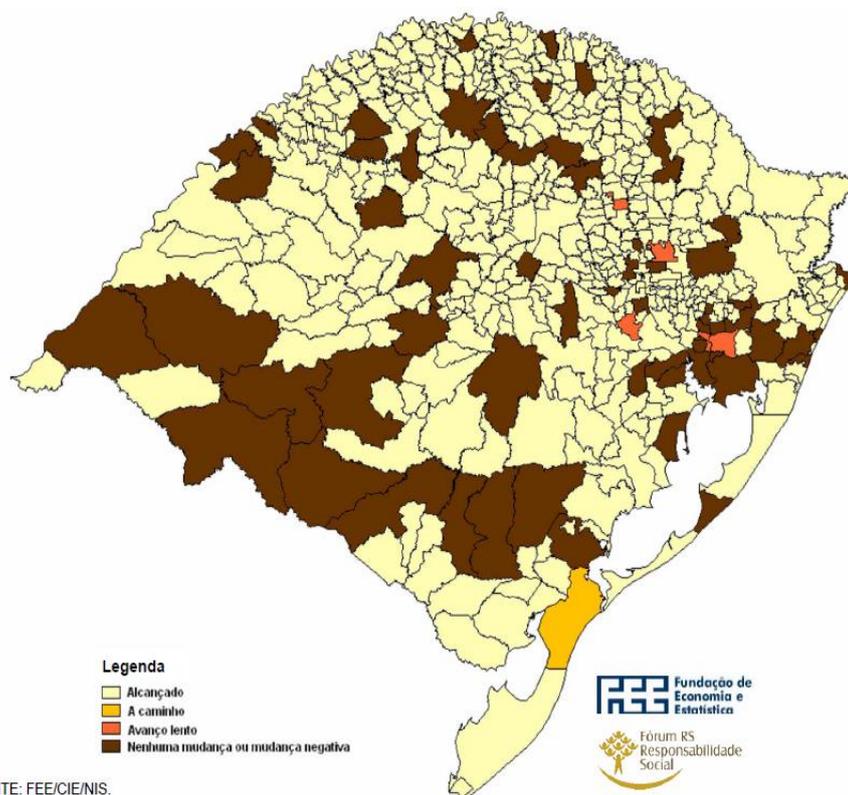
FONTE: FEE/CIE/NIS.

NOTA: Meta - Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

### *Taxa de Mortalidade Materna*

Quanto à taxa de mortalidade materna, a grande maioria dos municípios do Rio Grande do Sul (86,8%) foi categorizada como *Alcançado*. Entretanto, esses 430 municípios representam apenas 37,2% da população gaúcha total. Apenas 11,9% dos municípios (isto é, 59 do total do Estado) foram incluídos na pior categoria, *Nenhuma mudança ou mudança negativa*, sendo que esses representam 54,9% da população total do Estado. Assim, a categorização do Estado como um todo foi *Nenhuma mudança ou mudança negativa*. Nas categorias *A caminho* e *Avanço lento* foram incluídos, respectivamente, um e seis municípios.

O mapa abaixo apresenta a categorização dos municípios quanto a esse indicador. Conforme citado anteriormente, podemos visualizar que a maioria dos municípios está em situação favorável quanto ao alcance das metas dos ODM. Percebe-se, também, que a pior situação do Estado está localizada na região Sudoeste, que concentra muitos municípios que apresentaram *Nenhuma mudança ou mudança negativa*.



FONTE: FEE/CIE/NIS.

NOTA: Meta - Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

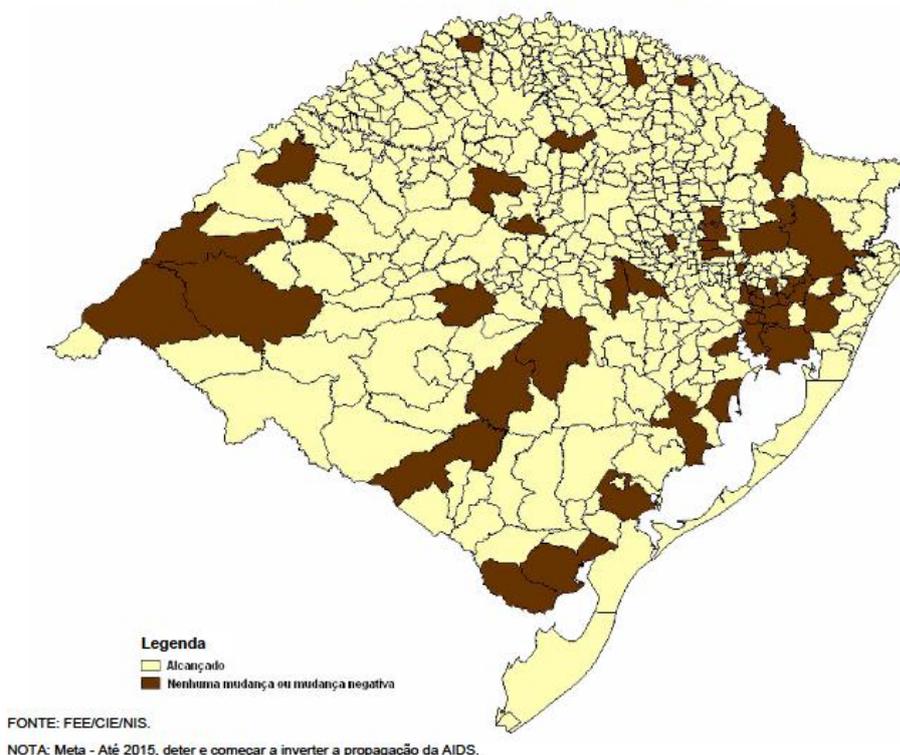
### *Taxa de Incidência de HIV/AIDS entre as Mulheres na Faixa Etária de 15 a 24 Anos*

Esse indicador está inserido na categoria *Nenhuma mudança ou mudança negativa*. Nessa categoria, observa-se que o indicador revela um quadro em que nenhuma mudança se verifica ou mudanças negativas ocorrem mesmo sob a ação das políticas públicas destinadas a deter e reverter a incidência de HIV/AIDS entre mulheres na faixa etária entre 15 e 24 anos.

O indicador, em âmbito geral, apresenta taxa bastante negativa. Dentre os 496 municípios estudados, existem 446 na categorização *Alcançado*, e 50 categorizados em *Nenhuma mudança ou mudança negativa*. Ocorre que esses 50 municípios equivalem a 10,1% dos municípios do Estado. São responsáveis por 98,1% da mortalidade por HIV/AIDS em mulheres de 15 a 24 anos e correspondem a 56,4% da população. Por fim, registre-se que, mantidas as taxas de incidência anuais identificadas no ano de 2004, é possível antever que não haverá alteração da categorização geral.

Os municípios que apresentaram maior dificuldade no trato da questão do combate à AIDS, à tuberculose e outras doenças, apresentando insuficiência no atendimento das metas, destacando-se negativamente, são aqueles inseridos na Região Funcional 1, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.

**Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de incidência de HIV/AIDS entre mulheres na faixa etária de 15 a 24 anos no Rio Grande do Sul – 1991-04**



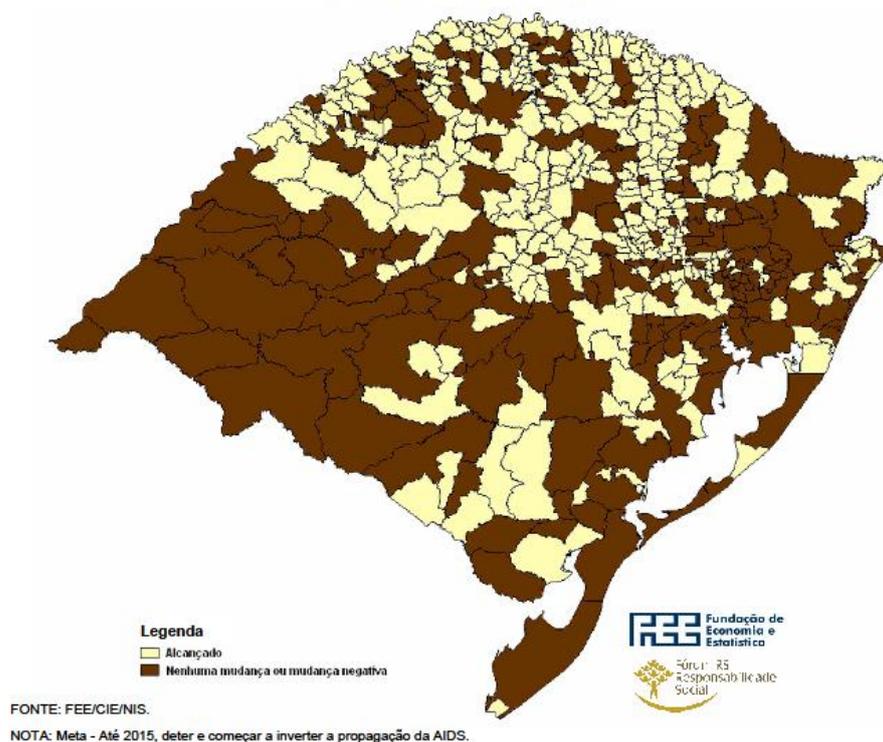
*Taxa de Incidência de AIDS por Município*

O Rio Grande do Sul registra taxas médias anuais de incidência que o levam à classificação *Nenhuma mudança ou mudança negativa*. Nessa categoria, o problema, objeto da atuação das políticas públicas, apresenta um quadro geral caracterizado pela estabilidade e, por consequência, não apresenta mudança, ou apresenta mudança negativa até o último ano estatístico disponível.

Dentre os 496 municípios, existem 326 com a categorização *Alcançado* e 170 categorizados em *Nenhuma mudança ou mudança negativa*. Esses 170 municípios equivalem a 34,3% do total e são responsáveis por 99,6% da mortalidade por AIDS e de 82,8% da população total.

É possível antever que, mantidas as taxas anuais de incidência de AIDS obtidas no ano de 2004, não haverá alteração na categorização registrada e, fatalmente, nesse indicador, não se alcançará a meta estabelecida: deter e reverter a propagação da doença até 2015.

**Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de incidência da AIDS por município no Rio Grande do Sul – 1991-04**



Os municípios com maior dificuldade no trato da questão do combate à AIDS, tuberculose e outras doenças estão distribuídos em três regiões funcionais: na Região Funcional 1, os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana-Encosta da Serra e Vale do Rio dos Sinos; na Região Funcional 3, o COREDE Hortênsias; e, municípios da Região Funcional 6, integrantes do COREDE Fronteira Oeste.

#### *Taxa de Mortalidade Ligada à Tuberculose*

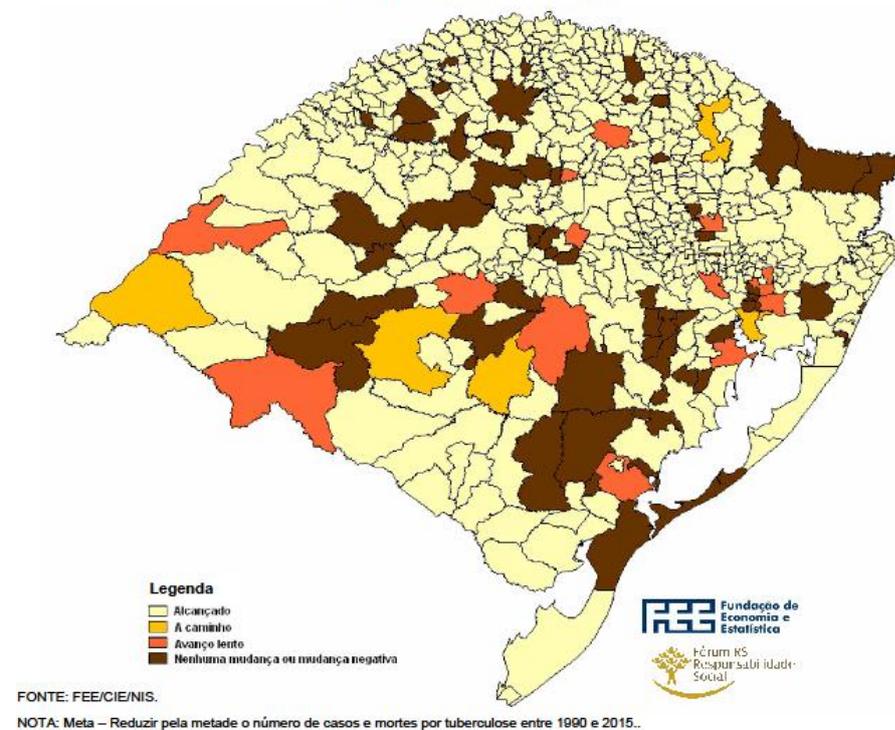
O Rio Grande do Sul apresenta enquadramento dentro da categoria *Avanço lento*. Nela observa-se que o indicador apresenta mudanças. Entretanto, as alterações verificadas são insuficientes para o atendimento das metas estabelecidas.

Foram avaliados 496 municípios. Destes, 425 apresentam dois grupamentos de categorização: *Alcançado* e *A caminho*. Correspondem a 85,7% do total, compõem 62,5% da população do Estado e apresentam 34,6% de todos os casos de tuberculose. Os 71 municípios restantes correspondem a 14,3% do total do Rio Grande do Sul, 21 apresentam 65,4% dos casos de tuberculose, compondo 37,5% da população. Esses municípios estão nas categorias *Avanço lento* e *Nenhuma mudança ou mudança negativa*.

Os municípios com dificuldade na reversão das taxas de mortalidade ligadas à tuberculose encontram-se distribuídos em duas regiões funcionais, a saber: na Região Funcional 1, o COREDE Vale do Rio dos Sinos; na Região

Funcional 8, o COREDE Alto do Jacuí; e, na Região Funcional 9, o COREDE Norte.

**Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de mortalidade ligada à tuberculose no Rio Grande do Sul – 1991-04**



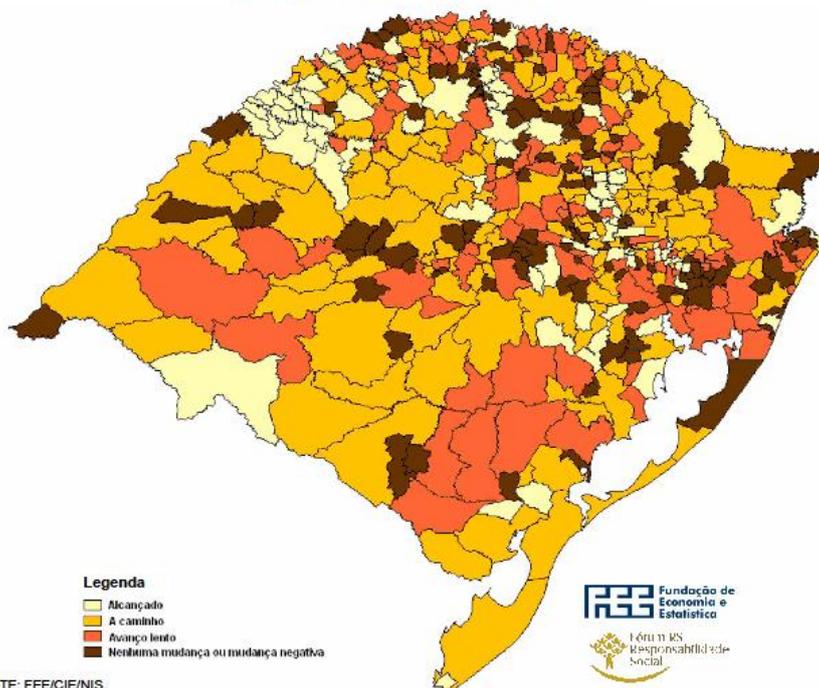
### *Proporção de Domicílios Sem Acesso a uma Fonte de Água Ligada à Rede Geral*

A avaliação dos dados do indicador enquadra o Estado na categoria *A caminho* – a qual considera que, nesse indicador, se alcançará a meta até 2015. É imprescindível que as políticas públicas e os investimentos realizados mantenham o ritmo de melhora em curso.

O quadro diversificado apresenta situações distintas, sendo possível verificar que, de *um total de 467 municípios estudados no ano de 2000*, duzentos e quarenta e um indicavam, mantido o ritmo realizado, a possibilidade de alcançar a meta. Desse total de 467 municípios, uma parcela de 85 já tinha atingido a meta estipulada. Por fim, um grupamento de 156 municípios estava perto de alcançar as metas, desde que conseguissem um aumento de 9,2% dos domicílios com abastecimento de água. Os 226 municípios restantes, representando 46,3% da população total, mostravam que, apesar de o indicador revelar melhoras, mantido o ritmo de mudança, a meta dificilmente será atingida até 2015.

O desempenho entre os municípios mostra-se diferenciado. Os que apresentam pior desempenho do ponto de vista do atendimento das metas encontram-se na Região Funcional 1, os COREDES Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos; na Região Funcional 4, o COREDE Litoral; e, na Região Funcional 9, o COREDE Alto da Serra do Botucaraí.

**Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral no Rio Grande do Sul – 1991-00**



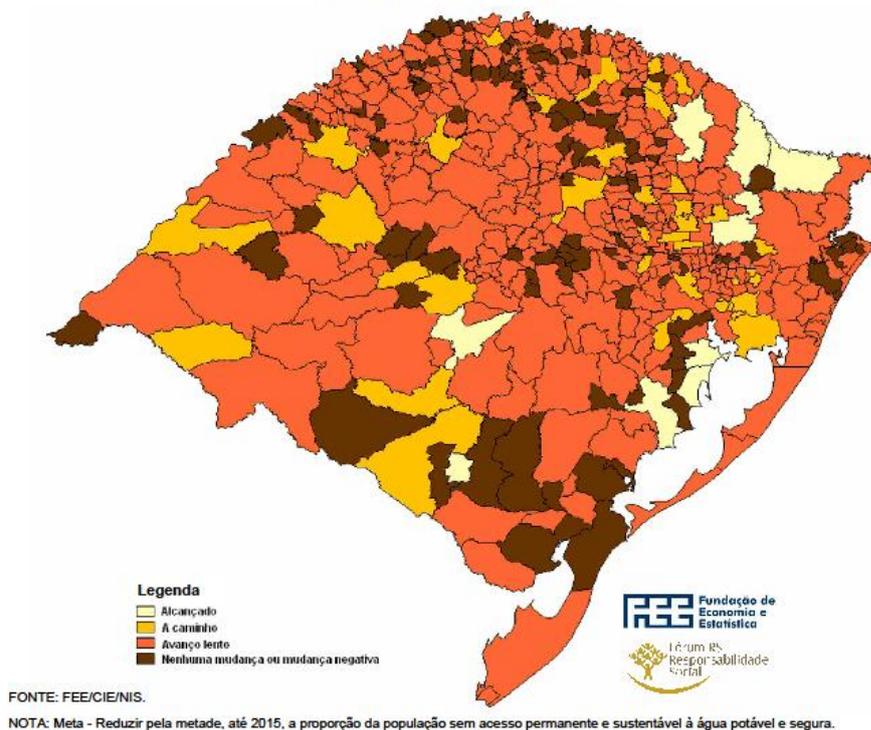
*Proporção de Domicílios Sem Acesso à Rede Geral de Esgoto ou Pluvial*

O Rio Grande do Sul está, conforme dados estudados referentes ao ano 2000, enquadrado na categoria *Avanço lento*. Nesse enquadramento, verifica-se que existe melhora no indicador, mas, mantido o ritmo, a meta não será atingida até o ano de 2015.

De forma complementar, o exame dos estudos revela a necessidade de implementação de ações e investimentos que possam incrementar em 36,3% os domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial, com vistas a cumprir a meta estabelecida.

Dos COREDEs com 70% ou mais dos municípios ameaçados de não cumprir a meta, destacam-se: Região Funcional 1 – Centro-Sul, Paranhana-Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos; na Região Funcional 2 – Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari; na Região Funcional 3 – Campos de Cima da Serra, Hortênsias e Serra; na Região Funcional 4 – Litoral; na Região Funcional 5 – Sul; na Região Funcional 6 – Fronteira Oeste; na Região Funcional 7 – Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial; na Região Funcional 8 – Alto Jacuí, Central, Jacuí-Centro e Vale do Jaguari; na Região Funcional 9 – Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Norte, Produção e Rio da Várzea.

**Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial no Rio Grande do Sul – 1991-00**



### **2.3 As Propostas do Governo 2011-2014 para a Área Social no Rio Grande do Sul**

Com base nas informações apresentadas, observa-se que apenas dois indicadores estavam na categoria *Alcançado*; cinco, na categoria *A Caminho*; seis, na *Avanço Lento*; e, cinco, na *Nenhuma Mudança ou Mudança Negativa*. Considerando que as duas primeiras classificações são positivas e as duas últimas são negativas, é possível perceber que o Rio Grande do Sul não vem evoluindo da maneira desejada, tendo em vista que 11 indicadores apresentaram desempenho negativo e apenas sete, desempenho positivo.

Levando em consideração que os indicadores mensuram a possibilidade de alcance das metas e, por conseguinte, dos ODM, verifica-se que apenas duas metas apresentam maiores condições de serem alcançadas, são elas: "reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a US\$1,00 *per capita*/dia" e "garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino fundamental". Em contraposição estão as metas "reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome"; "reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna" e "até 2015, deter e começar a reverter a propagação da AIDS", que não tiveram mudanças nos seus indicadores. Entre esses dois extremos, encontram-se quatro metas que exigem mais esforços dos governantes estadual e municipais para serem alcançadas, são elas: "eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível, até 2005, e, em todos os níveis de ensino, no mais

tardar, até 2015”; “reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos”; “reduzir pela metade o número de casos e mortes por tuberculose entre 1990 e 2015”; e, “reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e segura”.

Dessa forma, não existe nenhum Objetivo de Desenvolvimento do Milênio traçado para o Rio Grande do Sul cujo alcance esteja assegurado – todos necessitam de investimentos em ações focadas.

O Governo que se inicia em 2011 traz consigo propostas que irão ajudar para que os Objetivos sejam alcançados.

Para o objetivo de “erradicar a extrema pobreza e a fome”, o Governo estadual preparou o Programa RS Sem Fome, que visa ampliar o programa federal Bolsa Família, a distribuição de cestas básicas, os restaurantes populares, a qualidade e o acesso à merenda escolar, consolidando o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, é uma das prioridades do Governo o desenvolvimento econômico com distribuição de renda, incentivando a agricultura familiar, as cooperativas e a economia popular e solidária. A ampliação do ensino técnico também contribuirá para esse Objetivo, uma vez que leva à qualificação profissional e, assim, a empregos com melhores remunerações.

A política de valorização da educação auxiliará no alcance do Objetivo “atingir o ensino fundamental universal” através da formação continuada dos professores, da reestruturação curricular (para tornar o currículo mais atrativo aos alunos), da colaboração com os municípios para a universalização do ensino Fundamental e da retomada do MOVA-RS, visando o fim do analfabetismo.

Para alcançar o Objetivo “promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”, está sendo estruturada a Secretaria estadual das Mulheres, que tratará de políticas de desigualdade de gênero, tendo como sua maior ação a capacitação de mulheres para o mercado de trabalho.

Os ODM “reduzir a mortalidade infantil”, “melhorar a saúde materna” e “combater o HIV/AIDS, a tuberculose e outras doenças” serão beneficiados por ações voltadas à saúde em geral. Está nas pretensões do governo estadual a construção de novos hospitais regionais, de centro de especialidades e a cobertura de todos os municípios pelo Programa de Saúde da Família. A equipe de gestão atual do Estado ainda tem como uma de suas metas a redução do Coeficiente de Mortalidade Infantil para um dígito, estando em consonância com o Objetivo “reduzir a mortalidade infantil”, através de programas de atenção à saúde de gestantes, mães e crianças.

Por fim, o Objetivo “garantir a sustentabilidade ambiental” será trabalhado em duas frentes: uma, através da CORSAN, ampliando o número de municípios com tratamento de esgoto e universalizado o abastecimento de água, e a outra, incentivando a criação de negócios sustentáveis com investimento em assistência técnica e tecnológica e viabilizando a instalação de novos galpões de reciclagem de resíduos sólidos.

A pretensão essencial dos ODM é transformar em prioridade alguns temas que ainda são um desafio do dia a dia de muitas pessoas. Contudo, eles podem ser considerados uma agenda mínima, já que muitos outros problemas se apresentam, dependendo das especificidades de cada região. Isso pode ser visualizado nas seções anteriores, que demonstraram, pela análise dos indicadores, a superação de algumas metas por uma parte dos municípios enquanto outros estão aquém do esperado. Mas, certamente, mesmo aqueles com bons desempenhos nos indicadores apresentados ainda sofrem com outros males.

A superação desses problemas cabe às políticas públicas, uma vez que o mercado, por si só, não é capaz de reduzir todas as desigualdades sociais existentes e nem fazê-lo de forma equânime entre as regiões.

No caso específico do Rio Grande do Sul, em que o Estado encontra-se em um período de atribuições fiscais, o auxílio do Governo Federal e dos municípios torna-se indispensável não somente para o alcance dos ODM, mas para ultrapassá-los e superar outros problemas que atingem a população gaúcha.



**3 AS FINANÇAS PÚBLICAS DO  
RIO GRANDE DO SUL**



### **3 AS FINANÇAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL**

#### ***3.1 O Quadro Geral das Finanças Públicas do Estado do RS***

As finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentam uma situação de crise estrutural. Esse quadro começou a ser construído no final da década de 90, por ocasião da edição de um arcabouço legislativo que reconfigurou o modelo de financiamento dos estados, bem como pelos processos de renegociação de suas dívidas. Esse período marcou o fim das estratégias de financiamento público por vias não tributárias – inflação e endividamento mobiliário – e impôs aos estados um austero regime de ajustamento fiscal.

Esse regime, a partir do final dos anos 90, foi marcado não apenas pela tentativa de adequação do financiamento do Estado ao novo modelo vigente na Federação, mas também foi instrumento de redução do papel do Estado na economia e na sociedade. Dessa forma, não somente o equilíbrio fiscal havia de ser perseguido, mas a própria reconfiguração do espectro das políticas públicas.

Esse processo foi, em certa medida, contraposto por vários elementos. Em primeiro lugar, pelas crescentes necessidades sociais, especialmente relacionadas aos serviços públicos básicos a cargo da esfera pública estadual, tais como a saúde, a educação e a segurança pública, além das próprias orientações fixadas pela Constituição Estadual, que impunham um ritmo de crescimento do financiamento das respectivas políticas públicas. Em segundo lugar, por sucessivas tentativas de recolocação dos patamares de arrecadação, a fim de equacionar as necessidades de financiamento das políticas públicas. Por fim, pela utilização de mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que implicaram numa forma implícita de endividamento de curto prazo.

Um fator colocou-se como reforçador da trajetória de ajustamento fiscal: a imposição de um serviço da dívida pública oneroso e prevalente, tanto em relação aos demais tipos de dispêndio como quanto à média histórica de desembolso.

De forma gradual, o ajustamento transcorreu até meados dos anos 2000. Contudo, a partir de 2007, a gestão fiscal adotou ponto de inflexão em sua trajetória, havendo desenvolvido forte política de contenção de dispêndio, especialmente do investimento, não obstante o registro de níveis de arrecadação elevados, em virtude do desempenho da economia do Rio Grande do Sul.

Esse novo padrão de financiamento do Estado implicou na deterioração da capacidade do Governo do Estado para a manutenção da qualidade e quantidade dos serviços públicos típicos de estado e, especialmente, para a promoção do desenvolvimento econômico, sem, contudo, colocá-lo em uma posição fiscal sustentável.

Os desafios para a execução de um novo modelo de gestão fiscal estão calcados na busca de novas fontes de financiamento público, que abrangem ações desde a busca de recursos federais disponíveis para a qualificação e ampliação dos serviços, o reforço à arrecadação através da permanente qualificação do fisco, até a busca de recursos de financiamento ao investimento público e às políticas sociais, cotejando o limite de endividamento estadual.

Esse novo modelo de gestão resgata o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, pois só com o crescimento da produção da riqueza no âmbito estadual ter-se-á condições de consolidar um novo patamar de financiamento do Estado, que afaste o processo de crise estrutural do cotidiano da gestão financeira dos recursos públicos estaduais.

### **Evolução dos Resultados Primário e Orçamentário**

A Tabela a seguir lista os resultados primário e orçamentário, conforme a fórmula estabelecida pela Lei Complementar Federal 101/2000, entre os anos de 1971 e 2009. Constata-se a frequência de resultados negativos, revelando o impacto que o novo arcabouço legislativo, em vigência a partir do final da década de 1990, e os decorrentes regimes de ajustamento fiscal, tiveram sobre o desempenho das contas públicas estaduais. Destacamos, nesse período, a reversão dos resultados primários negativos, em um processo que se inicia em 1999, com expressivos resultados e que, a partir de 2007, apresenta resultados primários positivos, lastreados em uma política de forte contenção da despesa pública.

Convém salientar que, entre 1971 e 1983, o resultado primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é atinente à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001, e realizado pela Secretaria da Coordenação e do Planejamento. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço Geral do Estado do RS, publicados pela CAGE.

O resultado primário menor que o resultado orçamentário, verificado em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas financeiras na cobertura de despesas correntes, ou seja, o Estado financiou suas despesas correntes (pessoal e custeio) com operações de crédito e com a alienação de bens (despesas de capital).

A Tabela também vem acompanhada dos percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB do Rio Grande do Sul. Os dados foram retirados dos balanços e seguem o mesmo procedimento adotado para a captura dos resultados primário e orçamentário.

Resultados Primário e Orçamentário comparados ao PIB do RS  
e a Receita e Despesa Total sobre o PIB do RS

Ano	Resultado Primário IGP-DI Médio	Resultado Orçamentário IGP-DI Médio	% Resultado Primário sobre PIB/RS	Resultado Orçamentário sobre PIB/RS
1971	-42.961.874	-133.148.215	(0,06%)	(0,19%)
1972	-277.554.883	-242.383.414	(0,36%)	(0,32%)
1973	-521.155.549	-451.124.053	(0,50%)	(0,44%)
1974	-983.829.654	-392.647.727	(0,86%)	(0,34%)
1975	-1.287.072.021	-666.878.306	(1,02%)	(0,53%)
1976	-1.469.090.863	-1.452.932.085	(1,05%)	(1,04%)
1977	-27.558.137	-518.955.574	(0,02%)	(0,35%)
1978	-633.997.465	245.260.723	(0,41%)	0,16%
1979	-1.052.697.065	-442.571.786	(0,65%)	(0,27%)
1980	-619.699.334	-521.266.163	(0,35%)	(0,30%)
1981	-1.337.258.467	-547.147.759	(0,82%)	(0,34%)
1982	-1.791.953.955	-1.402.685.005	(1,12%)	(0,87%)
1983	-1.706.941.162	-5.496.589.442	(0,98%)	(3,17%)
1984	-1.349.039.080	-2.358.317.366	(0,78%)	(1,36%)
1985	-2.257.368.382	-9.154.162.756	(1,25%)	(5,09%)
1986	-1.629.556.568	-2.680.608.515	(0,85%)	(1,40%)
1987	-889.825.647	-979.681.112	(0,43%)	(0,48%)
1988	-1.380.395.937	-776.915.709	(0,59%)	(0,33%)
1989	-4.115.737.211	341.793.591	(1,40%)	0,12%
1990	-3.442.083.789	-1.104.190.968	(1,71%)	(0,55%)
1991	-428.358.351	-420.774.534	(0,23%)	(0,22%)
1992	-4.480.737.644	-1.049.261.846	(1,94%)	(0,45%)
1993	-3.304.345.340	-461.241.630	(1,12%)	(0,16%)
1994	-874.119.401	-784.117.173	(0,38%)	(0,34%)
1995	-678.207.652	-1.564.402.101	(0,36%)	(0,82%)
1996	-2.222.923.282	-88.192.096	(1,10%)	(0,04%)
1997	-1.521.129.740	1.662.117.474	(0,74%)	0,81%
1998	-3.964.795.201	1.067.379.005	(1,98%)	0,53%
1999	-1.047.515.206	-2.113.869.938	(0,54%)	(1,10%)
2000	-946.490.398	-1.394.405.835	(0,49%)	(0,73%)
2001	-599.813.270	-1.377.833.834	(0,31%)	(0,77%)
2002	-116.031.702	-683.273.147	(0,06%)	(0,36%)
2003	-145.376.285	-558.264.590	(0,08%)	(0,31%)
2004	48.035.667	-1.227.900.933	0,03%	(0,67%)
2005	720.436.391	-1.156.398.175	0,40%	(0,64%)
2006	562.755.822	-1.113.633.779	0,29%	(0,57%)
2007	1.124.386.999	734.259.060	0,54%	0,35%
2008	2.278.769.370	468.993.460	1,08%	0,22%
2009	1.710.103.360	10.919.228	0,88%	0,01%
2010	1.585.472.788	-156.519.910	0,69%	(0,07%)

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota 1: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio de 2010.

Nota 2: O PILcf que originou a série do PIBcf, entre 1960 e 1969, foi ajustado pela diferença média entre os valores das duas séries, nos anos de 1970 e 1973, isto é, foi multiplicado por 1,32.

Nota 3: O valor do PIB, entre 1960 e 1969, foi obtido a partir da série do PILcf multiplicado pela média da diferença entre o PILcf e o PIBcf dos anos 1970 e 1976 (1,04532607567074).

Nota 4: A partir de 1985, nova série do PIB.

NOTA 5: As receitas totais e as despesas totais estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem dupla contagem contábil.

### 3.2 Os Principais Agregados da Receita Pública do Estado do RS

A Tabela abaixo mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2003, atualizada pelo IGP-DI.

Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Tributária	15.676.021	15.535.146	16.956.084	17.804.445	17.860.408	19.302.413	19.798.084	22.466.890
ICMS Tributo	13.362.629	13.283.215	14.627.658	15.220.359	15.044.366	16.399.636	16.334.808	18.142.815
IPVA	934.162	851.267	913.338	1.011.180	1.090.422	1.150.334	1.634.402	1.537.992
Receita de Contribuições	1.087.441	1.229.499	1.259.711	1.332.692	1.401.315	1.319.544	1.416.552	1.459.335
Receita Patrimonial	526.953	274.555	345.497	513.732	390.696	600.604	744.430	622.561
Receita Agropecuária	1.109	1.006	767	964	1.020	1.104	669	3.748
Receita Industrial	4.293	8.092	3.614	2.679	964	482	269	206
Receita de Serviços	252.988	232.844	232.048	216.823	223.326	235.936	252.022	243.591
Transferências Correntes	3.732.878	4.111.944	4.454.918	4.932.001	5.211.227	5.703.139	5.856.251	6.268.403
Cota-Parte do Fundo Participação Estados	795.708	802.807	946.248	1.029.739	1.134.215	1.249.625	1.181.189	1.204.734
Fundo da Educação	1.503.945	1.429.482	1.575.258	1.566.829	1.855.856	2.405.300	2.678.092	2.852.654
Cota-Parte do IPI-Exportação	455.127	440.048	471.813	496.827	490.147	487.581	371.192	460.850
Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação	499.040	435.277	453.108	391.755	338.140	355.547	311.219	274.018
Outras Receitas Correntes	1.899.938	824.181	809.227	596.858	718.762	669.594	931.841	1.223.476
Deduções da Receita Corrente	(2.352.685)	(2.291.661)	(1.962.090)	(1.991.914)	(2.238.995)	(2.715.728)	(3.013.626)	(3.374.043)
Receitas Correntes sem intraorçamentárias	20.828.936	19.925.608	22.099.776	23.408.280	23.568.723	25.117.088	25.986.492	28.914.168
Operações de Crédito	436.950	326.551	170.137	39.212	-	1.304.726	(0)	823.837
Alienação de Bens	203.396	240.927	39.141	299.781	1.634.417	4.843	33.786	4.293
Amortização Empréstimos	7.551	14.652	16.511	68.538	43.064	27.937	18.741	36.006
Transferências de Capital	18.338	38.839	24.157	33.492	40.117	98.169	212.746	227.404
Receitas de Capital	666.236	620.970	249.946	441.023	1.717.598	1.435.676	265.273	1.091.540
Receitas Totais sem Intraorçamentárias	21.495.172	20.546.577	22.349.723	23.849.303	25.286.321	26.552.764	26.251.766	30.005.708

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

As receitas tributárias são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro Estadual, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas da União. Quanto às operações de crédito, estas obedecem às restrições da Lei Complementar 101/2000, que tornaram inviável novas contratações pelo Estado por quase uma década. Em 2008 e 2010, o Estado obteve permissão para contratar empréstimo junto ao Banco Mundial, com a finalidade de trocar o perfil da dívida extralimite, o que resultou em juros mais reduzidos e prazo de amortização bem mais elástico.

A seguir, são analisadas as duas mais importantes fontes de receita do Estado, o ICMS e as Transferências Constitucionais da União, discorrendo-se sobre as políticas tributárias implementadas para a garantia e crescimento da arrecadação.

## ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual. Concentra-se, notadamente, nas áreas de combustível, energia elétrica e telecomunicações, bem como nas de bebidas e cigarros. Esse imposto, em relação ao grupo das receitas tributárias, representou, em média, 86,7% do total arrecadado entre 2000 e 2010. Há uma pequena tendência de queda proporcional do ICMS no grupo das receitas tributárias, em função de um crescimento maior na arrecadação do IPVA, que cresceu, entre 2000 e 2010, 69,2% real pelo IGP-DI, enquanto o ICMS, no mesmo período, cresceu 39,8%.

Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária - em valores nominais - R\$ milhões

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ICMS Total Arrecadado	5.646,8	6.706,4	7.441,5	8.988,8	9.637,9	11.382,9	11.813,3	12.257,7	14.825,2	15.086,7	17.893,3
Receita Tributária	6.456,7	7.698,0	8.428,7	10.084,2	10.946,2	12.636,5	13.501,9	14.239,7	17.099,1	17.859,1	21.419,6
% ICMS/Receita Tributária	87,5	87,1	88,3	89,1	88,0	90,1	87,5	86,1	86,7	84,5	83,5

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela abaixo mostra a evolução do ICMS. Verifica-se que a arrecadação cresceu 346,6%, em termos nominais, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 17.783,3 milhões, em 2010. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de 49,5%. Na comparação de 2010 com 2009, o crescimento nominal do ICMS foi de 18,6% e, pelo IGP-DI, 12,8%. O forte desempenho da arrecadação de ICMS, em 2010 frente a 2009, deveu-se, fundamentalmente, à recuperação da economia após a crise internacional.

A arrecadação do ICMS total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, que representou 5,8%, em 1997, cresceu para 7,8% do PIB, em 2010. A média do período, entre 1997 e 2010, é de 7,0%.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

Evolução da Arrecadação do ICMS Total - R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre ano anterior	Arrecadação pelo IGP-DI	Varição pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS/PIB do RS
1997	4.006,7	-	12.617,59	-	5,8
1998	4.232,1	5,6	12.825,02	1,6	6,0
1999	4.659,5	10,1	12.674,60	-1,2	6,2
2000	5.646,8	21,2	13.498,51	6,5	6,6
2001	6.706,3	18,8	14.534,24	7,7	7,1
2002	7.441,5	11,0	14.167,62	-2,5	7,1
2003	8.988,8	20,8	13.975,02	-1,4	7,2
2004	9.637,9	7,2	13.677,74	-2,1	7,0
2005	11.382,7	18,1	15.275,80	11,7	7,9
2006	11.813,3	3,8	15.579,14	2,0	7,5
2007	12.257,7	3,8	15.372,98	-1,3	6,9
2008	14.825,2	20,9	16.726,80	8,8	7,4
2009	15.086,7	1,8	16.727,19	0,0	7,3
2010	17.893,3	18,6	18.867,81	12,8	7,8
<b>% 2010/1997</b>	<b>346,6</b>	<b>-</b>	<b>49,5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: Os PIBs do RS de 2009 e de 2010 são estimativas preliminares.

Como se pode visualizar na série acima, os anos de 2000, 2001, 2005, 2008 e 2010 tiveram os maiores aumentos reais de arrecadação de ICMS. O grande salto, em 2005, foi em função do aumento de alíquotas sobre alguns produtos e serviços seletivos, que se estendeu até 31 de dezembro de 2006. Nesse ano, o PIB do RS teve queda de 2,8%, pelo efeito da forte estiagem, causando depressão no campo e no agronegócio gaúcho, enquanto o PIB brasileiro cresceu 3,2%.

O RS mantém-se, há vários anos, na quarta posição entre os Estados brasileiros com maior arrecadação nominal de ICMS, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Conforme dados retirados do *site* do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) junto ao Ministério da Fazenda ([www.fazenda.gov.br/confaz](http://www.fazenda.gov.br/confaz)), a participação relativa da arrecadação do ICMS no RS, em relação aos demais estados brasileiros, foi de 6,9%, 6,5%, 6,7% e 6,6%, respectivamente, em 2006, em 2007, em 2008 e em 2009.

A Tabela seguinte mostra a posição do RS no tocante ao ICMS tributo sobre o PIB de cada estado. Não obstante estar na quarta posição dentre os estados que mais arrecadam o ICMS, em 2006, o RS ocupou a 16ª posição dentre as 27 unidades da Federação, em relação à participação sobre o PIB estadual; em 2007, a 19ª posição; e, em 2008, a 16ª posição.

Explica-se a baixa participação do ICMS sobre o PIB pelo perfil agroindustrial da economia gaúcha, em cujos produtos incidem menores alíquotas, pela sua natureza exportadora, cujas desonerações fiscais reduzem a arrecadação tributária, muito também em função da guerra fiscal entre os estados, que obriga os governantes a rotineiramente abrirem mão de receitas. Ademais, há uma crescente participação do setor de serviços na economia gaúcha, não abrangida pela base tributária do ICMS.

Participação percentual do ICMS tributo em relação ao PIB estadual  
- Em R\$ milhões

Estados	2006				2007				2008			
	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking
AC	361	4.835	7,5	17	392	5.761	6,8	20	400	6.730	5,9	24
AL	1.281	15.748	8,1	11	1.402	17.793	7,9	12	1.614	19.477	8,3	10
AM	3.360	39.157	8,6	8	3.712	42.023	8,8	5	4.620	46.823	9,9	3
AP	288	5.260	5,5	25	313	6.022	5,2	26	353	6.765	5,2	25
BA	8.604	96.521	8,9	6	8.941	109.652	8,2	9	10.239	121.508	8,4	8
CE	3.756	46.303	8,1	12	3.918	50.331	7,8	13	4.719	60.099	7,9	13
DF	3.316	89.629	3,7	27	3.459	99.946	3,5	27	3.949	117.572	3,4	27
ES	5.092	52.778	9,6	4	5.878	60.340	9,7	2	7.001	69.870	10,0	2
GO	4.699	57.057	8,2	10	5.231	65.210	8,0	10	6.143	75.275	8,2	11
MA	1.828	28.620	6,4	23	2.003	31.606	6,3	23	2.350	38.487	6,1	23
MG	17.018	214.754	7,9	13	19.333	241.293	8,0	11	23.214	282.522	8,2	12
MS	3.010	24.341	12,4	1	3.501	28.121	12,4	1	4.347	33.145	13,1	1
MT	3.497	35.258	9,9	3	3.887	42.687	9,1	4	4.736	53.023	8,9	5
PA	3.308	44.370	7,5	18	3.667	49.507	7,4	15	4.182	58.519	7,1	17
PB	1.533	19.951	7,7	14	1.678	22.202	7,6	14	1.927	25.697	7,5	15
PE	4.864	55.493	8,8	7	5.416	62.256	8,7	7	6.209	70.441	8,8	7
PI	1.069	12.788	8,4	9	1.176	14.136	8,3	8	1.403	16.761	8,4	9
PR	9.264	136.615	6,8	21	10.086	161.582	6,2	24	11.767	179.270	6,6	20
RJ	14.805	275.327	5,4	26	15.671	296.768	5,3	25	17.836	343.182	5,2	26
RN	1.914	20.555	9,3	5	2.006	22.926	8,8	6	2.256	25.481	8,9	6
RO	1.333	13.107	10,2	2	1.442	15.003	9,6	3	1.675	17.888	9,4	4
RR	221	3.660	6,0	24	269	4.169	6,5	22	301	4.889	6,2	22
<b>RS</b>	<b>11.813</b>	<b>156.827</b>	<b>7,5</b>	<b>16</b>	<b>12.258</b>	<b>176.615</b>	<b>6,9</b>	<b>19</b>	<b>14.825</b>	<b>199.499</b>	<b>7,4</b>	<b>16</b>
SC	6.169	93.147	6,6	22	6.823	104.623	6,5	21	7.944	123.283	6,4	21
SE	1.147	15.124	7,6	15	1.204	16.896	7,1	16	1.341	19.552	6,9	19
SP	57.788	802.655	7,2	20	63.192	902.784	7,0	18	76.322	1.003.016	7,6	14
TO	722	9.605	7,5	19	788	11.094	7,1	17	916	13.091	7,0	18
BRASIL	172.059	2.369.485	7,3	-	187.645	2.661.346	7,1	-	222.589	3.031.865	7,3	-

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional - [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br) - Finanças Estaduais/IBGE - [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)-Contas Regionais.

### Transferências Constitucionais da União ao Estado do RS

No domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a distorções, devido ao incremento da carga fiscal concentrar-se na esfera federal, com a institucionalização, durante a década de 1990, de diversas contribuições sociais (CPMF, CIDE PIS/PASEP, COFINS e CSLL), não repartidas com os demais entes federativos. Ademais, a União dispõe de mecanismo de aumento da carga tributária, através de impostos que intervêm na atividade econômica. Apesar dessa realidade, houve, ao longo da última década, algumas iniciativas da União que incidiram sobre a distribuição do bolo tributário, como a constitucionalização da Lei Kandir, a criação do Auxílio Financeiro à Exportação e o compartilhamento da Contribuição sobre o Domínio Econômico (CIDE), que era 100% apropriada pela União, com distribuição inicial de 25% e subsequente ampliação para 29% (desses percentuais, 25% vão para os Municípios).

As principais transferências constitucionais da União ao Estado (Fundo de Participação dos Estados, Cota-Parte do IPI Exportação,

Transferências Financeiras pelas perdas da Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação) apresentaram, ao longo do tempo, uma variação negativa de 4,9% da Receita Corrente Líquida (RCL), revelando que a trajetória de crescimento das receitas próprias do Estado foi superior ao desempenho das Transferências da União. Com efeito, em 2000, as transferências da União representavam 14,0% da RCL, enquanto que, em 2010, 9,1% da RCL.

Transferências constitucionais da União ao RS em relação à RCL  
- Em valores nominais - R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
COTA-PARTE DO FPE	286.873	337.596	417.803	511.344	563.644	705.429	780.711	904.439	1.105.764	1.065.736	1.148.674
COTA-PARTE DO FPE-FUNDEF	50.625	59.576	73.730	0	0	0	0	0	0	0	0
COTA-PARTE DO IPI EXPORTACAO	255.243	270.315	264.593	292.623	310.233	351.577	371.140	391.548	432.034	334.855	440.022
COTA-PARTE DO IPI EXP - FUNDEF	45.043	47.703	46.693	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS LC 87/96	247.772	229.334	253.100	319.591	256.134	256.134	146.900	146.900	146.900	146.900	146.900
TRANSFERÊNCIAS LC 87/96-FUNDEF	43.628	40.471	44.665	0	0	0	0	0	0	0	0
AUXÍLIO FINANCEIRO-EXPORTAÇÃO	0	0	0	0	50.713	81.583	152.694	121.824	173.569	133.818	117.582
<b>TOTAL</b>	<b>929.183</b>	<b>984.995</b>	<b>1.100.584</b>	<b>1.123.557</b>	<b>1.180.723</b>	<b>1.394.723</b>	<b>1.451.445</b>	<b>1.564.711</b>	<b>1.858.267</b>	<b>1.681.308</b>	<b>1.853.179</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
<b>% TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO / RCL</b>	<b>14,0</b>	<b>12,8</b>	<b>13,1</b>	<b>11,6</b>	<b>11,0</b>	<b>11,3</b>	<b>10,9</b>	<b>11,2</b>	<b>11,2</b>	<b>9,7</b>	<b>9,1</b>

Fontes: Secretaria da Fazenda do RS e FEE/RS.

NOTA: O PIB de 2009 e 2010, divulgados pela FEE/RS, são preliminares.

A solução estrutural para as distorções do sistema tributário brasileiro passa, necessariamente, pela aprovação no Congresso Nacional de uma ampla reforma tributária, que simplifique o sistema de arrecadação fiscal (cumulatividade tributária), preservando o patamar de arrecadação dos entes federados; que corrija distorções quanto à excessiva carga tributária sobre a folha de pagamento; signifique o fim da guerra fiscal entre os estados da Federação; e desonere setores produtivos da economia quanto à desoneração dos investimentos.

### Mecanismos de Arrecadação

O Estado do RS está continuamente despendendo esforços para melhorar sua função arrecadadora. Tem à sua disposição diversas ferramentas modernas de gestão, controle e fiscalização da atividade econômica das empresas, diminuindo, assim, o risco da sonegação fiscal. O uso da nota fiscal eletrônica, por exemplo, dá margem ao controle da mercadoria na saída da empresa até o seu destino final e, conseqüentemente, à tributação advinda da circulação.

Outra maneira do controle setorial do ICMS é a substituição

tributária<sup>16</sup>. Também, de suma importância, o planejamento e a impulsão do Estado como indutor do crescimento e do dinamismo da economia gaúcha rumo a uma maior diversificação de sua matriz produtiva com ganhos no valor agregado. Assim, ao melhorar sua *performance*, esta gera mais renda e riqueza e todos ganham com isso.

O RS precisa solidificar o *status* de Estado com crescimento econômico acima da média brasileira. Assim, reúnem-se as condições ideais para um cenário de investimentos de pequenas, médias e grandes empresas, tanto industriais como de comércio e de serviços, que vão querer aqui se expandir ou se instalar. Esses recursos injetados na economia gaúcha vão gerar um círculo virtuoso para o Estado, com mais emprego, mais renda e mais tributos.

O Estado deve estar em alerta para que seus mecanismos de arrecadação sejam constantemente aprimorados. No âmbito da receita pública, podem-se destacar algumas ações importantes em andamento, tais como:

- O gerenciamento matricial da receita, de programa de avaliação do contribuinte e de ações de melhoria da estrutura de desenvolvimento de novos sistemas;
- A ampliação do controle da fronteira com Santa Catarina, permitindo a cobrança de 5% do ICMS relativo ao diferencial existente entre as aquisições interestaduais;
- A instituição da substituição tributária para novos produtos, ampliando o controle da administração tributária;
- A busca de novos mecanismos para a recuperação da dívida ativa;
- A busca da universalização da utilização da Nota Fiscal Eletrônica;
- A modernização da gestão tributária visando à intensificação do controle para a redução da sonegação fiscal.

### **3.3 Os Grandes Agregados da Despesa Pública**

Para se ter uma visão mais aprofundada da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio).

Com o objetivo de aprimorar e facilitar a análise das despesas

---

<sup>16</sup> A Substituição Tributária (ST) pode ser conceituada como sendo o regime pelo qual a responsabilidade pelo ICMS devido em relação às operações ou prestações de serviços é atribuída a outro contribuinte. Embora haja várias modalidades de ST, normalmente o primeiro contribuinte da cadeia recolhe o tributo, sobre uma pauta pré-estabelecida.

públicas, ao longo do texto, apresenta-se os diversos grupos de despesa referenciados à Receita Corrente Líquida. Assim, quando se refere à RCL, trata-se do cálculo da Receita Corrente Líquida apresentado pela Contadoria Geral do Estado (CAGE/RS) e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às necessidades da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I. Adiante, o conceito de Receita Corrente Líquida é demonstrado:

---

**Receitas Correntes Totais**

---

- (-) Transferências Legais e Constitucionais aos Municípios
- (-) Dedução da Receita para a formação do FUNDEB
- (-) Contribuição para o plano de previdência do servidor
- (-) Compensação financeira entre regimes de previdência
- (-) Anulação de Restos a Pagar
- (-) IRRF Servidores

---

**Receita Corrente Líquida (Anexo III, LRF, art. 53, inciso I)**

---

Para fins demonstrativos, apresenta-se tabela onde se transcrevem os valores da Receita Corrente Líquida, calculados de acordo com o disposto na Lei Complementar Federal 101/00.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, segundo a  
Lei de Responsabilidade Fiscal – R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Corrente Líquida	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

**Grupo “Pessoal e Encargos Sociais”**

Do ponto de vista quantitativo, o quadro de pessoal do Estado apresenta um comportamento de relativa linearidade com a evolução da população do RS, quando analisado o período entre 1999 e 2009. O quadro de ativos do Estado mantém certa proporcionalidade com o conjunto do funcionalismo e também com a evolução da população do Rio Grande do Sul: em 1999, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 51,3% do total e 1,83% da população gaúcha. Em 2009, os ativos perfaziam 50,9% e 1,82%, respectivamente. Note-se, ainda, que, entre 1999 e 2009, o quadro de inativos cresceu 16,6%, número que foi parcialmente compensado com a queda do quadro de pensionistas (13,7%). O resultado é um quadro de pessoal que cresceu 5,9%, em 2009, em relação a 1999, acompanhando a evolução da população, de 5,7%.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Matrículas	1999	2002	2004	2006	2008	2009	2009-1999	% 2009 / 1999
Administração Direta	Ativos	156.453	174.248	177.046	173.389	161.843	163.521	7.068	4,5
	Inativos	106.263	110.968	116.137	118.860	125.627	130.330	24.067	22,6
	Pensionistas	1.995	1.812	1.656	1.512	1.301	1.273	-722	-36,2
	<b>Total</b>	<b>264.711</b>	<b>287.028</b>	<b>294.839</b>	<b>293.761</b>	<b>288.771</b>	<b>295.124</b>	<b>30.413</b>	<b>11,5</b>
Fundações	Ativos	4.913	5.177	5.415	5.585	5.082	5.082	169	3,4
Autarquias	Ativos	4.404	4.337	3.888	3.785	3.363	3.678	-726	-16,5
	Inativos	6.502	6.107	5.768	5.393	5.204	5.053	-1.449	-22,3
	Pensionistas	55.537	48.948	48.995	49.531	48.804	48.307	-7.230	-13,0
	<b>Total</b>	<b>66.443</b>	<b>59.392</b>	<b>58.651</b>	<b>58.709</b>	<b>57.371</b>	<b>57.038</b>	<b>-9.405</b>	<b>-14,2</b>
Sociedade Economia Mista	Ativos	19.049	20.050	20.457	21.183	21.685	22.019	2.970	15,6
	Inativos	5.296	3.729	3.329	2.817	2.337	2.263	-3.033	-57,3
	Pensionistas	155	150	169	177	181	195	40	25,8
	<b>Total</b>	<b>24.500</b>	<b>23.929</b>	<b>23.955</b>	<b>24.177</b>	<b>24.203</b>	<b>24.477</b>	<b>-23</b>	<b>-0,1</b>
GERAL	Ativos	184.819	203.812	206.806	203.942	191.973	194.300	9.481	5,1
	Inativos	118.061	120.804	125.234	127.070	133.168	137.646	19.585	16,6
	Pensionistas	57.687	50.910	50.820	51.220	50.286	49.775	-7.912	-13,7
	<b>Total</b>	<b>360.567</b>	<b>375.526</b>	<b>382.860</b>	<b>382.232</b>	<b>375.427</b>	<b>381.721</b>	<b>21.154</b>	<b>5,9</b>
População do Estado do RS		10.089.899	10.317.984	10.433.449	10.536.009	10.627.868	10.661.645	571.746	5,7
<b>% de Matrículas sobre a População do RS</b>		<b>3,57</b>	<b>3,64</b>	<b>3,67</b>	<b>3,63</b>	<b>3,53</b>	<b>3,58</b>	-	-
<b>% de Ativos sobre a População do RS</b>		<b>1,83</b>	<b>1,98</b>	<b>1,98</b>	<b>1,94</b>	<b>1,81</b>	<b>1,82</b>	-	-

Nota: Os dados populacionais foram retirados da FEE/RS.

Fontes de Dados Brutos: SEFAZ ([www.sefaz.rs.gov.br](http://www.sefaz.rs.gov.br))/Finanças Estaduais/Documents/Boletim Informativo de Pessoal.

A Tabela a seguir mostra a evolução das despesas com pessoal ativo e inativo, entre 1996 e 2010. Tomando-se por base a despesa empenhada vinculada diretamente ao gasto com pessoal ativo civil (elemento da despesa 11) e militar (elemento da despesa 12), com pessoal inativo (elemento da despesa 01) e com pensionistas (elemento da despesa 03), em 1996, gastava-se 57,2% com pessoal ativo e 42,8% com inativo. Em 2000, as despesas com inativos (aposentados e pensionistas) ultrapassaram as do pessoal ativo. Em 2010, empenhou-se 46,2% do gasto de pessoal com ativos e 53,8% com aposentados e pensionistas. Ressalta-se o fato de que, entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta com inativos, em relação às despesas com pessoal.

Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

Especificação	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
% Ativos (Civil/Militar) - Elementos 11 e 12	57,2	55,1	54,9	54,5	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4	46,2
% Inativos (Aposentados e Pensionistas) - Elementos 01 e 03	42,8	44,9	45,1	45,5	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6	53,8

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Em relação à RCL, as despesas empenhadas consolidadas com o grupo "Pessoal e Encargos Sociais", entre os anos de 2000 e 2010, demonstram, no período recente, um comportamento declinante. Em 2010, o gasto ficou em 66,9% da RCL. Para o processamento da evolução do cálculo do grupo "Pessoal e Encargos Sociais", tomou-se por base o valor empenhado, deduzindo-se as despesas intraorçamentárias (dupla contagem contábil) e, nos anos de 2009 e 2010, incluindo-se o Órgão 40 - IPERGS (aposentados, pensionistas e sentenças judiciais - Elementos 01, 03 e 91, respectivamente), do grupo Outras Despesas Correntes que, nos anos anteriores, já figuravam no grupo de pessoal.

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

### Percentual das Despesas Consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais em Relação à RCL

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
% do Grupo de Pessoal e Encargos Sociais sobre a RCL	75,7	73,7	79,0	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Ainda, verificam-se as despesas executadas do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, por Poder e Órgão, entre 2000 e 2010.

### Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, por Poder e Órgãos, em valores nominais – R\$ 1.000,00

PODERES/ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INDIRETA	752.995	938.752	1.193.528	1.416.084	1.437.601	1.535.060	1.769.455	1.710.710	1.821.684	1.902.883	2.205.905
MINISTÉRIO PÚBLICO	141.508	171.120	214.506	273.357	310.014	364.654	398.503	414.567	435.362	466.729	508.795
PODER EXECUTIVO	3.469.535	3.736.998	4.244.652	4.692.434	4.844.279	5.174.838	5.765.490	6.377.302	6.899.047	7.826.948	8.856.983
PODER JUDICIÁRIO	474.381	576.111	690.073	791.120	911.617	1.070.912	1.179.733	1.220.114	1.370.958	1.362.969	1.474.422
PODER LEGISLATIVO	198.316	260.396	306.968	323.242	327.612	396.154	444.248	434.543	474.267	489.144	536.434
GASTO TOTAL PESSOAL	5.036.735	5.683.377	6.649.727	7.496.237	7.831.123	8.541.618	9.557.429	10.157.236	11.001.318	12.048.673	13.582.539

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela adiante reflete os valores da tabela anterior, demonstrando a evolução do percentual gasto dos Poderes e Órgãos com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se como base 100 o ano de 2000. Após cotejadas as despesas, verificam-se comportamentos distintos. A proporção do dispêndio no Poder Executivo e Legislativo apresenta curva declinante, não acompanhando a evolução da RCL. Fenômeno inverso ocorreu no Poder Judiciário e no Ministério Público, cujas proporções elevaram-se na série histórica.

### Despesas de Pessoal dos Poderes e Órgãos em relação à RCL – Ano 2000 como base 100

PODERES/ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INDIRETA	100,0	107,6	125,4	129,6	118,4	109,9	117,5	108,1	96,7	96,8	96,1
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,4	119,9	133,1	135,9	138,9	140,8	139,4	123,0	126,3	117,9
PODER EXECUTIVO	100,0	93,0	96,8	93,2	86,6	80,4	83,1	87,5	79,5	86,4	83,7
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,8	115,1	114,9	119,2	121,7	124,4	122,4	115,5	110,0	101,9
PODER LEGISLATIVO	100,0	113,3	122,5	112,3	102,4	107,7	112,0	104,3	95,6	94,4	88,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>97,4</b>	<b>104,5</b>	<b>102,6</b>	<b>96,4</b>	<b>91,4</b>	<b>94,9</b>	<b>96,0</b>	<b>87,3</b>	<b>91,6</b>	<b>88,5</b>

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

### **Outras Despesas Correntes**

O grupo "Outras Despesas Correntes" engloba, basicamente, os gastos com os serviços prestados à população na área da saúde, educação e segurança, as transferências de receitas constitucionais e legais aos municípios e a gestão plena do SUS. A partir de 2009, o grupo apropria os gastos com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder

Executivo (Elementos 01, 03 e 91 do Órgão 40 – IPERGS). Para fins de comparação, o grupo foi ajustado com a exclusão das transferências intraorçamentárias, das transferências aos municípios, das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais e com as despesas da gestão plena do SUS.

A Tabela adiante mostra a evolução dos gastos do grupo “Outras Despesas Correntes”, por Poder e Órgãos, em relação à RCL.

Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos – em valores nominais empenhados  
- R\$ 1.000,00

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INDIRETA	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546	1.232.149	1.308.010	1.451.828	1.646.103
MINISTÉRIO PÚBLICO	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401	48.940	44.533	55.004	55.901
PODER EXECUTIVO	2.712.119	3.282.592	2.984.627	3.603.955	4.357.616	5.408.680	5.669.904	5.658.212	6.762.360	12.423.055	14.299.757
(-) Distribuição de Receitas aos Municípios	1.726.917	2.082.285	2.250.188	2.355.955	2.458.405	3.316.561	3.473.864	3.638.888	4.361.111	4.630.321	5.360.425
(+) Despesas Não Empenhadas (Fl. 101 TCE/RS)	0	0	392.416	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875
(-) Gestão Plena do Sus	0	0	0	29.157	394.922	412.274	453.655	478.057	578.373	698.427	771.219
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	985.202	1.200.307	1.126.855	1.218.843	1.504.289	1.679.845	1.742.385	1.541.267	1.822.876	1.771.455	2.202.238
PODER JUDICIÁRIO	50.371	60.922	78.936	105.883	106.544	120.223	142.775	138.495	161.933	190.837	215.504
PODER LEGISLATIVO	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585	58.436	50.727	53.127	54.416
<b>TOTAL</b>	<b>1.766.354</b>	<b>2.080.587</b>	<b>2.055.421</b>	<b>2.150.093</b>	<b>2.589.480</b>	<b>2.974.733</b>	<b>3.076.692</b>	<b>3.019.287</b>	<b>3.388.079</b>	<b>3.522.251</b>	<b>4.174.162</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
<b>% TOTAL GASTO / RCL</b>	<b>26,5</b>	<b>27,0</b>	<b>24,4</b>	<b>22,3</b>	<b>24,1</b>	<b>24,1</b>	<b>23,1</b>	<b>21,6</b>	<b>20,3</b>	<b>20,3</b>	<b>20,6</b>

Fonte dos Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2002, houve compromissos assumidos sem empenho (R\$ 330,1 milhões) e despesas não empenhadas pagas por “Responsáveis” (R\$ 62,3 milhões), totalizando R\$ 392,4 milhões, conforme Relatório e Parecer das Contas do Governo do Estado - Exercício de 2002 - do TCE/RS, à fl. 101.

A Tabela seguinte mostra a evolução dos gastos dos Poderes e Órgãos, tendo como base 100 o ano de 2000. Denota-se que o Ministério Público aumentou suas despesas de manutenção e custeio em 96,1% acima da variação da RCL. O Poder Judiciário, em 40,3%. Já a Administração Indireta, o Poder Executivo e o Poder Legislativo tiveram decréscimos, em relação à variação da RCL, em 20,8%, em 26,7% e em 55,4%.

Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos em relação à RCL  
- Ano 2000 com base 100

PODERES/ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INDIRETA	100,0	96,4	90,8	75,3	80,8	85,0	80,0	86,0	76,7	81,6	79,2
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	124,8	164,2	202,9	212,4	200,4	205,4	249,0	190,3	225,2	196,1
PODER EXECUTIVO	100,0	105,1	90,5	85,3	94,7	91,9	88,5	74,4	74,0	68,9	73,3
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,4	124,0	144,9	131,2	128,7	141,8	130,8	128,5	145,1	140,3
PODER LEGISLATIVO	100,0	95,8	94,8	91,3	91,3	89,2	79,5	69,5	50,7	50,9	44,6
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>101,7</b>	<b>92,1</b>	<b>83,9</b>	<b>90,9</b>	<b>90,8</b>	<b>87,1</b>	<b>81,3</b>	<b>76,7</b>	<b>76,4</b>	<b>77,5</b>

Fonte dos Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

## Dívida Pública

A Tabela adiante mostra o histórico da evolução da dívida pública estadual fundada consolidada (dívida interna contratualizada com o Governo Federal e a dívida externa), com vencimento de longo prazo, no período compreendido entre o final do governo Peracchi (1971) e o final do governo Yeda Crusius (2010). Notadamente o estoque da dívida, crescente ao longo das décadas de 1970 e 1990, tem um salto entre os anos de 1994 e 1998. A partir da renegociação, com a União, de grande parcela da dívida pública estadual, especialmente a dívida mobiliária, em 1998, o estoque da dívida passa a ter uma trajetória de estagnação, o que permite afirmar que a operação realizada não resultou em solução definitiva para a questão. Em valores reais pelo IGP-DI, entre 1971 e 2010, a dívida cresceu 27,3 vezes. Ressalta-se que a dívida extralimite não está computada no estoque da tabela.

Estoque da Dívida Fundada Interna Intralimite e Externa – em R\$ milhões

Governo	Final de Governo	Dívida atualizada IGP-DI	Referência	Varição Percentual	% dívida/PIB
Peracchi	1971	1.527	1,0	-	2,2
Triches	1974	3.345	2,2	119,0	3,0
Guazelli	1978	6.122	4,0	83,0	4,2
Amaral	1982	10.964	7,2	79,1	8,4
Jair	1986	15.219	10,0	38,8	8,3
Simon	1990	15.241	10,0	0,1	15,5
Collares	1994	18.813	12,3	23,4	14,1
Britto (2)	1998	41.828	27,4	122,3	19,0
Olívio	2002	41.717	27,3	-0,3	23,3
Rigotto	2006	41.042	26,9	-1,6	20,3
Yeda Crusius	2010	41.618	27,3	1,4	18,2

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota (1): A variável "estoque da dívida" foi corrigida pelo IGP-DI anual até dez/10.

Nota (2): Inclui a Operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 716 milhões) e Caixa Econômica Estadual do RS (R\$ 1.637 milhões), feita em 1998. O valor atualizado pelo IGP-DI até dez/10 monta em R\$ 7,71 bilhões.

Nota (3): Incluem-se as operações de empréstimo feitas junto ao Banco Mundial, em 2008 e 2010, respectivamente, de R\$ 1,19 bilhão e R\$ 786,8 milhões, que estava fora do cálculo porque era uma dívida extralimite.

Nota (4): O estoque refere-se à dívida externa e à interna contratada junto ao Governo Federal, representando, aproximadamente, 97% do total.

A Tabela a seguir mostra que a Dívida Consolidada Líquida, em 2001, era 2,73 vezes a Receita Corrente Líquida. Em 2008, o Estado do RS enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela Lei Complementar Federal 101/00. Ao final de 2010, a relação cedeu para 2,14 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento está em 2,29 vezes a RCL.

Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes	2,20 vezes	2,14 vezes
Limite de Endividamento (LRF)	-	2,68 vezes	2,63 vezes	2,58 vezes	2,53 vezes	2,48 vezes	2,44 vezes	2,39 vezes	2,34 vezes	2,29 vezes

Fonte de Dados Brutos: Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS/CAGE.

A Tabela adiante apresenta a evolução do estoque da dívida consolidada em relação ao PIB do RS. Sublinhe-se que, em 1994, o estoque da dívida fundada interna e externa representava 14,1% do PIB gaúcho. Em 2010, a equação estava em 18,2% do PIB.

Dívida Consolidada Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB gaúcho – Em R\$ 1.000,00

Especificação	Dívida Interna	Dívida Externa	Total de Dívida	PIB do RS	% Dívida S/PIB
1994	4.154.715	244.721	4.399.436	31.129.234	14,1
1995	6.829.289	167.137	6.996.426	53.652.947	13,0
1996	8.714.916	158.434	8.873.350	63.262.677	14,0
1997	10.761.096	252.275	11.013.370	69.221.314	15,9
1998	13.008.479	407.605	13.416.084	70.541.889	19,0
1999	14.883.773	627.754	15.511.527	75.450.458	20,6
2000	16.601.567	738.775	17.340.342	85.137.543	20,4
2001	18.892.745	942.221	19.834.966	94.084.498	21,1
2002	23.110.688	1.491.045	24.601.733	105.486.816	23,3
2003	25.148.846	1.316.382	26.465.228	124.551.267	21,2
2004	27.603.012	1.301.043	28.904.055	137.830.682	21,0
2005	29.095.416	1.121.521	30.216.937	144.218.198	21,0
2006	30.837.838	944.626	31.782.464	156.826.932	20,3
2007	33.067.694	698.529	33.766.223	176.615.073	19,1
2008	35.784.251	2.342.608	38.126.859	199.499.011	19,1
2009	35.302.367	1.680.815	36.983.182	206.787.154	17,9
2010	39.334.880	2.282.751	41.617.631	228.288.657	18,2

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: O PIB do RS de 2009 e 2010, divulgado pela FEE/RS, é preliminar.

Se o tamanho do estoque total da dívida de longo prazo de, aproximadamente, R\$ 43 bilhões (dívida intra e extralimite) já atesta, de um lado, o alto grau de endividamento do Estado, e de outro, não menos importante, o volume significativo de desembolso mensal despendido. Em seis anos, entre 2005 e 2010, em valores nominais, já foram empenhados R\$ 11,6 bilhões a título de pagamento de juros da dívida pública. Nesse mesmo período, investiu-se R\$ 4,9 bilhões.

A próxima Tabela mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida pública. Em 2000, comprometeram-se 12,8% da RCL. Em 2010, 10,7% da RCL. No período entre 2000 e 2010, despenderam-se com o serviço da dívida, em média, o equivalente a 13,0% da RCL e 15,8% da Receita Líquida Real (RLR)<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do FUNDEF, as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL e à RLR - R\$  
1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	3.182.584	2.112.321	2.955.751
(-) Operação Externa com o BIRD	-	-	-	-	-	-	-	-	1.192.010	-	786.825
SERVIÇO DA DÍVIDA AJUSTADA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321	2.168.926
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
RECEITA LÍQUIDA REAL – RLR	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.251.493	8.622.683	9.952.821	10.917.190	11.411.117	13.534.810	14.076.386	16.725.956
% SERVIÇO DA DÍVIDA AJUSTADA/RCL	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3	13,1	11,9	12,1	10,7
% SERVIÇO DA DÍVIDA AJUSTADA/RLR	15,4	15,3	16,7	17,3	16,9	17,2	16,3	16,0	14,7	15,0	13,0

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Nota: Foram excluídas as operações de crédito junto ao Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão, em 2008, e de R\$ 786,8 milhões, em 2010.

### Operações de Empréstimo junto ao Banco Mundial

O contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial (BIRD), de US\$ 1,1 bilhão (US\$ 650 milhões liberados na data da contratação, em outubro de 2008, e US\$ 450 milhões liberados, em agosto de 2010), objetivou unicamente à reestruturação de parte da dívida extralimite, composta por contratos ou obrigações (financiamentos internacionais, títulos mobiliários e PROES), que não foram objeto de securitização da dívida junto à União, feita em 1998 (Lei nº 9.496/97). O empréstimo veio substituir dívidas atreladas à taxa SELIC ou à taxa de 6% ao ano mais o IGP-DI. Ao término da operação, em torno de 60% da totalidade da dívida extralimite haviam sido reestruturados.

Dessa forma, melhoram-se o perfil da dívida e o fluxo de pagamento, além de ganho financeiro na redução de seu valor presente, com prazo de amortização de 30 anos, através de desembolsos mensais, quitando-se por completo em 2038. A operação trará uma economia total de, aproximadamente, R\$ 600 milhões. De imediato sente-se seu efeito, com desembolsos anuais menores. A reestruturação da dívida extralimite fará o comprometimento sobre a Receita Líquida Real (RLR) cair 2,6%, até 2012. Dessa data em diante, 1,2% da RLR.

Os recursos desse financiamento foram repassados diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado. O custo da operação, paga em dólar, é equivalente à taxa *Libor* mais *spread* de 0,12% (a taxa anual, na data da primeira parcela contratada, estava em 3,19% ao ano, e na data da liberação do restante da operação, em agosto de 2010, encontrava-se abaixo daquele primeiro percentual). A operação previu a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando, em parte, o risco da variação cambial. Para operacionalizar o financiamento, houve a aprovação unânime pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Senado Federal, com o aval da União.

## Investimentos Amplos

O reflexo da crise estrutural das finanças estaduais sobre os investimentos foram crescentes ao longo do tempo e especialmente a partir do final da década de 1990. A próxima Tabela mostra a evolução das despesas de capital em relação à RCL e ao PIB do RS, desde o governo Triches. Este investiu 29,7% da RCL, equivalente a 1,9% do PIB gaúcho, enquanto os governos recentes, Olívio e Rigotto, investiram, em média, respectivamente, 10,6% e 6,0% da RCL e 0,7% e 0,5% do PIB. No último governo, de Yeda Crusius, aconteceu o menor patamar de investimento, de 5,4% da RCL e 0,5% do PIB gaúcho, considerando, neste resultado, a execução de receitas extraordinárias advindas da venda de ações do BANRISUL no valor de R\$ 676 milhões.

Investimentos amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho

Governos	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Brito	Olívio	Rigotto	Yeda
% Investimentos/ RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4
% Investimentos/ PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,5

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS – CAGE e FEE/RS.

Nota: Em 2009 e 2010, o PIB divulgado pela FEE/RS é preliminar.

A Tabela a seguir demonstra os investimentos efetivados em relação à RCL, desde o ano de 2000. Como pode se verificar, a compressão dos recursos em investimentos tem sido recorrente nos últimos anos, especialmente a partir de 2007, com a execução de uma política de compressão de dispêndios que atingiu fortemente o nível de investimento. A exceção, em 2010, se deu pela autorização ao Estado da utilização dos recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário, constituído a partir da venda de ativos do BANRISUL, para a construção de estradas, no valor de R\$ 676 milhões.

Investimentos totais empenhados em relação à RCL - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INVESTIMENTOS AMPLOS	822.901	621.956	445.344	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899	1.936.885
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
% INVESTIMENTOS /RCL	12,4	8,1	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0	2,9	4,0	3,8	9,5

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS – CAGE e FEE/RS.

O Estado conta, ainda, além dos recursos orçamentários, com os investimentos das estatais, importantes para fazer frente às necessidades de infraestrutura do RS. Para 2011, estão previstos mais de R\$ 1,1 bilhão. Também não se pode deixar de destacar os investimentos federais que estão sendo feitos no Estado, como no Porto do Rio Grande; na duplicação da BR-101, entre Osório e Torres, já em término; na duplicação de rodovia entre Pelotas e Rio Grande; e na construção da Rodovia do Parque, que vai ajudar a desafogar a BR-116, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul; e as demais obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).



**4 AS PROPOSTAS DO GOVERNO  
PARA O QUADRIÊNIO**



## **4 As Propostas do Governo para o Próximo Quadriênio**

Viabilizar a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul em bases sustentáveis e com a redução das desigualdades regionais e sociais impõe a assunção de desafios coletivos, apoiada pelos mecanismos de democracia representativa e de um sistema de participação cidadã, potencializado pelas tecnologias digitais de comunicação, combinando as atuações de mecanismos como os Conselhos Setoriais, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Orçamento Participativo, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e a Consulta Popular.

O debate sobre a trajetória da economia do Rio Grande do Sul aponta para a necessidade desta nova postura do Governo como indutor do desenvolvimento. Impõe a re colocação do papel do Estado para a indução de processos virtuosos de crescimento e distribuição de renda e para a promoção de ações que garantam a inserção do Rio Grande do Sul na trajetória nacional de desenvolvimento. A partir do debate sobre a perda relativa da economia gaúcha no contexto nacional, propomos uma mudança de postura. Uma nova postura comprometida com o desenvolvimento econômico e social é indispensável.

O Governo do Estado atuará no aumento da capacidade de investimento público no Rio Grande do Sul envolvendo as esferas federal, estadual e municipal, possibilitando a adoção de uma política fiscal capaz de minimizar os choques que têm levado à perda da participação econômica do Estado no âmbito federativo. Como ficou recentemente demonstrado com a atuação do Governo Federal durante a crise econômico-financeira de 2008, o crescimento do investimento público é fundamental para impedir a disseminação e o prolongamento dos efeitos da redução da renda em momentos de dificuldade econômica, evitando assim a elevação do desemprego e a queda na arrecadação fiscal. Merecem destaque, entre os investimentos, os referentes às infraestruturas logística e de energia, como os investimentos em portos, rodoviários, ferroviários, na oferta de gás, aeroportuária, hidroviária, na capacidade de geração de energia e na qualificação do fornecimento de energia elétrica e também em infraestrutura de irrigação.

O Governo identificará oportunidades e liderará a implantação de projetos de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, em consonância com as modificações em âmbito nacional e mundial que marcam a economia contemporânea. É importante que a política de desenvolvimento estadual esteja atenta a essas oportunidades, para o reforço dos setores da nossa matriz produtiva, através de diversos mecanismos como o financiamento, reformulação da política de incentivos fiscais, promoção dos elos faltantes e alavancagem dos segmentos capazes de impulsionar a atividade produtiva em condições de sustentabilidade. A construção do novo, sem descuidar dos setores tradicionais em um contexto de profundas transformações na economia mundial e nacional, é o desafio a ser enfrentado na elaboração de um projeto estratégico de desenvolvimento para o Estado nos próximos anos. A Agência Gaúcha de Desenvolvimento e

Investimento é chave na construção de novas institucionalidades em um projeto sistêmico de desenvolvimento.

Promoverá, também, a redução das desigualdades sociais e regionais do Estado com ações fortes de combate à pobreza, de tal forma que o Rio Grande do Sul caminhe na direção da erradicação da miséria. Nesse campo, é igualmente importante a diretiva de integrar-se a um processo amplo e decidido de erradicação da miséria, o qual se está estabelecendo em nível nacional. O RS contribuirá decisivamente para esse importante passo em direção à construção de uma sociedade de elevado desenvolvimento humano, com oportunidades de educação qualificada em todos os níveis, bem como melhorias nos serviços de saúde e infraestruturas ligadas à qualidade de vida, como as de saneamento, habitação ou desenvolvimento urbano.

Além disso, prestar um bom serviço ao cidadão é uma meta a ser perseguida. Para o aumento da eficiência da máquina administrativa do Estado e a diminuição do seu custeio é necessário trabalhar simultaneamente: tecnologia e melhoria nos processos. O atual estágio de desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação permite ao RS aumentar as receitas próprias via fiscalização ágil, reduzindo a sonegação. Permite, também, melhorar o controle e a transparência, criando mecanismos nos quais a comunidade fiscaliza as ações do Estado e a qualidade do gasto público.

Será ampliado o alcance dos programas federais voltados à qualificação de políticas públicas, qualidade de vida e inclusão social nas áreas de educação, saúde, segurança, habitação, assistência social, cultura, esporte e lazer, como os programas ProUni, Pronasci, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Saúde da Família e outros.

Em suma, o Governo reafirma as propostas apresentadas ao povo do Rio Grande do Sul no período eleitoral, sintetizadas no Programa de Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul – ProRedes RS.

### **Redes EDUCAÇÃO**

É responsabilidade do Estado garantir o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade social para todos – qualidade social enquanto processo permanente, de formação integral e emancipação; conhecimento enquanto construção da identidade humana e meio de compreensão do mundo, reconhecendo o contexto, as diversidades culturais, sociais e políticas, o respeito às diferenças, o avanço da sustentabilidade ambiental e o exercício da democracia.

A Política Educacional a ser seguida tem como base a democratização da educação em três dimensões: a democratização da gestão, do acesso à escola e do acesso ao conhecimento com qualidade social. A democratização da escola deve garantir a todos o acesso e a permanência com aprendizagem, independentemente da faixa etária e de sua condição peculiar de desenvolvimento. A escola deve ser o lugar onde se aprenda a democracia pela vivência da gestão democratizada – do Sistema de Ensino à sala de aula; onde o acesso ao patrimônio cultural

acumulado pela humanidade seja garantido para que, em diálogo com os saberes populares, através da ação-reflexão-ação, em uma perspectiva interdisciplinar, possa ser construído o conhecimento significativo, libertador, contextualizado, ferramenta de transformação, de emancipação e de humanização.

### **Redes SEGURANÇA PÚBLICA**

O aumento da insegurança pública verificada nos últimos anos no Estado tem afetado diretamente não só a vida da população gaúcha, mas também tem fortes efeitos negativos no desenvolvimento econômico, sobretudo, na atração de novos investimentos, ou mesmo na permanência de empreendimentos. Esse é um tema central para a economia do Estado, pois não há desenvolvimento econômico sem segurança pública, que cada vez mais é considerada um dos fatores determinantes para os investimentos. Por isso, nessa área, é preciso uma ação rápida do poder público estadual para oferecer respostas satisfatórias à sociedade. É necessário recuperar os efetivos dos servidores da segurança pública, agentes penitenciários, peritos, bombeiros e seus equipamentos, qualificar e reestruturar o sistema prisional, diante do colapso de vagas e da superlotação e, ainda, buscar um piso salarial mínimo para os policiais, como está sendo defendido pelo Ministério da Justiça.

### **Redes ATENÇÃO À SAÚDE**

A redução drástica dos recursos orçamentários para a saúde, a má qualidade no atendimento e acesso aos serviços, a falta de condições de trabalho dos profissionais de saúde, o retorno dos surtos de doenças como a dengue e a febre amarela, a falta de medicamentos especiais, tudo isso preocupa profundamente e atinge diretamente a população gaúcha. Em 2009, os recursos destinados a investimentos em saúde no RS representaram apenas 4% da Receita Corrente Líquida do Estado. Portanto, diante dessa situação, é preciso afirmar o compromisso do Governo estadual com o Sistema Único de Saúde (SUS), universal, gratuito e de qualidade, com a recuperação do mínimo constitucional orçamentário de 12% em saúde e com o estabelecimento de metas anuais de recuperação e cumprimento da Emenda Constitucional 29/2000, reafirmando o acesso universal, gratuito e igualitário dos cidadãos ao SUS, revitalizando a municipalização e o controle social. Deve-se potencializar a relação com o Governo Federal nos serviços de atenção à saúde e nos diversos programas federais de investimento em infraestrutura e atendimento como o QUALISUS, Saúde da Família, SAMU e Brasil Sorridente, articulando-os com os programas estaduais de qualificação da saúde pública. O desafio para o Rio Grande é fazer o SUS avançar, operando em rede solidária com as demais políticas governamentais e comprometer-se com a qualidade de vida das pessoas. Uma nova cultura de saúde e um novo patamar de articulação do Estado: esse é o desafio assumido com a sociedade gaúcha e brasileira.

Para responder a esse desafio, é preciso reconhecer que a saúde move um grande complexo produtivo, responsável por quase 10% do PIB, gerando emprego e renda em diversas áreas e sendo potencialmente um

gerador de desenvolvimento regional. Além de serviços de assistência à saúde, cabe à ação governamental na área a regulação de todas as ações e serviços de saúde, a vigilância dos fatores de riscos à saúde e agravos, a vigilância do meio ambiente e do ambiente de trabalho, assim como a articulação com outras áreas de políticas públicas para a promoção da vida saudável.

A partir de uma visão geral dos problemas e do papel da saúde como política pública, e dever do Estado em promovê-la, três diretrizes alicerçam uma gestão responsável na saúde e buscam ressignificar o Sistema Único da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul: Financiamento; Gestão Democrática; e, Rede Estadual de Serviços de Saúde.

### **Redes EMPREENDER PARA CRESCER**

A vocação empreendedora do Rio Grande do Sul, tanto na área urbana quanto rural, é uma marca importante dos gaúchos e uma característica fundamental da economia para o crescimento do Estado. É necessário promover e ampliar a inserção dos setores produtivos gaúchos no mercado nacional e internacional, incentivar o empreendedorismo empresarial e estimular as Cooperativas e a Economia Popular e Solidária. Portanto, é necessário desenvolver políticas que garantam o apoio do Governo estadual para o fomento, linhas de crédito, formas de financiamento e divulgação para os empreendimentos estabelecidos e para novos investimentos, incentivando o enorme potencial das pequenas, médias e grandes empresas do comércio e serviços, da agricultura familiar, das cooperativas, da agroindústria e da economia popular do Estado, articulando a malha e as cadeias produtivas locais de forma protegida, produtiva e isonômica, com os grandes empreendimentos, o parque industrial, o agronegócio e os investimentos externos.

Outra vocação destacada no Estado é a capacidade exportadora de parte importante da nossa matriz produtiva, que requer uma postura ofensiva por parte do Governo estadual no sentido de abrir novos mercados, diversificar relações comerciais internacionais, inclusive para superar dependências históricas e geradoras de graves crises no passado, bem como proporcionar novas oportunidades de negócios. O propósito é incentivar e ampliar as exportações, garantindo a infraestrutura de estradas e transporte necessária para o escoamento da produção e promover uma política de atração de investimentos nacionais e internacionais que fortaleçam o Rio Grande como centro de articulação e integração do sul do MERCOSUL, que possam participar de forma integrada com a nossa malha produtiva local.

### **Redes DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MICRORREGIONAL**

O Rio Grande do Sul possui uma longa tradição de debate sobre o desenvolvimento regional. Desde o surgimento dos COREDEs, em meados dos anos 90, a sociedade gaúcha vem construindo instrumentos voltados para pensar processos de desenvolvimento orientados pelas características e vocações das suas distintas regiões. As instituições universitárias, tanto as federais como as comunitárias, cumpriram um papel fundamental nesse

debate, e o surgimento da UERGS tinha como objetivo estratégico contribuir para a produção de conhecimento voltado ao desenvolvimento regional. Todo esse processo era baseado na construção coletiva e participativa por parte dos atores sociais regionais como os governos locais, os empresários, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. No entanto, nos últimos anos, esse processo vem sofrendo uma enorme perda de qualidade. A relação do Governo estadual com os COREDEs vem se resumindo a alocar uma pequena parcela dos investimentos através da Consulta Popular. E mesmo esses investimentos, que por si só são extremamente limitados, sofrem com sistemáticos atrasos e descumprimentos. Os dois últimos governos não foram capazes de enfrentar de maneira objetiva o tema das desigualdades regionais, limitando-se a um discurso genérico ou à proposição de soluções superficiais para os problemas das regiões. E as diferenças de dinâmicas socioeconômicas regionais são de fato um obstáculo para o desenvolvimento do Rio Grande. A estagnação da Metade Sul e os problemas vividos pela agricultura familiar no noroeste do Estado contrastam com a aceleração do crescimento no eixo Porto Alegre-Caxias, o que gera desequilíbrios econômicos e problemas sociais. Por isso, qualquer projeto sustentável de desenvolvimento para o RS passa por construir políticas que promovam um crescimento mais equilibrado e mais bem distribuído geograficamente. Assim, é fundamental que o projeto de desenvolvimento para o Estado tenha como ponto de partida um processo de desenvolvimento endógeno que tenha como base as cadeias produtivas locais de cada uma das regiões. Respeitadas as características e as diferenças dentro de uma mesma região do Estado, é necessário desenvolver um programa subsidiário direcionado às microrregiões, que desbloqueie e retire os impedimentos para o desenvolvimento local. Esses programas devem considerar, fundamentalmente, financiamento para a produção e empreendimentos, investimento em infraestrutura para escoamento da produção e para o turismo, acessibilidade e mobilidade entre os municípios, apoio técnico e logístico, ampliação e apoio aos programas de qualificação profissional e educação, inovação tecnológica, bem como considerar as vocações regionais, acesso aos serviços públicos e apoio do Governo estadual às ações dos governos municipais.

### **Redes CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS E REGIONAIS**

Um dos pressupostos do desenvolvimento é a inclusão de regiões, setores produtivos e pessoas na dinâmica econômica, com participação ativa nas cadeias produtivas locais e regionais. Nesse sentido, é necessário garantir, a partir do Estado e do incremento dos programas federais, uma política de apoio, indução e crédito para os setores produtivos e geradores de emprego e renda do Rio Grande do Sul, incentivando e apoiando os setores históricos da nossa economia, como a agricultura e a pecuária, que devem estar inseridas na estratégia de desenvolvimento da cadeia produtiva gaúcha e também plenamente integradas à malha produtiva, com atenção à agricultura familiar, aos pequenos produtores, aos trabalhadores do campo e cadeias produtivas tradicionais do RS, como arroz, soja, milho, carnes (bovina, suína e aves) e leite. Além disso, é necessário proporcionar o acesso à terra, às políticas de apoio à comercialização, ao seguro agrícola e ao crédito para investimento e articulação nacional, tendo em vista o mercado internacional desses produtos.

Assim, cumprem papel fundamental os bancos públicos, agências de fomento e microcrédito, a política tributária e os incentivos fiscais para as cadeias de produção integradas na malha produtiva local, para que fortaleçam a economia e impulsionem o crescimento regional, tanto para suprir lacunas de produtos ou insumos necessários, como para, a partir de critérios bem definidos, gerar empregos e melhor distribuição da renda. É preciso apoiar, através das relações nacionais e internacionais, a qualificação e a inovação tecnológica como forma de conferir qualidade superior ao perfil produtivo do Estado, tanto na produção rural quanto industrial.

O Estado do RS possui uma base econômica diversificada, que se constitui em patrimônio sociocultural dos gaúchos, pois ali se expressa não somente a riqueza da economia, mas também a história, a cultura local e as tradições. Esses setores tradicionais da nossa economia têm passado por transformações e vêm sendo pressionados pelas conjunturas políticas e macroeconômicas, crises internacionais, blocos econômicos, inovações tecnológicas e de gestão, investimentos externos e outros fatores.

O Governo acredita e tem o compromisso de fortalecer essas atividades econômicas que nasceram nas diversas regiões do Estado. Elas representam iniciativas, energias criativas e muitas vezes trajetórias de vida de famílias e grupos de pessoas que formaram suas cooperativas, enraizadas na sociedade local, induzindo o crescimento e fortalecendo-se mutuamente. Essas cadeias precisam ser valorizadas, com apoio, crédito, financiamentos, capacitação de recursos humanos, inovação em conhecimentos, tecnologias, infraestrutura e logística que possam garantir competitividade à nossa produção. Um exemplo disso é o Programa Mais Alimentos, do Governo Federal, direcionado à agricultura familiar, em que o crédito em melhores condições, a desoneração fiscal e a contrapartida às empresas impulsionaram os setores agrário e metal-mecânico, que estão conectados a várias cadeias industriais e agrícolas. Esse Programa gerou milhares de empregos e de renda para diversas famílias. Ao Estado cabe estar ao lado desses setores, criando um ambiente virtuoso de crescimento econômico com distribuição de renda.

### **Redes DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO**

No tema do Desenvolvimento Urbano é preciso retomar os investimentos em habitação, saneamento, reassentamentos e regularização fundiária, estimulando ainda a criação e o financiamento de cooperativas habitacionais. Deve-se buscar a integração das ações do Estado com a política nacional de saneamento, com os programas do Ministério das Cidades, da FUNASA e dos PAC I e II, como o Minha Casa, Minha Vida; ampliar e simplificar a participação do BANRISUL na implantação das políticas de habitação, regularização fundiária, pavimentação e saneamento; e estabelecer uma política de parceria e cooperação com os governos municipais e suas ações de desenvolvimento urbano, especialmente de moradia popular.

As principais perspectivas do Redes Desenvolvimento Urbano e Habitação são a promoção da justiça social, do desenvolvimento habitacional e de construção de um ambiente sustentável, garantindo

moradia e ocupação adequada da cidade para que o RS acompanhe o ritmo de crescimento do Brasil. Com base na gestão democrática, o Estado deverá garantir o direito à cidade para todos os cidadãos e criar as condições para uma transformação social, com forte redução da pobreza, bem como melhorar a qualidade de vida de todos.

### **Redes INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

Para garantir a capacidade de expansão da economia estadual, devem ser retomados imediatamente os investimentos e as obras em infraestrutura e logística, especialmente os modais de transporte, rodovias, hidrovias, ferrovias, bem como metrô, portos e aeroportos. O Governo gaúcho terá toda a capacidade de articular as ações do Estado com os investimentos do Governo Federal em execução ou previstos para o Rio Grande a partir do PAC I e II. O Estado tem que assumir um papel protagonista e indutor garantindo acessibilidade, mobilidade e velocidade para a produção e a comunicação, retomando investimentos e formas de financiamento para a ampliação, recuperação e manutenção das áreas essenciais ao escoamento da produção, mobilidade social, promoção do turismo e o desenvolvimento global do RS.

### **Redes PORTO ALEGRE E REGIÃO METROPOLITANA**

A Capital dos Gaúchos e a Região Metropolitana exigem atenção especial do Governo do Estado, com um planejamento estratégico de médio e longo prazo que responda às necessidades urgentes do seu desenvolvimento e aumente o desempenho das suas cadeias produtivas através de investimentos que busquem ampliar e qualificar a infraestrutura econômica existente.

A Região Metropolitana de Porto Alegre agrega 31 municípios e reúne mais de 36% da população gaúcha, sendo uma das áreas de maior densidade demográfica do País. Produz cerca de 45% do PIB gaúcho. Além da importância da Capital, centro político e econômico do Estado, importantes municípios da RMPA são responsáveis, em boa parte, pela dinâmica econômica do Estado. Em seu território desenvolvem-se cadeias produtivas fundamentais na atual estrutura econômica. A Região é polo de serviços e comércio, além de centro de logística. Caracteriza-se por uma forte industrialização com alto componente tecnológico agregado, com universidades, centros de pesquisa, hospitais e serviços de saúde referenciais.

Trata-se de uma Região Metropolitana plural e complexa, com microrregiões distintas entre si, que se construíram em função de sua vocação econômica, composição social e estrutura urbana, onde a interdependência entre os municípios é crescente e as áreas conurbadas são cada vez maiores. Trata-se de cidades metropolitanas. A Região concentra problemas urbanos e sociais relacionados ao sistema de transportes, à habitação, à oferta de serviços públicos básicos como saúde, educação, assistência, segurança, saneamento e energia. Investimentos e ações do Governo Federal, como a construção da segunda ponte sobre o lago Guaíba, a duplicação da BR-116, a construção da BR-448, a ampliação do

TRENSURB, a construção da Linha 2 do Metrô, devem ser potencializadas e estar articulados com investimentos estaduais, como a construção da RS-010 e a duplicação da RS-118. Além disso, devem ser feitas intervenções que reorganizem o espaço social e econômico da Capital e da Região Metropolitana com o sentido de permitir o desenvolvimento pleno com qualidade de vida, pleno emprego e sustentabilidade ambiental.

A articulação também deve acontecer entre as políticas públicas dos governos municipais e estadual, para a ampliação das possibilidades de transporte público de qualidade, como a revitalização e ampliação das Transversais Metropolitanas e o transporte hidroviário de passageiros entre Porto Alegre e a cidade de Guaíba; também como o apoio ao setor produtivo e investimento em saneamento básico, moradia popular e nas redes de atendimento ao cidadão, especialmente das periferias das maiores cidades.

O Governo deverá participar, diretamente, de soluções para temas importantes para a Capital e a Região Metropolitana, que sofreram com o descaso ou com falta de ações para sua solução. Um exemplo é o Parque Delta do Jacuí, onde moram centenas de famílias em áreas impróprias, sem as menores condições de habitabilidade. Tampouco as medidas de preservação ambiental foram tomadas.

O Governo do Estado atuará em conjunto com os municípios da RMPA e com o Governo Federal, com base nos princípios da integração entre as ações e programas. Para isso, buscará um novo modelo de gestão do desenvolvimento, com base na METROPLAN e nos consórcios municipais. O Governo estadual determinará a formação de um grupo especial do CDES RS para tratar do Desenvolvimento Metropolitano, envolvendo todos os COREDEs da Região, os prefeitos municipais, representação das câmaras municipais e dos conselhos do Orçamento Participativo.

## **Redes ENERGIA, RECURSOS MINERAIS E TELECOMUNICAÇÕES**

A ampliação da infraestrutura energética, em usinas, linhas e redes de energia elétrica, poços de petróleo e gás, refinarias, unidades de processamento petroquímico, dutos, reservatórios, plataformas de petróleo e a exploração dos recursos minerais, de forma ambientalmente correta, além de fundamental para o nosso desenvolvimento, é uma grande geradora de postos de trabalho e de renda. Nesse sentido, serão promovidos os setores de energia, recursos minerais e telecomunicações como vetores de aceleração do desenvolvimento social e econômico do Estado do Rio Grande do Sul, estruturando-os para planejar, articular e implementar a política energética, de recursos minerais e de telecomunicações de forma democrática, com a participação da sociedade civil, destacando a criação do Conselho Estadual de Energia, Recursos Minerais e Telecomunicações em consonância com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul (CDES RS). Também será reorganizado o Comitê Empresas de Energia Elétrica do RS (COPERGS) ampliando a discussão de solução de problemas e alternativas integradas, relacionadas à expansão, operação e manutenção do sistema eletroenergético do Estado.

Será instituído o Programa Gaúcho de Petróleo, Gás Natural e Indústria Naval (PGPN) com a finalidade de estruturar as ações governamentais junto ao setor e em direção ao Governo Federal, à promoção de investimentos e ao incentivo à pesquisa em inovação tecnológica em gás natural, petróleo e indústria naval no âmbito do Rio Grande do Sul. Será criada a Câmara Setorial de Petróleo, Gás Natural e Indústria Naval do Estado do Rio Grande do Sul, junto ao CDES RS, como espaço de concertação e elaboração de políticas destinadas ao setor. O Programa buscará potencializar os benefícios econômicos e sociais que as atividades relacionadas ao petróleo, ao gás natural e à indústria naval poderão gerar no território do Rio Grande do Sul como fortalecimento da indústria gaúcha, geração de emprego e renda, combate às desigualdades regionais, avanço tecnológico, fortalecimento empresarial e melhoria da qualidade de vida da população gaúcha. Também pretende ampliar a formação e a qualificação da mão de obra estadual, qualificar e apoiar as empresas gaúchas visando sua melhoria em escala e competitividade e buscar a ampliação da sua participação no fornecimento de insumos para a cadeia produtiva do gás natural e petróleo e para a indústria naval.

Será ampliado o papel estratégico das empresas estatais do setor – CEEE, CRM e SULGÁS – que representam instrumentos essenciais à aceleração do desenvolvimento econômico e social do Estado, promovendo seu saneamento e fortalecimento, com qualificação e a democratização da gestão, nas suas relações com seus trabalhadores e sociedade. Essas estatais deverão articular, com o Governo Federal, recursos para ampliar seus investimentos, individualmente ou em parcerias, viabilizando os empreendimentos necessários.

### **Redes AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

A agricultura e a pecuária são importantes para o Estado do RS, pois são elas que fazem movimentar as cadeias agroindustriais que, no seu conjunto, respondem por 50% da economia gaúcha. Entretanto, a parte agrícola, estritamente, vem perdendo espaço, e alguns setores, diminuindo sua competitividade. Isso porque o setor como um todo é influenciado por um conjunto de variáveis, oscilações de preços por oferta e demanda, globalização de mercado, barreiras protecionistas e sanitárias, presença de empresas multinacionais, competição com produtos de outros lugares, política agrícola, além de questões climáticas e políticas macroeconômicas. É necessário identificar e potencializar as vocações regionais e agregar valor à produção agrícola via redes de cooperação e fortalecimento da agroindústria familiar.

No Estado, pesa o fato de que a agricultura gaúcha nos últimos tempos não recebeu o tratamento e os investimentos necessários. Os investimentos realizados foram em sua imensa maioria do Governo Federal, como os recursos do crédito em investimentos e custeio, o seguro agrícola, as políticas de comercialização e abastecimento, para o desenvolvimento da pesca, para a assistência técnica, entre outras. Essas políticas e investimentos beneficiaram tanto a agricultura familiar, como a não-familiar. Essas ações do Governo Federal são referências para, no próximo período, fazer desenvolver a agricultura e, com isso, alavancar um conjunto

de setores que estão associados à produção agrícola, seja pelo fornecimento de insumos e serviços, seja pelo processamento agroindustrial, com produção agropecuária, gerando trabalho e renda.

Um novo caminho para a agricultura familiar será construído em diálogo permanente com os movimentos de agricultores e trabalhadores rurais baseando-se na premissa de que a busca pela diversificação da produção e a obtenção de uma renda estável são dois pontos fundamentais para uma vida no campo mais digna, segura e rentável. A tradição gaúcha de associativismo e cooperativismo deve estar no centro desse novo modelo. A integração entre produção de alimentos, energias renováveis e serviços ambientais aponta novas possibilidades de produção e geração de renda. A busca por uma produção sustentável se articula com o manejo ecológico e o uso produtivo da biodiversidade, inseridos em uma estratégia de convivência com os biomas do Rio Grande. O fortalecimento da assistência técnica, viabilizando a diversificação da matriz produtiva e o uso equilibrado de tecnologias e mecanização é um dos eixos estruturantes, no qual a descentralização dos sistemas de secagem e armazenagem, beneficiamento e industrialização, assegurará novos padrões de renda e de trabalho digno no campo.

As ações do Estado serão para todos, mas a prioridade será para aqueles setores que mais gerem postos de trabalho, descentralizem renda e riquezas e possam responder rapidamente aos estímulos, porque o RS precisa estar em sintonia com o Brasil, que cresce e se desenvolve.

### **Redes MEIO AMBIENTE**

O Rio Grande do Sul deve estar sintonizado com as preocupações globais sobre crescimento sustentável e preservação ambiental, protagonista de soluções locais para enfrentar os grandes temas que envolvem o Meio Ambiente. O desenvolvimento regional sustentável, ou seja, um futuro construído com a preservação dos recursos naturais, fará com que o Rio Grande volte a figurar entre os estados com melhor qualidade de vida. Recuperação das estruturas ambientais, maiores investimentos em saneamento ambiental, ampliação da geração de energias limpas e propostas sustentáveis para os centros urbanos serão marcas de um projeto compromissado com a sustentabilidade do campo e da cidade, no médio e longo prazo.

O desafio da atualidade é desenvolver-se criando riquezas, infraestrutura, gerando emprego, mas preservando o meio ambiente. Essa não tem sido uma tarefa fácil, pois é preciso formar uma cidadania planetária consciente dos seus limites e despertar na sociedade a responsabilidade para com seu meio, senso de coletividade e compromisso para com as futuras gerações.

O Governo Federal tem iniciativas importantes nesse sentido, como combater o desmatamento, propor internacionalmente metas ousadas de enfrentamento ao aquecimento global e promover a preservação ambiental.

No Rio Grande contamos com excelentes condições sociais e históricas para avançar nas questões ambientais, pois somos pioneiros nas organizações preservacionistas, em muitas legislações avançadas sobre

sustentabilidade e em movimentos sociais comprometidos com o meio ambiente.

### **Redes SANEAMENTO**

A gestão democrática e qualificada das águas, a partir das diretrizes do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, tem enorme relevância para o futuro do Rio Grande do Sul. O saneamento é um indicador de uma sociedade desenvolvida e pode ser avaliado pelo acesso à água potável de qualidade, rede de esgoto tratado, coleta e destino adequado ambientalmente de resíduos sólidos, e drenagem nos casos necessários.

Ações dessa natureza ficaram por muito tempo à margem dos investimentos públicos, avançando em algumas regiões mais desenvolvidas e estagnando em outras. No Estado o acesso à água tratada atinge a maioria da população, mas o RS tem apenas 14% do esgoto tratado, o que é muito baixo.

É preciso investimentos para garantir esses serviços à população, isso se traduz na melhoria do IDH, em saúde pública, qualidade de vida e cidadania. No RS, o Governo estadual investiu muito pouco em saneamento. Os investimentos realizados foram, em sua maioria, oriundos do Governo Federal.

Na visão do Governo estadual, além da prevenção de doenças e promoção da saúde, esses investimentos também contribuem para alavancar a economia, estimulando o crescimento de diversas regiões, com consequente geração de emprego e renda. Portanto, o saneamento é uma prioridade, para a qual devemos garantir investimentos do Estado e buscar parcerias com o Governo Federal e municípios, com transparência e participação no acesso e na gestão dos recursos.

### **Redes PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

Para acelerar o desenvolvimento é essencial integrar as políticas de pesquisa, ciência e tecnologia ao conjunto das políticas de governo, de forma a restabelecer o laço entre as ações do Governo estadual e a produção científica do Estado. É necessário, ainda: articular o planejamento estadual com o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia, que propõe a integração com os governos estaduais e municipais; ampliar a integração entre as universidades públicas e privadas e as cadeias produtivas; fortalecer as instituições públicas de pesquisa e redimensionar e revitalizar a UERGS; integrar as políticas de pesquisa, C&T, com o conjunto das políticas de governo, fortalecendo setores de ponta como o CEITEC e os polos tecnológicos já em funcionamento (PUC, UNISINOS) e em instalação (UFRGS) na concepção das tecnópolis desenvolvidas nos anos 90 na administração municipal de Porto Alegre.

A experiência do projeto Porto Alegre Tecnópole, que articulou governos locais, empresas e universidades da Região Metropolitana é a base para uma estratégia de utilização da pesquisa e inovação como instrumento decisivo para promover, mediante a educação, a ciência e a tecnologia, um processo de desenvolvimento regional sustentado e

competitivo na economia globalizada da sociedade do conhecimento. Essa iniciativa, que resultou na implantação do CEITEC, de incubadoras de empresas nas universidades da Região e parques tecnológicos como o Polo de Informática de São Leopoldo e o Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (TECNO PUC), é um exemplo de abordagem do papel a ser desempenhado pela pesquisa e inovação para o desenvolvimento.

### **Redes TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL**

O avanço das Tecnologias da Informação (TI) e dos novos níveis de comunicação e organização social, política, econômica e cultural, chamados de Sociedades em Rede, conectadas globalmente, é um dos grandes fenômenos contemporâneos. Um projeto de governo transformador precisa potencializar e integrar esta nova era de comunicação digital ao seu programa de desenvolvimento e levar o Rio Grande do Sul à Sociedade da Informação e o Governo para a casa de cada gaúcho.

Para a realização de um governo aberto e digital pretende-se utilizar todas as ferramentas de TI que possibilitem o acesso democrático a todas as informações sociais e de governo, priorizando as políticas da inclusão digital. Além disso, é importante fortalecer a estrutura do Estado na área da TI, resgatando o papel estratégico da PROCERGS como instrumento de implementação de políticas de TI e trabalhando no sentido da ampliação dos acessos via Banda Larga em todas as regiões, a partir de parceria com o Governo Federal, universidades e polos e corredores tecnológicos do Estado.

### **Redes CULTURA**

O Brasil mudou nos últimos anos para melhor. Ultrapassou paradigmas, abriu-se para sua diversidade cultural. Foi líder e um dos principais signatários da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada em 2005 e ratificada em 2007 pelo Parlamento Brasileiro. Nesse documento, o Brasil expressa que a base de nossa identidade é a diversidade.

O Rio Grande do Sul é território de fronteira, de cultura híbrida, mestiça, mesclada em cores, raças, usos e cosmogonias provenientes de distintas tradições e cantos do mundo. O Estado acolhe uma população de origem muito variada, a qual, em sua totalidade, forma um dos povos mais diversos do Brasil. Desde gaúchos mestiços do pampa, negros trazidos pelo escravismo, indígenas, portugueses dos Açores e demais europeus que, em distintos períodos, vieram para povoar o território, os gaúchos habitam com a riqueza de seus costumes de norte a sul e de leste a oeste do território mais meridional do Brasil. Estado de culturas rurais, mas cada vez mais urbanizado, é ele também lugar de culturas urbanas em suas distintas periferias, muitas vezes invisibilizadas por suas versões pasteurizadas via cultura de massa. Essa riqueza cultural é vista pela UNESCO, inclusive, como fator propulsor de desenvolvimento econômico e social, bem como importante fator de qualificação do ambiente social, do desenvolvimento coletivo e individual. É geradora de oportunidades no campo econômico, contribuindo cada vez mais com a geração de emprego e renda,

principalmente aos mais jovens. Assim como a média mundial, cerca de 7% da economia brasileira são economia da cultura.

A política cultural deverá ter um caráter indutor da economia da cultura, criando condições para a sustentabilidade das práticas culturais assim como dos grupos, pequenas empresas, cooperativas e associações de produtores e criadores culturais. A gestão cultural será democrática e republicana, garantindo o acesso e a acessibilidade dos bens, produtos e serviços culturais a todas as pessoas.

Essa política deverá ser compreendida não apenas como entretenimento, mas como fonte geradora de valor simbólico (criativo e estético), civilidade, solidariedade e pluralidade, respeitando e fomentando toda a Diversidade Cultural do Rio Grande do Sul. As manifestações culturais tradicionais, rurais e urbanas, étnicas e todas as linguagens artísticas deverão ter espaço, ações, programas e investimentos. Devem-se criar as condições nas quais as Belas Artes, os grandes debates intelectuais e acadêmicos aconteçam, assim como os Festivais de Culturas Populares, das Etnias e das manifestações da Juventude. Enfim, a política cultural deve contribuir para que o acesso e a produção cultural sejam de fato um Direito Social Básico do Povo Gaúcho.

É preciso, também, reposicionar a cultura gaúcha no cenário nacional e internacional, romper com a posição provinciana e isolada em que o RS hoje se encontra. Trocas culturais promovem conhecimento mútuo, autoestima, paz, solidariedade e tolerância. Para um Estado que abrigou de forma pioneira o Fórum Social Mundial, é fundamental desenvolver um programa de intercâmbio que não apenas humaniza, mas complementa e amplia trocas econômicas e simbólicas. Nesse sentido, devemos apoiar as iniciativas da Agenda 21 da Cultura e dialogar permanentemente com nossos irmãos e vizinhos da América Latina.

### **Redes ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À POBREZA**

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que completou cinco anos em 2010, introduziu significativas mudanças nas referências conceituais, na estrutura organizacional e na lógica de gerenciamento e controle das ações. Reafirmou, também, a primazia da responsabilidade do Estado na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em parceria com a sociedade civil, de forma continuada e como direito assegurado a todos que dessa política necessitarem.

Esse novo paradigma, que segue os princípios da Constituição Federal e da Lei Orgânica de Assistência Social, reconhece diferentes formas de proteção e promoção social a serem garantidas pelo Estado, ou seja: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, concretizando os direitos constitucionais. A configuração e materialização da Proteção Social Básica nos municípios brasileiros é a existência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); no caso da Proteção Social Especial de Média Complexidade, é a existência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); já a Proteção de Alta Complexidade se organiza por meio de equipamentos como Abrigos, Asilos, Albergues, República, entre outros.

O SUAS reafirma o princípio do cofinanciamento como responsabilidade da União, estados e municípios. No caso do Rio Grande do Sul, essa área não foi priorizada, o que nos colocou em ampla desvantagem em relação à grande maioria das outras unidades federadas do Brasil.

### **Redes INCLUSÃO SOCIAL, JUSTIÇA E DIGNIDADE**

Os direitos humanos, o combate ao racismo, o respeito às minorias e às diferenças são compromissos de um governo democrático e popular. Assume-se, portanto, o compromisso com uma política de Direitos Humanos e Justiça e com a elaboração de um programa de retomada do desenvolvimento social voltado ao atendimento de políticas de inclusão e dignidade humana, que reconheça que somos diferentes e que a diferença, portanto, é que nos dá a condição de indivíduo.

A acessibilidade universal, com direitos e respeito, reconhecidos pelo Estado e pela sociedade, nos dá a condição de cidadãos plenos – homens e mulheres, negros, índios e brancos, crianças, jovens e idosos, pessoas com deficiência, independentemente da etnia, condição física, orientação sexual, política, religiosa ou econômica – e deve orientar a formulação de políticas do Estado de forma transversal, atingindo todos os setores do Governo e da sociedade.

### **Redes ESPORTE E LAZER**

O Esporte e o Lazer são direitos sociais garantidos pela Constituição do Brasil. Entretanto, o Rio Grande do Sul experimentou um retrocesso, enquanto o Brasil avançou na institucionalização do Esporte e do Lazer como políticas de estado. No âmbito federal, foi criado o Ministério do Esporte, realizados os Jogos Panamericanos e, pela primeira vez, o Para Pan. O Brasil será sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e o Rio de Janeiro será sede dos Jogos Olímpicos de 2016. No Esporte Educacional e de Participação foram criados os Programas 2º Tempo, Vida Saudável (para 3ª Idade) e o PELC/PRONASCI.

As políticas de Esporte e Lazer, além de direitos sociais, melhoram a qualidade de vida da população e estão integradas com as políticas de saúde, educação, segurança, cultura. Investir em Esporte e Lazer é garantir a inclusão social, é contribuir para a redução dos índices de violência e drogadição, é promover a saúde e contribuir para o desenvolvimento humano. Devem ser promovidas políticas direcionadas e amplas para todos os segmentos da sociedade, respeitando as diversidades de seus públicos e priorizando o acesso daqueles historicamente excluídos.

Também deve ser formado, a partir do CDES RS e da sociedade civil, um grupo de trabalho para constituir um comitê gestor com participação popular para as obras, projetos e diretrizes da Copa do Mundo. Entre as novas perspectivas para o Brasil estão a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Serão momentos de diálogo com o mundo inteiro, de intercâmbio, de movimentação da economia, de reorganização do espaço urbano e de impulso e estímulo à prática do esporte, dos quais o Estado deve fazer parte, com ousadia, investimentos, transparência e participação da sociedade.

## **Relações Internacionais**

Temos uma posição geográfica privilegiada e estratégica que nos permite ocupar um espaço político importante no cenário internacional e articular políticas de integração regional efetivas, seja do ponto de vista econômico, político, institucional ou cultural.

Essa integração regional, que tem o MERCOSUL como centro, através da cooperação solidária entre as zonas e regiões de fronteira, em que o Rio Grande do Sul vem desempenhando um papel importante, agora necessita se expandir a toda a América Latina. A América Latina vem se posicionando no mundo de forma soberana, com políticas inovadoras de gestão pública participativa e está reforçando cada vez mais sua política de integração energética, econômica e regional. Esse novo cenário pode ser a plataforma para uma política de estímulo às relações econômicas e comerciais, de intercâmbio educacional, de solidariedade e de apoio técnico e tecnológico entre os países da região.

No mesmo sentido, é necessário acompanhar e apoiar a nova inserção internacional do Brasil no mundo, que vem sendo conquistada pela política externa do Governo Federal, que trabalha pelo multilateralismo, pelo princípio de igualdade e respeito à soberania de todos os países. Esse novo cenário resgata o importante papel dos países do Sul e emergentes no novo contexto internacional, criando alianças solidárias e estratégicas para potencializar a cooperação Sul-Sul com a Índia, a China e a Rússia, além de resgatar as relações históricas com o continente africano e inovar nas relações com o Oriente Médio. Da mesma forma, além dessas novas relações que o nosso Estado pode vir a estabelecer, temos intenção de repactuar as relações de cooperação com a União Europeia, seus países e suas regiões, já que estes são parte da formação histórica do Rio Grande, sendo importante para reforçar nossos laços culturais, econômicos e políticos com esse continente.

Por último, é muito importante acompanhar também as relações do Brasil com os Estados Unidos e seus estados, diagnosticando as possibilidades de cooperação técnica e econômica.



## ***REFERÊNCIAS***



## Referências

ALONSO, José Antonio Fialho. Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul. In: *WORKSHOPS SETORIAIS*, Porto Alegre, Secretaria do Planejamento e Gestão, agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 4., p. 101-114. 2006.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **La division inter-regionale du travail au Brésil et l'exemple du nord-est**. Paris, Université de Paris, 1979. (mimeo)

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional brasileiro: avanços e desafios. **II Seminário Nacional da PNB**. São Paulo, 2010.

AZZONI, Carlos Roberto. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, n. 58. 1986.

BANDEIRA, Pedro S. A economia da Região Sul. In: AFONSO, Rui de Brito Álvares e SILVA, Pedro Luiz de Barros (Org.) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, Univ. Estadual Paulista, 1995.

\_\_\_\_\_. Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul. In: *WORKSHOPS SETORIAIS*. Porto Alegre, Secretaria do Planejamento e Gestão, agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. Território e planejamento: a experiência europeia e a busca de caminhos para o Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina (Org.) **Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade, 2007. P. 191-217.

COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE (PT, PSB, PCdoB, PR). Carta aos Gaúchos e Gaúchas. Disponível em: [www.tarso13.com.br](http://www.tarso13.com.br). Acesso em: outubro/2010.

DINIZ, C. Campolina e LEMOS, Maurício Borges de. Mudança no padrão regional brasileiro; determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 9, n. 2, 1986.

\_\_\_\_\_. Dinâmica Regional e suas Perspectivas no Brasil. In: **Para a Década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília, IPEA-IPLAN, v. 3, 1989.

DINIZ, C. Campolina e SANTOS, Fabiana Borges Teixeira de. **Região Sudeste: desempenho econômico, heterogeneidade estrutural e perspectivas**. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1993.

FLINGESPAN, Flávio (coord). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2000. 515p.

FONSECA, Pedro C. D. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1987

GONZALEZ, Hélios Puig; COUTO, Ricardo Rossi da Silva; SANTAGADA, Salvatore. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos Municípios do RS.** Porto Alegre: FEE, abril/2008. (Texto para Discussão nº28)

\_\_\_\_\_. Os Objetivos do Milênio no Rio Grande do Sul e a Agenda Social Mundial para 2015. In: CONCEIÇÃO, Otávio; GRANDO, Marinês; TERUCHKIN, Sônia; FARIA, Luiz Augusto. **Três Décadas de Economia Gaúcha.** Porto Alegre: FEE, 2010. (CD-rom)

GRANDO, Marinês Zandavali; TERUCHKIN, Sônia Unikowsky; FARIA, Luiz Augusto Estrella (org) **O ambiente regional.** Porto Alegre: FEE, 2010 (Três décadas de economia gaúcha)

LAHORGUE, Maria Alice. Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul. In: *WORKSHOPS SETORIAIS*, Porto Alegre, Secretaria do Planejamento e Gestão, agosto de 2010.

LIMA, Rubens S. de. A economia gaúcha seus percalços. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, FEE, v. 25, n. 1, 1997.

NETO, Leonardo Guimarães. 1995. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFONSO, Rui de Brito Álvares e SILVA, Pedro Luiz de Barros (Org.) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP, Univ. Estadual Paulista, 1995.

TARGA, Luiz Roberto P. A formação social e territorial sul-rio-grandense na longa duração e a identidade regional. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C.; GRANDO, Marinês Zandavali; TERUCHKIN, Sônia Unikowsky; FARIA, Luiz Augusto Estrella (Org.). **O ambiente regional.** Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha).

WINCKLER, Carlos Roberto; FARIA, Luiz Augusto E. Uma nau à deriva: política, governabilidade e desenvolvimento no Rio Grande do Sul e In: CONCEIÇÃO A. C.,

***ANEXO***



## Anexo Estatístico

Tabela 1 - Participação do Produto Interno Bruto a preço corrente, por grandes regiões e unidades da Federação – 1995 – 2007

Unidades da Federação	1995 R\$ Milhão	1996 R\$ Milhão	1997 R\$ Milhão	1998 R\$ Milhão	1999 R\$ Milhão	2000 R\$ Milhão	2001 R\$ Milhão	2002 R\$ Milhão	2003 R\$ Milhão	2004 R\$ Milhão	2005 R\$ Milhão	2006 R\$ Milhão	2007 R\$ Milhão
<b>NORTE</b>	<b>4,22</b>	<b>4,30</b>	<b>4,12</b>	<b>4,18</b>	<b>4,17</b>	<b>4,38</b>	<b>4,54</b>	<b>4,69</b>	<b>4,78</b>	<b>4,95</b>	<b>4,96</b>	<b>5,06</b>	<b>5,02</b>
Rondônia	0,44	0,46	0,48	0,49	0,51	0,50	0,50	0,53	0,57	0,58	0,60	0,55	0,56
Acre	0,18	0,17	0,17	0,17	0,18	0,18	0,19	0,19	0,19	0,20	0,21	0,20	0,22
Amazonas	1,43	1,48	1,34	1,35	1,31	1,42	1,39	1,47	1,47	1,56	1,55	1,65	1,58
Roraima	0,14	0,14	0,14	0,14	0,15	0,15	0,16	0,16	0,16	0,14	0,15	0,15	0,16
Pará	1,56	1,58	1,52	1,54	1,55	1,62	1,71	1,74	1,75	1,83	1,82	1,87	1,86
Amapá	0,21	0,22	0,22	0,21	0,20	0,20	0,22	0,22	0,20	0,20	0,20	0,22	0,23
Tocantins	0,26	0,26	0,26	0,28	0,28	0,31	0,37	0,38	0,43	0,43	0,42	0,41	0,42
<b>NORDESTE</b>	<b>12,04</b>	<b>12,47</b>	<b>12,46</b>	<b>12,45</b>	<b>12,45</b>	<b>12,45</b>	<b>12,55</b>	<b>12,96</b>	<b>12,77</b>	<b>12,72</b>	<b>13,07</b>	<b>13,13</b>	<b>13,07</b>
Maranhão	0,91	1,01	0,98	0,96	0,97	1,01	1,03	1,05	1,09	1,11	1,18	1,21	1,19
Piauí	0,51	0,52	0,50	0,51	0,51	0,51	0,50	0,50	0,52	0,51	0,52	0,54	0,53
Ceará	1,95	2,03	1,97	1,96	1,95	1,92	1,88	1,96	1,92	1,90	1,91	1,95	1,89
Rio Grande do Norte	0,70	0,74	0,76	0,75	0,76	0,77	0,79	0,83	0,80	0,80	0,83	0,87	0,86
Paraíba	0,73	0,76	0,77	0,78	0,79	0,79	0,83	0,84	0,83	0,77	0,79	0,84	0,83
Pernambuco	2,30	2,37	2,34	2,38	2,34	2,29	2,32	2,39	2,31	2,27	2,32	2,34	2,34
Alagoas	0,66	0,64	0,66	0,68	0,65	0,66	0,65	0,66	0,66	0,66	0,66	0,66	0,67
Sergipe	0,54	0,56	0,58	0,57	0,56	0,55	0,62	0,64	0,64	0,63	0,63	0,64	0,63
Bahia	3,75	3,84	3,89	3,86	3,93	3,94	3,92	4,11	4,01	4,07	4,23	4,07	4,12
<b>SUDESTE</b>	<b>59,13</b>	<b>58,39</b>	<b>58,55</b>	<b>58,16</b>	<b>58,23</b>	<b>58,31</b>	<b>57,69</b>	<b>56,68</b>	<b>55,75</b>	<b>55,83</b>	<b>56,53</b>	<b>56,79</b>	<b>56,41</b>
Minas Gerais	8,63	8,79	8,82	8,57	8,43	8,53	8,55	8,65	8,75	9,13	8,97	9,06	9,07
Espírito Santo	1,99	1,90	1,89	1,88	1,86	1,97	1,87	1,81	1,83	2,07	2,20	2,23	2,27
Rio de Janeiro	11,19	11,22	11,12	11,66	11,95	11,85	11,68	11,60	11,06	11,48	11,50	11,62	11,15
São Paulo	37,31	36,49	36,72	36,06	35,99	35,96	35,59	34,63	34,11	33,14	33,86	33,87	33,92
<b>SUL</b>	<b>16,20</b>	<b>16,22</b>	<b>16,10</b>	<b>16,19</b>	<b>16,39</b>	<b>16,47</b>	<b>16,70</b>	<b>16,89</b>	<b>17,70</b>	<b>17,39</b>	<b>16,59</b>	<b>16,32</b>	<b>16,64</b>
Paraná	5,70	5,71	5,64	5,83	5,95	5,86	5,87	5,98	6,44	6,31	5,90	5,77	6,07
Santa Catarina	3,43	3,54	3,53	3,45	3,49	3,67	3,74	3,77	3,93	3,99	3,97	3,93	3,93
Rio Grande do Sul	7,07	6,97	6,92	6,91	6,95	6,94	7,09	7,14	7,33	7,10	6,72	6,62	6,64
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>8,41</b>	<b>8,62</b>	<b>8,77</b>	<b>9,01</b>	<b>8,77</b>	<b>8,39</b>	<b>8,52</b>	<b>8,77</b>	<b>9,01</b>	<b>9,11</b>	<b>8,86</b>	<b>8,71</b>	<b>8,87</b>
Mato Grosso do Sul	0,91	0,91	0,93	0,95	0,96	0,96	1,01	1,03	1,13	1,09	1,01	1,03	1,06
Mato Grosso	1,04	1,02	1,07	1,08	1,16	1,26	1,25	1,42	1,64	1,90	1,74	1,49	1,60
Goiás	2,05	2,10	2,11	2,16	2,08	2,23	2,30	2,53	2,52	2,47	2,35	2,41	2,45
Distrito Federal	4,41	4,58	4,66	4,83	4,57	3,94	3,96	3,80	3,71	3,64	3,75	3,78	3,76
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>												

Fonte: IBGE/CCN; FEE/CIE – Estimativas para os anos de 2008 e 2009

Tabela 2 - Estrutura do Valor Adicionado Bruto por setores de atividade — 2002-2008

(%)

SETOR	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Total</b>	<b>100,00</b>						
<b>Agropecuária</b>	<b>10,04</b>	<b>12,82</b>	<b>10,59</b>	<b>7,08</b>	<b>9,27</b>	<b>9,83</b>	<b>11,24</b>
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	7,19	9,85	7,66	4,08	6,56	6,86	7,99
Pecuária e pesca	2,85	2,97	2,93	3,00	2,71	2,97	3,25
<b>Indústria</b>	<b>27,98</b>	<b>28,14</b>	<b>31,47</b>	<b>30,28</b>	<b>28,13</b>	<b>26,62</b>	<b>27,54</b>
Indústria extrativa mineral	0,20	0,23	0,25	0,28	0,16	0,17	0,18
Indústria de transformação	21,61	22,21	24,53	22,95	20,75	19,64	19,85
Construção Civil	3,81	3,48	4,20	4,57	4,48	4,29	4,53
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,35	2,22	2,49	2,48	2,74	2,52	2,97
<b>Serviços</b>	<b>61,98</b>	<b>59,04</b>	<b>57,94</b>	<b>62,64</b>	<b>62,60</b>	<b>63,55</b>	<b>61,23</b>
Comércio e serviços de manutenção e reparação	12,86	13,36	13,30	13,47	14,16	14,77	14,92
Serviços de alojamento e alimentação	1,62	1,28	1,44	1,44	1,41	1,56	1,45
Transportes, armazenagem e correio	5,58	4,82	4,93	5,65	5,03	5,27	4,83
Serviços de informação	2,69	2,37	2,87	2,92	2,70	2,71	2,60
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	6,90	5,61	5,01	6,39	6,37	6,56	5,19
Serviços prestados às famílias e associativos	2,52	2,36	2,20	2,55	2,82	2,61	2,45
Serviços prestados às empresas	2,79	3,36	3,01	3,64	3,40	3,63	3,66
Atividades imobiliárias e aluguel	9,33	8,61	8,24	8,80	8,30	8,01	7,94
Administração, saúde e educação públicas	12,60	12,95	12,48	13,29	13,36	13,43	13,19
Saúde e educação mercantis	4,05	3,34	3,49	3,43	3,95	3,85	3,81
Serviços domésticos	1,04	0,98	0,96	1,06	1,10	1,15	1,18

Fonte: IBGE/CCN; FEE/CIE – Estimativas para os anos de 2008 e 2009

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Tabela 3 - Taxas de Crescimento do Vab da Agropecuária – Estados  
média dos períodos, em %

	1986- 1994	1995	1996- 2003	2004- 2005	2006- 2007	1986- 2007
<i>Mato Grosso</i>	13,2	21,1	13,4	15,5	-1,3	12,4
<i>Roraima</i>	4,9	7,1	9,8	1,6	-4,5	5,5
Rio Grande do Norte	4,1	-0,6	8,2	0,0	5,4	5,1
Paraná	4,7	0,2	7,8	-8,7	9,4	4,7
Mato Grosso do Sul	6,6	9,2	4,2	-12,0	8,9	4,2
Piauí	8,5	7,1	0,8	5,4	-3,4	4,2
Goiás	4,5	4,2	5,3	1,2	1,4	4,2
Santa Catarina	4,7	3,5	4,4	-1,3	5,8	4,1
Rondônia	6,0	1,9	2,3	6,5	-2,2	3,8
Maranhão	4,5	3,8	-1,3	16,6	9,2	3,7
Amapá	-1,6	12,4	6,1	11,9	6,6	3,7
Espírito Santo	2,1	-15,6	7,6	7,1	2,5	3,7
Bahia	-0,4	-1,5	4,2	19,8	2,3	3,2
Pernambuco	2,0	5,7	1,7	10,1	6,2	3,1
Sergipe	3,6	-0,2	0,4	10,6	6,5	3,1
Pará	6,9	-8,8	2,9	0,3	-4,1	3,1
Minas Gerais	1,8	-5,7	5,3	5,0	-0,3	2,8
Rio Grande do Sul	0,8	1,7	3,8	-14,1	30,0	2,8
São Paulo	1,9	8,2	2,0	1,3	2,4	2,2
Tocantins	-3,0	7,0	5,8	4,0	-4,0	2,0
Distrito Federal	5,9	6,9	2,8	-23,8	8,2	1,9
Paraíba	-0,2	9,8	1,8	-2,6	3,8	1,1
Alagoas	2,5	-0,7	-1,1	3,5	-1,1	0,8
Acre	-1,1	1,7	1,2	5,6	1,3	0,6
Rio de Janeiro	-1,0	20,8	0,2	5,6	-6,0	0,5
Ceará	3,1	-1,6	-4,0	-5,2	6,4	-0,2
Amazonas	-1,8	-1,5	-0,9	1,1	-4,8	-1,5
<b>SUL</b>	<b>3,3</b>	<b>1,6</b>	<b>5,2</b>	<b>-9,4</b>	<b>16,4</b>	<b>3,8</b>
<b>BRASIL</b>	<b>2,8</b>	<b>1,8</b>	<b>4,3</b>	<b>1,3</b>	<b>4,8</b>	<b>3,4</b>

FONTE: IBGE.

Tabela 4 - Taxas de Crescimento do Vab da Indústria - Estados  
média dos períodos, em %

	1986-1994	1995	1996-2003	2004-2005	2006-2007	1986-2007
Amazonas	8,6	39,5	9,0	12,8	3,8	9,9
Mato Grosso	11,9	3,7	5,7	9,8	9,3	8,8
Tocantins	7,4	14,3	9,4	8,4	0,7	8,0
Acre	6,1	15,8	5,1	12,7	8,3	6,9
Paraíba	4,9	9,8	6,5	6,0	5,1	5,8
Mato Grosso do Sul	4,6	7,9	6,9	4,4	4,0	5,5
Rio Grande do Norte	4,8	11,0	5,8	0,6	-0,1	4,6
Distrito Federal	4,6	2,5	2,4	2,6	14,9	4,4
Piauí	2,3	-2,2	6,0	9,7	4,5	4,3
Goiás	4,2	-2,5	4,3	5,2	2,5	3,8
Maranhão	4,2	0,4	3,5	5,2	3,2	3,8
Roraima	5,8	2,7	2,9	2,6	-2,5	3,5
Paraná	3,2	-3,4	4,2	3,9	2,1	3,2
Espírito Santo	3,3	1,0	3,1	2,9	4,7	3,2
Sergipe	2,2	0,4	2,4	11,0	4,4	3,2
Rondônia	-3,8	0,4	9,5	4,7	9,4	3,0
Ceará	3,2	10,2	0,9	4,2	3,9	2,8
Santa Catarina	2,9	7,8	0,7	5,7	2,1	2,5
Amapá	6,3	4,1	-4,5	28,2	-9,9	2,3
Bahia	1,5	1,0	2,0	9,0	1,3	2,3
Alagoas	4,0	-7,7	1,2	-0,3	5,1	2,1
Pará	2,1	2,9	1,6	2,2	3,0	2,0
Minas Gerais	1,7	3,6	1,1	3,9	4,1	1,9
Rio Grande do Sul	3,6	-15,2	1,6	0,7	1,5	1,5
São Paulo	0,6	2,9	-0,5	5,7	3,6	1,0
Pernambuco	-1,7	11,6	-1,8	3,5	5,8	0,0
Rio de Janeiro	0,4	-1,9	-2,5	0,4	1,9	-0,7
<b>SUL</b>	<b>3,5</b>	<b>-7,3</b>	<b>2,2</b>	<b>3,0</b>	<b>1,8</b>	<b>2,3</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1,7</b>	<b>1,4</b>	<b>0,8</b>	<b>4,8</b>	<b>3,3</b>	<b>1,8</b>

FONTE: IBGE.

